

Alentejo pode chegar à ruptura

Encontro de Quadros do PCP alerta para o agravamento da crise social e económica da região.

Págs. 20 e 21

Unidade de acção na diversidade de situações

Professores do Sector Intelectual da ORL preparam Assembleia.

Págs. 18 e 19

Permanência e grandeza do Che

Che Guevara foi assassinado há 29 anos. A memória do «guerrilheiro heróico» permanece.

■ Miguel Urbano Rodrigues

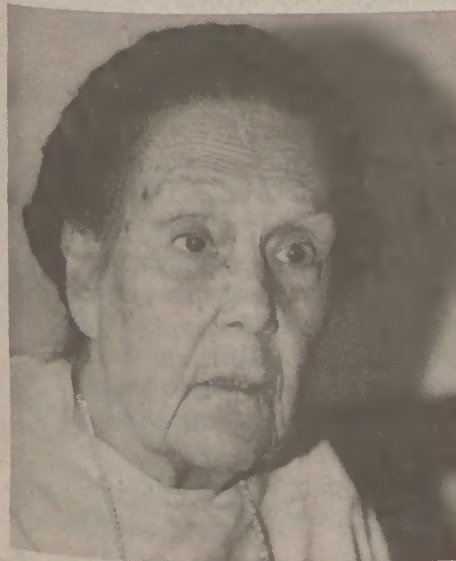
Págs. 24 e 25

JCP

Aniversário em campanha

A JCP comemora o seu 17º aniversário em plena campanha por uma educação pública gratuita e de qualidade.

Pág. 23



Remediar o sofrimento humano

Entrevista com
Cesina Bermudes

Centrais

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Novembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1197 • Director: Carlos Brito

Reunião do Comité Central do PCP

Política do Governo compromete futuro



- CC aprova resolução sobre estruturas de direcção central
- PCP promove jornada de esclarecimento sobre os efeitos da política do Governo

«A mistificação do diálogo e a demagogia social, com que o Governo PS procura encobrir uma política de mão estendida para os grandes senhores do dinheiro e de costas para os trabalhadores, justificam a decisão do PCP de promover, na 2ª quinzena de Novembro, uma jornada de informação e esclarecimento que alerte os portugueses para a grave hipoteca do nosso futuro colectivo», declarou à imprensa o Secretário-Geral do PCP, no seguimento da reunião do Comité Central.

Págs. 5 e 6



O protesto está na rua

Alguns milhares de trabalhadores do distrito de Lisboa participaram na concentração de 30 de Outubro e no desfile depois realizado do Jardim de São Pedro de Alcântara até à Assembleia da República. Mais de uma centena de quadros sindicais participaram no distrito de Évora numa marcha pelo emprego e desenvolvimento.

Pág. 11



O Comité Central reuniu-se no fim-de-semana

RESUMO

30
Quarta-feira

Realiza-se na Assembleia da República um debate sobre a toxicodependência e as medidas do Governo para o seu combate ■ Realiza-se mais uma cimeira ibérica, desta vez nos Açores ■ O deputado socialista Strecht Monteiro assume que não cumpriu a lei do aborto ■ As tropas ruandesas entram no Zaire, aumentando a tensão entre os dois países e o número de pessoas em fuga ■ Eugene de Kock, o «assassino mais eficaz do apartheid» é condenado a duas prisões perpétuas e a mais 212 anos de cadeia ■ O novo governo de Malta informa a NATO da sua intenção de abandonar a organização.

31
Quinta-feira

A ANAFRE - Associação de Freguesias passa o dia junto à Assembleia da República, protestando contra o incumprimento das promessas do Governo ■ As autoridades espanholas violam o Direito Marítimo ao largo de Viana do Castelo ■ Os combates aumentam no leste do Zaire ■ Yasser Arafat é recebido em Madrid por José María Aznar, no decorrer do seu périplo pela União Europeia ■ No Afeganistão, as forças coligadas com o presidente deposto, Rabhani, levam a cabo uma ofensiva contra os talibans ■ A queda de um avião em São Paulo, no Brasil, provoca a morte de cerca de cem pessoas ■ Morre o realizador francês Marcel Carné.

1
Sexta-feira

O reitor da Universidade de Évora afirma estar «decepcionado» com a política do ministro da Educação, Marçal Grilo ■ A comissão europeia para as questões humanitárias admite a realização de uma «intervenção militar» no Zaire ■ A ONU anuncia que a convenção que interdita as armas químicas irá começar a ser aplicada em 1997.

2
Sábado

Carlos Carvalhas participa no Encontro de Quadros do Alentejo sobre o XV congresso do PCP e as tarefas do Partido no Alentejo ■ Os confrontos fronteiriços entre o Zaire e o Ruanda levam à retirada da zona das organizações humanitárias e dos jornalistas ■ Realiza-se a Convenção do IRA, na Irlanda.

3
Domingo

O Comité Central do PCP reúne-se, em Lisboa ■ Realiza-se o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos, onde os alunos dos politécnicos e das universidades consagram a possibilidade de as escolas superiores formarem docentes do 3º ciclo ■ A ONU lança um apelo para a criação de corredores humanitários para salvar da morte um milhão de civis desalojados pelos combates do Zaire ■ O chefe da diplomacia britânica apela à retirada israelita de Hebrón ■ Realizam-se as eleições legislativas e presidenciais na Roménia... ■ ... e parlamentares e autárquicas na Jugoslávia... ■ ... e a segunda volta das presidenciais búlgaras.

4
Segunda-feira

Depois de ouvir os representantes dos estudantes e do reitor da Universidade do Algarve, o ministro da Educação recusa falar na abertura do ano académico ■ A população de Tomar protesta contra a decisão do ministro da Justiça de transferir para Leiria a secção de inspecção da Polícia Judiciária, que há anos se encontrava sediada naquela cidade ■ Os rebeldes do leste do Zaire decretam um cessar-fogo unilateral ■ Realiza-se em Marselha a cimeira franco-espanhola ■ Passam 50 anos sobre a criação da Unesco.

5
Terça-feira

Carlos Carvalhas desloca-se a Coimbra para participar numa reunião de quadros ■ António Guterres inicia uma visita oficial ao México ■ O presidente Ieltsin é operado ao coração ■ Realizam-se nos Estados Unidos as eleições presidenciais que dão a vitória a Bill Clinton, assim eleito para segundo mandato ■ Personalidades da política, em geral de direita, assistem em massa ao lançamento de um livro de Proença de Carvalho sobre o processo de Leonor Beza. O prefácio é de Mário Soares ■ Marcelo Rebelo de Sousa revela que vai haver acordo entre o PSD e o PS, até final do ano, para a revisão constitucional ■ No Paquistão, a primeira-ministra Benazir Butto é demitida e colocada sob prisão pelo presidente Laghari.

EDITORIAL

Esclarecer e lutar

O Comité Central do PCP reuniu no passado domingo, debateu e aprovou uma resolução sobre estruturas de direcção central a propor ao novo CC que virá a ser eleito no próximo Congresso a realizar no Porto, dentro de um mês. Trata-se de um documento que o "Avante!" hoje publica e cujas disposições mais importantes foram anunciadas no próprio dia à comunicação social pelo Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas. Dele não podem extrair-se as especulações que certa imprensa - escrita ou falada - procura fazer aparecer como decisões ou hipóteses em debate quanto a propostas a levar ao Congresso. Mas, sendo o país o que é, e tendo a comunicação social que tem - de novo nas mãos e sob a orientação de um punhado de grandes grupos económicos - não será de estranhar que tais especulações venham a ser, no fundamental, aquilo sobre que os jornais, as rádios e as tv's se vão avidamente debruçar. Procurando, por um lado, encontrar na arrumação de soluções internas a que os comunistas procedem em vésperas de Congresso, os condimentos que os outros partidos costumam fornecer, exibindo-os como centro quase exclusivo dos seus debates.

Sobre as Teses - isto é, sobre o conjunto de análises e de afirmações nelas baseadas que o colectivo partidário elabora, estuda e debate - é raro deterem-se os analistas e os comentadores, que vêm revelando, aliás, uma cada vez maior dificuldade de leitura, para já não falarmos na seriedade da observação. Sendo o PCP o partido que é - sem crise de identidade e reafirmando os seus ideais -, a distância que o separa dos outros e a diferença que o marca, em objectivos e métodos, torna difícil assimilá-lo e encontrar para ele lugar no tabuleiro dos jogos políticos que caracterizam as outras forças. Os abundantes congressos, convenções e outros estados gerais que essas forças mediaticamente produzem e que muitas vezes se resumem ao espectáculo encenado das lutas internas e das moções que são apenas o papel em que se embrulham figuras políticas a promover no mercado eleitoralista, são um maná de fartura para o estardalhaço das notícias e dos comentários. Quanto ao PCP, a tendência é achar que o novo é chato e que o importante não é notícia. Para mais, já vão longe os tempos em que, preparando uma vertiginosa carreira para a direita - que a vida veio confirmar - alguns se deram ao triste espectáculo de renegar ideais e caminho feito.

No PCP, a preocupação é de intervir na sociedade, para transformá-la. E mesmo quando se estudam, debatem e apontam soluções orgânicas internas, são essas preocupações, de melhor poder intervir na luta por um futuro mais justo, que presidem. Mesmo ao arrumar da casa, o Partido não se vira para dentro. E as declarações do Secretário-Geral, ao anunciar propostas relativas à estrutura da futura direcção central, não deixaram de exprimir a atenção do conjunto dos dirigentes comunistas sobre alguns aspectos importantes da situação do país, nomeadamente sobre as questões decorrentes da apresentação do Orçamento do Estado, "um Orçamento de austeridade para os trabalhadores e as camadas médias e de contracção da actividade económica, com graves prejuízos em termos de desenvolvimento e de defesa e valorização do aparelho produtivo nacional".

O PCP, mesmo em fase de preparação do seu Congresso, não se encontra virado apenas para as questões da sua orientação e organização interna

A realidade, isto é, a manutenção de uma política, hoje conduzida pelo PS, de concentração da riqueza, que não vai dar resposta "aos graves problemas do emprego, da desertificação do interior do país, da grave situação do pequeno comércio, da agricultura e pescas e de milhares de empresas do sector industrial", essa realidade é, para alguns, nomeadamente os que fabricam a opinião pública, desinteressante de mais para que lhe seja feita referência.

Numa situação destas, em que as dificuldades económicas e sociais criadas pela política de direita são escamoteadas e em que as propostas dos comunistas são no fundamental ignoradas, o PCP, que mesmo em fase de preparação do seu Congresso não se encontra virado apenas para as questões da sua orientação e organização interna - embora elas se projectem depois na actividade do Partido no seio da sociedade -, vai em breve, na segunda quinzena deste mês, promover uma jornada de informação e esclarecimento com o objectivo de alertar, como anunciou Carlos Carvalhas, para a "grave hipoteca do nosso futuro colectivo, de desenvolvimento real do país e do progresso social dos portugueses para que nos está a empurrar a política do Governo".

O Orçamento proposto pelo Governo do PS vem largamente desmentir as suas promessas, consubstanciando uma política que corresponde às exigências de Maastricht mas não dá resposta às expectativas criadas ao eleitorado, há um ano. Disso mesmo se vão dando conta os trabalhadores e outras camadas da população que, ao longo desse ano já viram defraudadas esperanças de uma mudança verdadeira em relação à política levada a cabo pelo PSD durante mais de uma década. Por isso o protesto está aí, a par com as legítimas exigências da CGTP, manifestadas nomeadamente na concentração, em Lisboa, no passado dia 30. E a luta vai continuar.

Passam hoje 79 anos sobre o 7 de Novembro de 1917. Nesse dia, o proletariado russo, dirigido pelo seu partido, abriu à humanidade um caminho novo. Lançada na revolução, a Rússia dos soviets iniciava o árduo e exaltante trabalho de construção de uma sociedade livre da exploração. O caminho da construção do socialismo dava o primeiro passo na concretização de um sonho histórico. Nesse caminho, conquistas fundamentais foram pela primeira vez alcançadas, de que beneficiaram não apenas os povos da União Soviética mas os trabalhadores e os povos do mundo. O século ficou marcado por essas conquistas sociais, culturais e de soberania.

Vivemos hoje um período de retrocesso em vários domínios. Graves erros e deformações permitiram a derrocada do sistema socialista mundial e o retorno da hegemonia do capitalismo e do imperialismo, da sua dinâmica de exploração e de opressão que volta a manifestar-se desenfreadamente.

O melhor património da construção da sociedade socialista e as lições dos erros e desvios verificados, mostram que - ao contrário dos que afirmam o fim da História - a luta pelo socialismo não é apenas uma aspiração, mas uma necessidade. Se tal experiência não houvesse, bastaria a constatação das injustiças e dos crimes que hoje alastram no mundo e a verificação da incapacidade de o capitalismo dar resposta às necessidades e aspirações da humanidade para se concluir que a luta pela sua superação revolucionária é o caminho.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
- 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Solidariedade albardada

Solidariedade é, tal como diálogo, palavra-chave no luxuriante discurso do engenheiro Guterres e dos seus ecos. Do conceito de diálogo adoptado pelo dialogante Executivo Governamental temos tido vários exemplos concretos.

Mais coisa menos coisa, a coisa é isto: o Governo toma uma decisão sobre determinada matéria; chama ao diálogo as partes interessadas; se as ditas concordam com o que o governo decidiu, ótimo: aplica-se a decisão e louva-se o diálogo; se não há acordo, ótimo: aplica-se a decisão e louva-se o diálogo. (Tendo sempre presente, naturalmente, que «o diálogo tem regras» como sentenciou o Ministro da paixão de Guterres, Marçal Grilo, fugindo com o rabo entre as pernas perante uma manifestação contra a Lei de Bases, promovida por estudantes no Algarve.)

Mas deixemos o diálogo e passemos à solidariedade.

«Resistência Timorense sem verba do Orçamento» - informa o Público de 5.11. Ou seja: o Governo, destilando «solidariedade» por todos

os ministérios, acha que o Orçamento de Estado não deve conter «uma verba específica destinada à resistência timorense». Porquê? Porque é necessário «evitar o que poderia ser uma medida internacionalmente polémica» visto que, se a verba constasse do OE, «o Estado Português estaria a financiar directamente uma instituição que prossegue os seus objectivos através da luta armada» - coisa obviamente inadmissível. A não ser que «a luta armada» fosse em defesa de outros interesses - por exemplo, de interesses opostos aos do povo timorense - porque aí, sim, aí outro galo cantaria e Guterres seria até capaz de cometer o temerário feito de destacar não só verbas mas também soldados e armas e tudo o que fosse necessário. Mas não é disso que se trata e não podemos correr o risco de incomodar os donos dos interesses que devem ser defendidos. Já pensaram no que seria, por exemplo, a reacção do Chanceler Helmut Kohl perante tal enormidade? Estou em crer que o amigo alemão de Guterres seria homem... sei lá para quê, talvez até para chamar o Governo português à Alemanha e lhe dar duas ou três boas palmatoadas verbais. Aliás, já o previdente Barreto alertara, à

sua maneira, no domingo passado, para o «erro político grave» e «pouco saudável para as relações internacionais» que seria inscrever tal verba no OE. E se Barreto o disse...

Assim, e por isso, anda o buliçoso ministro Vitorino numa fona cumprindo o seu papel de pombo-correio dos medos internacionais do seu governo, esfalfando-se na magna tarefa de procurar convencer os líderes parlamentares no sentido de que «não seja inscrita no OE uma verba específica destinada à resistência timorense». Assim como quem diz: vá lá, sejam directamente solidários connosco neste momento difícil, ao fim e ao cabo a verba solidária com a resistência timorense não fica expressa no OE mas fica espalhada pelos vários ministérios... envergonhada, acobardada, amedrontada, albardada.

Entretanto, e apesar dos Vitorinos, dos Guterres, dos Barretos e dos Kohls, o povo maubere continua frontalmente, corajosamente, a sua luta.

■ José Casanova

«Revolta» dos patrões?!

Na 1ª página do suplemento «Negócios» do «Diário de Notícias» da passada segunda-feira, enquadrando uma fotografia do presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) - um título gritava em letras gordas: «A revolta dos patrões».

Ante tal título poderia um simples cidadão interrogar-se: voltou o «gocalvismo»?

A leitura da entrevista do patrão da CIP depressa o esclarecia de que se trata apenas duma chantagem do grande patronato para arrancar ao Governo PS mais umas fatias do bolo do Orçamento de Estado para 1997.

E, no entanto, o Governo PS já lhes ofereceu no OE um bode de tal modo generoso que até o «Correio da Manhã» de 17/10, no seu suplemento «Economia», enchia a página de rosto com outro título gritante, proclamando: «Orçamento de 97: pobres pagam clube dos ricos»!

Com efeito (como o PCP já bem documentou), o Governo PS, neste Orçamento, afadigou-se a valer para encontrar formas de privilegiar precisamente os interesses do capital: reduz ou congela os níveis salariais, diminuindo ainda mais a sua parte na distribuição do rendimento nacional; propõe que os aumentos de produtividade revertam exclusivamente em favor do capital; agrava a injustiça fiscal com isenções principescas a favor dos lucros das empresas privadas e dos rendimentos financeiros e especulativos; etc., etc.

A política do Governo tem sido tal que o grande patronato não se tem coibido de exuberantes manifestações da sua satisfação. O próprio Ferraz da Costa, ao sair de um recente encontro com Guterres, «elogiou o esforço desenvolvido pelo governo na redução da taxa do IRC, num período em que é necessário maximizar as receitas e reduzir as despesas» (DN - 17/10). E o seu vice-presidente na CIP, Nogueira Simões, numa famosa

entrevista sobre a lei da polivalência em que falou a «O Diabo» de coração aberto (e não foi off-the-record...) deixou escapar toda a sua gratidão declarando candidamente: «o governo aceitou as nossas condições»...

Por quê então a «revolta dos patrões»?

Trata-se, flagrantemente, duma operação «faz-de-conta» ao estilo da moda dos «referendos», «desafios» e «últimos» lançada pelo PSD/Marcelo para disfarçar a indisfarçável coincidência dos seus objectivos com as políticas aplicadas pelo Governo PS.

Se não, vejamos. O OE/97, ao mesmo tempo que prevê aumentos de receitas de 9,2% para o IRS (pago essencialmente pelos trabalhadores por conta de outrem), de 7,4% para o IVA e de 41,7% para o IRC pago pelas empresas públicas - mantém praticamente a mesma cobrança do IRC às empresas privadas (+ 0,2%...) às quais alargou generosamente as isenções (daí os elogios de F. da Costa à saída do encontro de 16/10 com A. Guterres).

Mas, como diz o nosso povo, quando se vê mole - carrega-se. Por isso os senhores da CIP fazem voz grossa e exigem (ou ordenam?) agora mais: redução nas despesas com os vencimentos na Função Pública (i. e.: despedimentos), facilidades fiscais maiores ainda às empresas, «um sistema fiscal mais competitivo». «Condescendemos de mais», ralha Ferraz da Costa (DN - 3/10).

O Governo PS comemorou há dias, com pompa e circunstância, o seu 1º ano de governação. Os senhores da CIP, como se vê, deixam-lhe, generosamente, a honra de ser ele a cortar nas despesas públicas. As custas da população, obviamente.

■ Aurélio Santos

Outono em movimento

Foi um ENDA - encontro nacional de dirigentes associativos - particularmente importante o que se realizou em Lisboa, na Faculdade de Psicologia, no último fim-de-semana. Desde logo pelo elevado nível de participação de associações de estudantes e pela sua representatividade. Mas sobretudo e como os media destacaram, pela riqueza e vivacidade dos debates e pelas conclusões aprovadas em relação aos temas que polarizaram os trabalhos - as propostas do Governo relativas às propinas e ao financiamento do ensino superior e às alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo.

Depois das sucessivas denúncias da inactividade do Ministério da Educação em relação aos problemas do ensino superior que têm assinalado a abertura do ano lectivo em várias universidades, ficou agora o país a saber que o poder rosa está a tentar instrumentalizar o Conselho Nacional de Educação procurando transformá-lo numa simples câmara de ressonância das iniciativas governamentais.

Pois lembraria ao diabo que entre os quatro relatores nomeados pela presidente do referido Conse-

lho para elaborarem o parecer sobre as propinas / financiamento do ensino superior figurem o representante da CIP, de uma universidade privada e (dois) do Ministério da Educação, e que tenham sido excluídos desse trabalho quaisquer representantes das universidades públicas e das associações de estudantes? E lembraria ainda ao diabo que se queira apresentar como parecer de uma estrutura, que deveria ser de reflexão e de consulta plural em matérias de educação, como a comunicação social já revelou, um expedito relatório político de apoio ao Governo e às pretensões das empresas proprietárias de universidades privadas?

O ENDA deixou no ar a possibilidade do movimento estudantil abandonar o Conselho Nacional de Educação se a situação que foi denunciada não for alterada.

Isto significa que ao Governo e ao partido que o suporta não ficou margem para ambiguidades. Se prosseguem a política de factos consumados iniciada com o relatório confidencial de Caparide; se falam em «diálogo» mas avançam pelo caminho da manobra e da imposição política, numa matéria

tão sensível como é a das propinas e do financiamento do superior, pois vão ter pela frente, como o Governo anterior, o movimento estudantil.

A procura de uma posição comum a todos os estudantes do ensino superior e o largo consenso alcançado neste ENDA entre universidades e ESEs face às alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo propostas pelo Governo, constitui sem dúvida um ponto alto do encontro e uma expressão muito elevada da maturidade do movimento estudantil e da prevalência de uma orientação no sentido da sua unidade - que em matéria tão controversa não esteve nem está, obviamente, isenta de contradições.

Anote-se o carácter profundamente divisionista das alterações à Lei de Bases propostas pelo Governo, por não terem sido precedidas por qualquer debate prévio nem acompanhadas pela definição de requisitos e de condições mínimas de qualidade, comuns a todos os estabelecimentos de ensino superior em que seja dada formação inicial de professores do mesmo nível.

Ao alcançar no ENDA uma base de consenso entre as posições e interesses dos estudantes das ESEs e das universidades e ao confrontar o Ministério da Educação com a reivindicação comum desses requisitos e condições mínimas, o movimento estudantil procurou ultrapassar os factores de divisão e retomar a iniciativa. Marçal Grilo está agora confrontado com a exigência de respostas concretas a questões muito concretas e substantivas...

A convocação de uma manifestação de estudantes do ensino superior para o próximo dia 20 de Novembro, em Lisboa, contra a inactividade governativa em relação aos problemas deste sector e o Encontro Nacional sobre o Estatuto da Carreira Docente que vai ter lugar em 22 de Novembro em Lisboa e outras iniciativas também convocadas pela FENPROF para a Segunda quinzena de Novembro não mostram que a verdadeira paixão pela educação está a desenvolver-se irresistível neste magnífico Outono que nos envolve?

■ Edgar Correia

SOLIDARIEDADE
valor inestimável

Há uma semana, noticiámos, com profunda indignação, a prisão de Gladys Marin, secretária-geral do Partido Comunista do Chile. Hoje, anunciamos com regozijo a sua libertação, alcançada pela pronta reacção interna e a cadeia de solidariedade internacional que tão insólita e aberrante detenção produziu.

A prisão da dirigente comunista chilena, em plena campanha eleitoral municipal, foi possível porque na realidade o fim da ditadura terrorista de Pinochet - acontecimento de grande significado político - não conduziu a um regime democrático. A chamada transição para a democracia foi uma saída negociada entre círculos da ditadura e algumas forças políticas da oposição ao regime fascista, sob os auspícios da administração norte-americana. Esta solução travou uma saída popular e democrática para que apontava o desenvolvimento da luta da generalidade das classes e camadas sociais não comprometidas com o fascismo. O plebiscito e a vitória do NÃO à candidatura de Pinochet tiveram enormes repercussões políticas, mas os compromissos entretanto alcançados desembocaram numa solução governativa de concertação entre partidos e num sistema político anacrónico em que as forças armadas constituem «garantes da institucionalidade». Assim permanece na vida política e na sociedade chilenas o peso do militarismo pinochetista, como um poder paralelo, um suprapoder que através dum Conselho de Segurança Nacional, acima do poder executivo, legislativo e do próprio Presidente da República, mantém a chantagem constante do golpe militar.

Passados 7 anos do afastamento de Pinochet, o velho ditador continua a influenciar todas as instituições (senado, parlamento, supremo tribunal, banco central, entre outras) e o actual governo de Eduardo Frei prossegue, no essencial, a política económica, social e cultural herdada da ditadura.

Cresce assim a presença das transnacionais na vida económica, a par da destruição de todo o sector empresarial do Estado, desenvolvido em 50 anos de governos democráticos e consolidado pelo governo popular de Salvador Allende. A privatização dos serviços públicos origina dramáticas situações. Deterioram-se as condições de vida das camadas laboriosas e alarga-se o fosso na repartição dos rendimentos. Hoje, o Chile é, a seguir ao Brasil, o país da América Latina com maiores disparidades entre ricos e pobres. O sistema eleitoral binominal (eleição de dois deputados por distrito) premeia o bipartidarismo em que assenta todo o sistema político - direita de Pinochet e os partidos da concertação, socialistas incluídos. As limitações ao carácter representativo dos órgãos eleitos, que as Teses (em debate para o Congresso do nosso Partido) referem como um traço da regressão democrática do capitalismo têm clara expressão de classe no Chile, onde um operário ou camponês não podem ser eleitos porque se exige o ensino médio completo para ser deputado (!); além disso a direita com 30% dos votos alcança metade dos eleitos, e os comunistas com cerca de 7% não têm nenhum deputado. A «transição para a democracia», que, paradoxo dos paradoxos, mantém a Constituição fascista em vigor, tem permitido a consolidação dos objectivos contra-revolucionários de 1973, permanecendo a democracia como uma miragem.

A escandalosa prisão da nossa camarada Gladys Marin constituiu uma chamada de atenção para o carácter antidemocrático do regime chileno e as suas especificidades. Para além de ter tido lugar durante uma campanha eleitoral, deu-se num período em que se desenvolvem movimentos grevistas e outras acções de massas - desde os mineiros do carvão aos professores, passando pelos trabalhadores das autarquias, estudantes, profissionais da saúde, etc. - com a recuperação do movimento sindical, destruído pela ditadura. E em que o Partido Comunista do Chile se impõe como uma força decisiva para o movimento social e congrega esforços para a unidade dos sectores populares e democráticos mais consequentes.

Intimidação e a tentativa de vingança de Pinochet, impondo um processo a Gladys Marin não surtiram efeito. Pinochet saiu derrotado desta jogada. Inquietou-se pelo avivar das memórias sobre os seus crimes, mas o seu desespero acabou por trazer de novo para o plano internacional a solidariedade com o povo chileno. As acções pela libertação da secretária-geral do PC do Chile confirmam a força da solidariedade e o seu valor inestimável.

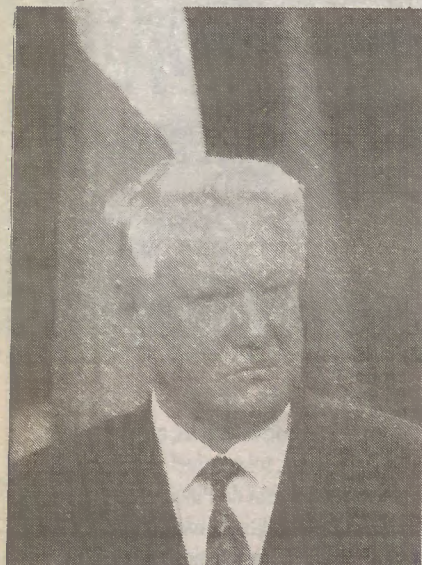
■ Manuela Bernardino

SEMANA

Crise no Paquistão

O presidente do Paquistão, Farouq Ahmed Leghari, demite a primeira-ministra Benazir Bhutto e dissolve a Assembleia Nacional, ao abrigo de prerrogativa constitucional. Benazir Bhutto é acusada pelo presidente paquistanês de ser responsável por «milhares de mortos» nos últimos três anos, despotismo, infracções da lei e violação sistemática dos direitos humanos, a par de acusações de corrupção praticadas pelo seu executivo. O próprio marido da ex-primeira-ministra está envolvido em vários escândalos, onde não falta o crime de sequestro e extorsão sobre um investidor britânico. Benazir Bhutto granjeou grande simpatia no Ocidente quando se tornou a primeira mulher a assu-

mir o mais alto cargo da governação num país islâmico, beneficiando igualmente da aura de resistente à ditadura de Zia Ul-Aq granjeada por seu pai, Ali Bhutto, que seria executado às ordens do ditador. Essa ascendência foi determinante na vitória eleitoral que levaria Benazir Bhutto ao poder. Entretanto o presidente paquistanês nomeou, curiosamente, primeiro-ministro interino um dirigente do partido de Benazir, Miraj Khalid, marcando eleições legislativas para o dia 3 de Fevereiro de 1997. Desconhece-se o paradeiro de Benazir Bhutto, enquanto o Exército encerrou todos os aeroportos e colocou tropas frente à televisão, em Islama-



Ieltsin operado

O presidente russo, Bóris Ieltsin, foi submetido a uma operação ao coração com duração prevista de oito horas, não se sabendo o seu resultado, à hora do fecho desta edição. Poucas horas antes da operação, o Conselho de Segurança da Rússia reuniu-se sob a direcção do primeiro-ministro, Viktor Tchernomirdine, em quem Ieltsin delegará todos os seus poderes durante o período operativo. O primeiro-ministro, na prática, já assumia todas as responsabilidades governativas de Ieltsin desde Junho, altura em que o presidente russo desapareceu de cena após confessar que sofria do coração. Todavia, não é pacífico no Kremlin este papel de «número dois» assumido por Tchernomirdine, sendo contestado nomeadamente pelo chefe da administração presidencial, Anatoli Tchubais.

A equipa que operou Ieltsin foi chefiada pelo cardiologista russo Renat Akchurine e teve a colaboração, como consultor, do cirurgião norte-americano Michael DeBakey, de 88 anos.

Morre Bokassa



Com 75 anos de idade, morre Jean-Bedel Bokassa, o brutal ditador que depredou a República Centro-Africana, de que se autocoroou «imperador» ao estilo de Napoleão numa cerimónia onde gastou um quarto das divisas estrangeiras que o seu país conseguira nesse ano, tendo, só a coroa de diamantes, custado cinco milhões de dólares. Isto num país considerado um dos mais pobres de África e do mundo. Deposto em 1986, após um «reinado» de bizarras e, sobretudo, crueldades,

onde não faltou sequer a antropofagia, Bokassa foi em 1987 condenado à morte por assassinio e apropriação ilegal de bens do Estado, após um julgamento onde se chegou a dizer que mandara matar crianças em idade escolar, que mandava colocar em frigoríficos para as «cozinhar» quando lhe apetecesse. O presidente de então, André Kolingba, comutou-lhe a pena de morte e, em 1993, concedeu-lhe a liberdade, instalando-o numa residência oficial, como se nada de grave tivesse cometi-

do durante os 13 anos que esteve à frente do país. O actual governo decidiu, entretanto, promover-lhe funerais nacionais. As suas ligações à França, de que foi soldado no exército colonial, deixaram mancha no executivo gaulês, que sempre dele se aproveitou para depredar a já depauperada República Centro-Africana, com o próprio presidente de então, Valéry Giscard d'Estaing, a ser acusado na imprensa de ter recebido de Bokassa a oferta de um número indeterminado de diamantes.

Os números do Casal Ventoso

Segundo o Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, em Lisboa, citado pela agência LUSA, este bairro é «visitado» diariamente por cerca de 3.000 pessoas para consumir ou adquirir droga para revenda. Mensalmente, o bairro

movimenta cerca de 1,5 milhões de contos na venda local, constituindo um dos principais entrepostos de venda de droga onde «a cocaína é a melhor que há em Lisboa», o que atrai ainda mais consumidores. O «movimento» começa

pelas 11 horas da manhã e as «bancas» de venda só levantam às quatro da manhã. Na zona da Meia Laranja, na Rua Maria Pia, uma carrinha da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida distribui diariamente 2.500 seringas.



Prisão perpétua para assassino do apartheid

O coronel Eugène de Kock, antigo chefe de uma unidade «antiterrorista» da polícia secreta sul-africana, foi condenado a prisão perpétua e mais 212 anos, no que constitui a pena mais pesada alguma vez aplicada a criminosos do regime do apartheid. De Kock, com 48 anos e que se classificava a si próprio como «assassino de Estado», foi considerado culpado pelo Supremo Tribunal de Pretória pela morte de seis pessoas e 83 outros crimes cometidos quando «trabalhava» com os esquadrões da morte.

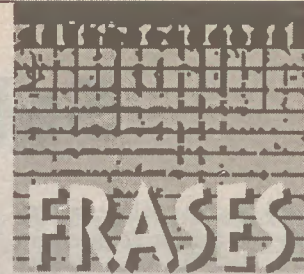
O processo durou 19 meses e permitiu desvendar publicamente as práticas sanguinárias e brutais da chamada «segurança» sul-africana durante o regime do apartheid. O coronel, amargurado perante a falta de «solidariedade» dos seus antigos superiores, denun-

ciou de forma clara a responsabilidade do governo do Partido Nacional (PN) nas práticas sanguinárias das forças de «segurança» e acusou de responsabilidade directa



nos crimes toda a hierarquia policial, bem como o ex-presi-

dente Pieter Botha, na reforma desde 1989, o seu sucessor Frederick de Klerk, actual chefe do PN, e vários ministros.



“Não estamos para abrir as portas a quem cometeu crimes fiscais e, dois ou três anos depois, vai a tribunal pedir perdão.”

(Octávio Teixeira, na A.R., citado em «Expresso», 01.11.96)

“(Sou), por princípio, contra o referendo ao aborto, pela simples razão de que a vida não deve ser sujeita a referendo.”

(Manuel Monteiro - «Semanário», 01.11.96)

“Se os homens pudessem engravidar, há muito que a questão do aborto teria sido resolvida.”

(Maria Filomena Mónica - «O Independente», 31.10.96)

“Não há dúvida de que este livro impressionará quem o ler, como me impressionou fortemente a mim, obrigando-me a sair da minha reserva e a manifestar publicamente a minha solidariedade a Leonor Beza.”

(do prefácio ao livro de Proença de Carvalho, citado em «Público», 01.11.96)

“Segredo de justiça só está em causa quando estão em causa os poderosos. Ninguém se lembra do segredo de justiça quando é preso um “pilha-galinhas”.”

(António Cluny, Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público - «Fórum TSF», 04.11.96)

“Não sou candidato à liderança do PP, digo e repito. Esta é a primeira e última vez que falo no assunto.”

(Manuel Monteiro, das rádios - 31.10.96)

“Peço a Paulo Portas e a Lobo Xavier que não deixem de se apresentar ao Congresso. É um serviço ao partido que não têm o direito de recusar.”

(Krus Abecasis - «Diário de Notícias», 01.11.96)

“Santana poderá defrontar Edite Estrela em Sintra. Uma coligação local PSD/PP está a ser preparada por Jorge Ferreira e Pacheco Pereira com o acordo das estruturas locais. É o regresso à ribalta.”

(Subtítulo do «Semanário», 01.11.96)

“Santana (Lopes) está politicamente morto - em política, quem não mata morre.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Expresso-Revista», 01.11.96)

“Em 2001, (Cavaco Silva) poderá ser um candidato de ruptura, um candidato não identificado com a classe política instalada e disposto a introduzir reformas profundas no sistema.”

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 01.11.96)

“Não descontro a hipótese de um dia, velho, com os meus filhos casados, entrar num mosteiro para acabar os meus dias.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Expresso-Revista», 01.11.96)



Reunião do Comité Central

Aprovada Resolução sobre estruturas de direcção central

— **PCP promove jornada de esclarecimento sobre a situação social**

No seguimento da reunião do Comité Central, que apreciou alguns aspectos da conjuntura política e a preparação do Congresso (ver na página seguinte o documento aprovado pelo CC no passado domingo), o Secretário-Geral do Partido informou a imprensa das conclusões da reunião, começando por referir-se à situação política.

“O Comité Central”, declarou Carlos Carvalhas, “considera que se mantém a política de contracção da actividade económica e a política de concentração da riqueza, pelo que não se vai dar resposta aos graves problemas do emprego, da desertificação do interior do país, da grave situação do pequeno comércio, da agricultura e pescas e de milhares de empresas do sector industrial.”

Referindo-se particularmente ao Orçamento do Estado, cujo debate vai estar na ordem do dia, o dirigente comunista desmentiu que se tratasse de um Orçamento transitório, acentuando que na realidade “segue no fundamental as linhas dos Orçamentos dos últimos anos e que continuará a ter a mesma estrutura nos anos futuros com a política de marcha forçada e acelerada para a moeda única.”

“Não é um Orçamento de rigor com preocupações sociais como diz em termos de marketing propagandístico o Governo”, adiantou, “mas sim, um Orçamento de austeridade para os trabalhadores e as camadas médias e de contracção da actividade económica com graves prejuízos em termos de desenvolvimento e de defesa e valor-

zação do aparelho produtivo nacional.”

Carvalhas referiu-se ainda às questões do desenvolvimento, do emprego e da melhoria da repartição do Rendimento Nacional. “Sendo questões centrais”, disse, “não encontram resposta na política orçamental, antes pelo contrário.” Carvalhas deteve-se ainda na análise da situação social e sobre “a deterioração da situação económica e social de milhares de famílias e sobre a grave situação de milhares de jovens que não encontram uma ocupação ou um emprego condigno que lhes ajude a perspectivar o seu futuro”.

Jornada de informação e esclarecimento

“Não é com linhas de diversão para afastar a atenção da opinião pública das graves questões com que o País está confrontado, que se esconde o essencial de uma política que é contrária aos interesses dos trabalhadores e ao desenvolvimento do nosso país”, declarou Carvalhas, sublinhando a seguir:

“A mistificação do diálogo e a demagogia social com que o Governo PS, passado um ano de existência, procura encobrir uma



política de mão estendida para os grandes senhores do dinheiro e de costas para os trabalhadores, justificam a decisão do PCP de promover, na 2ª quinzena de Novembro, uma jornada de informação e esclarecimento

que, na articulação com a iniciativa política e institucional, alerte os portugueses para a grave hipoteca do nosso futuro colectivo, de desenvolvimento real do país e do progresso social dos portugueses para que nos está a empurrar a política do Governo.”

Por fim, o Secretário-geral do PCP prestou alguns esclarecimentos sobre os trabalhos do CC acerca da preparação do XV Congresso, nomeadamente sobre a discussão das Teses e o debate que se verifica nas organizações do Partido e ainda sobre as estruturas de direcção central, como proposta a levar ao novo Comité Central a eleger pelo Congresso.

O camarada Carlos Carvalhas revelou na altura que o CC considera que a Comissão Política e o Secretariado se devem manter como órgãos fundamentais de direcção política do Partido; que o Comité Central, que é o órgão

supremo no intervalo dos congressos, deve ser valorizado e melhorar o seu funcionamento; que se deve manter a Comissão Central de Controlo, no fundamental com as mesmas atribuições e competências estatutárias. O Secretário-Geral referiu ainda que “a necessidade de uma resposta pronta e de uma melhor operatividade deverá levar à simplificação de toda a estrutura de direcção. Nesse sentido, a proposta do Comité Central é de extinção do Conselho Nacional criado no último Congresso, assim como das responsabilidades do camarada Álvaro Cunhal no cargo de Presidente desse Conselho.”

Carlos Carvalhas anunciou por fim a realização, para finais do mês, de nova reunião do CC, onde estas questões, as Teses e a proposta de um novo Comité Central serão debatidas.



Carlos Carvalhas divulga à Imprensa as principais conclusões da reunião do CC



Resolução do Comité Central sobre Estruturas de Direcção Central

Na sua reunião plenária de 3 de Novembro, o Comité Central examinou um conjunto de questões relativas à estrutura da futura direcção central, com vista à elaboração, em conformidade com as orientações contidas nas Teses, de propostas a submeter ao XV Congresso para efeitos de consagração estatutária. O Comité Central aprovou igualmente várias propostas que deverão ter expressão na Proposta de Resolução Política e um conjunto de considerações a submeter a apreciação do novo Comité Central a eleger pelo XV Congresso e a quem caberá a responsabilidade de eleger os seus organismos executivos e tomar as decisões relativas ao seu funcionamento interno.

Geral

As diferentes soluções de estruturas de direcção central que têm vindo a ser implementadas foram sempre determinadas tendo em conta o quadro social e político nacional e internacional em que o Partido actua e tarefas daí decorrentes, a fase concreta da sua vida, os quadros e a situação da organização partidária.

A não cristalização de soluções revelou-se de grande importância para assegurar, em diferentes momentos, uma intervenção pronta e dinâmica e a unidade de orientação e acção do Partido.

O Comité Central considera que a estrutura de direcção central saída do XIV Congresso assegurou, no essencial, uma pronta e eficaz intervenção, embora, como se afirma no Projecto de Teses, «se tivesse revelado complexa a interdependência, a complementaridade e a articulação das actividades dos diferentes organismos».

Tendo em conta os princípios e as orientações contidas nas Teses para o XV Congresso para o aprofundamento e aperfeiçoamento do trabalho de direcção central, nomeadamente a necessidade da estreita ligação dos dirigentes às organizações do Partido, uma melhor preparação dos trabalhos e do funcionamento do Comité Central, da melhor articulação entre os organismos executivos, do reforço da sua ligação às direcções regionais, o Comité Central considera ser útil proceder a uma simplificação da estrutura de direcção central e a uma mais precisa definição das competências e áreas de actividade dos diferentes organismos.

I - Comité Central

O Comité Central deverá manter as actuais competências que lhe são conferidas pelos Estatutos e pelas quais lhe cabe a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resolução do Congresso, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido.

A cabal assunção das competências do Comité Central passa pela sua efectiva intervenção nas decisões sobre as orientações relativas às grandes questões políticas e da vida partidária, pela melhor e mais regular informação dos organismos executivos e por uma preparação cuidadosa das suas reuniões, sempre que possível com informação e documentação sujeitas previamente à reflexão dos membros do Comité Central.

Tendo em conta a prática corrente do funcionamento das reuniões plenárias do Comité Central, nas quais os membros suplentes têm tido assegurada a regular participação e direito de intervenção, considera-se que, na prática, essa diferença se veio a esbater cada vez mais, pelo que se propõe o fim da distinção entre membros efectivos e suplentes passando a haver apenas membros do Comité Central, tornando-se para o efeito necessário alterar em conformidade o artigo 32º dos Estatutos e, consequentemente, os artigos 34º e 36º.

O Comité Central reafirma a necessidade de se observarem os critérios definidos para a elaboração da proposta do novo Comité Central a eleger pelo XV Congresso. Considera-se vantajoso, no quadro da sua

necessária renovação, manter nessa proposta as características actuais do Comité Central, nomeadamente no que se refere ao número dos seus membros, o qual não deve aumentar, e natureza da sua composição, designadamente: a participação de quadros do Partido, funcionários e não funcionários; responsáveis por grandes sectores da actividade partidária ou com intervenção destacada em importantes áreas da vida social e

nacional; a diversidade de conhecimentos e experiências; uma larga maioria de operários e empregados, com uma forte componente operária; uma criteriosa distribuição geográfica; o reforço do número de mulheres e jovens.

II - Comissão Política e Secretariado

No quadro da estrutura de direcção central a propor ao XV Congresso, a Comissão Política e o Secretariado do Comité Central são organismos executivos com o mesmo nível de responsabilidades, embora com actividades e competências específicas definidas estatutariamente. Para uma maior eficácia do trabalho de direcção considera-se vantajoso que se tipifiquem mais rigorosamente as respectivas áreas de actuação destes organismos, por forma a que se aprofunde também a coordenação e a complementaridade destes dois organismos executivos, no quadro da diferenciação das suas funções e actividades.

1. A Comissão Política deverá ter como responsabilidades fundamentais a direcção política do Partido no intervalo das reuniões do Comité Central e assegurar o acompanhamento directo e indirecto de organizações, sectores e áreas de trabalho. Considera-se ter sido positiva a decisão tomada no âmbito do último Congresso de se ter assegurado uma maior atribuição a camaradas da Comissão Política, da responsabilidade directa pelas mais importantes organizações regionais e por organismos de coordenação inter-regional ou de frentes de trabalho.

A reponderação da estrutura de direcção central, a ligação da Comissão Política a mais organizações e frentes de trabalho, pode tornar necessário um alargamento do número de membros deste organismo, embora em número limitado.

2. O Secretariado do Comité Central deverá manter uma dimensão muito próxima da actual e continuar a ter como responsabilidades fundamentais orientar e dirigir o trabalho diário, assegurar a distribuição de quadros e o controlo da execução das tarefas correntes indicadas pelo Comité Central.

O Secretariado no âmbito das suas competências, assegura a ligação às organizações regionais e organismos inter-regionais e é responsável directo pela Comissão Central de Quadros e pela Comissão Administrativa e Financeira.

3. A Comissão Política e o Secretariado deverão adoptar as soluções que melhor correspondam à necessidade de resposta política aos acontecimentos do dia-a-dia, planeamento de iniciativas e outros aspectos relativos à acção política geral do Partido.

III - Conselho Nacional

O Comité Central considera que, no quadro da proposta de simplificação e de diferente ordenamento da estrutura de direcção central, não se justifica a manutenção do Conselho Nacional e em consequência do

seu desaparecimento acaba o cargo de Presidente do Conselho Nacional e respectivas competências individualizadas, pelo que o Comité Central apresentará ao Congresso as correspondentes propostas de alteração dos artigos 34º, 35º e 36º dos Estatutos.

O Comité Central considera entretanto que, sem se criar novo organismo, se devem estudar processos de coordenação adequadas às novas condições.

IV - Comissão Central de Controlo

O Comité Central considera que se deve manter a Comissão Central de Controlo decidida pelo XIV Congresso, organismo executivo, com as atribuições de fiscalização da legalidade estatutária das actividades do Partido, intervenção em casos de quadros de particular complexidade, instância de recurso de qualquer organismo ou militante e fiscalização das contas do Partido.

V - Secretário-geral

O Comité Central considera que se deve manter o cargo de Secretário-geral com particular responsabilidade no quadro da direcção colectiva, na elaboração e divulgação da orientação do Partido, no acompanhamento da actividade partidária e nas relações internacionais, na representação do Partido na actividade nacional e internacional.

VI - Direcções das Organizações Regionais

As Direcções das Organizações Regionais são estruturas fundamentais no desenvolvimento e dinamização da actividade partidária, na ligação da direcção central às diferentes estruturas e ao conjunto do Partido.

O Comité Central considera que são de manter as Direcções das Organizações Regionais de âmbito distrital, admitindo porém que possam, em certos casos, ter âmbito pluridistrital quando necessário. O Comité Central considera também necessário manter e desenvolver os organismos inter-regionais, com soluções diferenciadas, aprofundando a questão do seu âmbito e competências.

VII - Áreas de trabalho e de intervenção política

As áreas e frentes de trabalho têm desempenhado papel de relevo no estudo e aprofundamento de diferentes problemas, no apoio político ao trabalho do Comité Central e dos organismos executivos, na dinamização e coordenação da actividade partidária em áreas de grande importância para o Partido.

A extensão, composição e funcionamento das respectivas estruturas são significativamente influenciadas pela estrutura de direcção central e regional, o estado da organização partidária e os meios humanos e materiais disponíveis.

O Comité Central pronuncia-se pela necessidade de se proceder ulteriormente a uma avaliação mais aprofundada destas questões, tendo em conta as necessidades e reais possibilidades, a disponibilidade de meios e de quadros, a definição das prioridades de trabalho, e sua adequação à estrutura de direcção central a decidir pelo XV Congresso.

Lei de bases do ensino Governo deve retirar proposta de alteração

A Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP considera «desadequada» a proposta de alteração Lei de Bases do Sistema Educativo, acusando o Governo de propósitos economicistas

Em nota enviada à imprensa, a Comissão afirma que «a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) é o documento legislativo fundamental, concretizador dos princípios, valores e orientações de política educativa democrática consagrados na Constituição. A sua discussão decorreu há uma década num quadro muito alargado, envolvendo de todos os protagonistas da área educativa e da opinião pública em geral, que culminou com a sua aprovação através de um consenso político muito alargado alcançado na Assembleia da República. Por isso não pode deixar de ser considerado como muito negativo o facto de o Governo não ter promovido qualquer avaliação séria e de conjunto da Lei de Bases do Sistema Educativo e sem qualquer debate prévio ter tentado precipitar alterações pontuais, mas com profundas implicações».

«É de lamentar a negligência do Governo quanto à realidade e às exigências pedagógicas do ensino. Em relação às alterações à LBSE propostas respeitantes ao sistema de graus académicos e ao sistema de formação inicial de professores, não tendo sido criados os requisitos de financiamento, de estrutura curricular e de duração dos cursos, de qualificação científica e pedagógica do corpo docente, é evidente que o que verdadeiramente move o Ministério da Educação é o propósito economicista do encurtamento e embaraço da formação inicial de professores. Este propósito surge nitidamente consubstanciado em dois pontos: na tentativa de redução dos cursos de bacharelato para dois anos (o que constitui um recorde europeu) e das licenciaturas para o ensino para quatro anos; e no apontar para o desenvolvimento de um perfil profissional

generalista, abrangente dos 1º, 2º e 3º ciclos, em que o professor, apesar de não dispor de especialização para nenhum ciclo de ensino, pode, sem tal especialização, ser convocado para ministrar aulas em qualquer um deles».

O PCP «reclama que o Governo retire a proposta de alterações da Lei de Bases do Sistema Educativo de modo a repor condições favoráveis para um alargado debate em torno dessa legislação básica, para a adequada ponderação de eventuais alterações, e o estabelecimento de consensos alargados. E saúda vivamente os estudantes do ensino superior, das universidades e das ESE's, que vêm dando passos no sentido de ultrapassarem os factores de divisão provocados pela iniciativa legislativa do Ministério da Educação e de estabelecerem uma convergência positiva em torno de uma reivindicação que a todos deve unir - uma formação de professores de qualidade para um ensino de qualidade».

A nota divulgada reafirma a posição dos comunistas sobre o seguinte conjunto de questões:

- a formação inicial de professores de qualidade constitui uma questão de importância crucial na abordagem do problema da qualidade da educação e do ensino e do sucesso escolar no nosso país; isto liga-se com os requisitos formais (currículos, duração de cursos) e com as condições mínimas que todos os estabelecimentos de ensino superior em que tenha lugar essa formação inicial deverão possuir no que respeita a financiamento, ao corpo docente e à efectiva qualidade científica e pedagógica dos cursos que ministram;
- o grau de licenciatura deve ser considerado no futuro o requisito mínimo para o ingresso na profissão docente, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário;
- a indispensável qualificação e valorização profissional de todos os docentes, independentemente do nível ou grau em que ensinam, deve ser acompanhada pelo desenvolvimento da especialização de professores

para cada ciclo, a par do estabelecimento dos requisitos objectivos em que a sua mobilidade possa ter lugar;

- a avaliação e a melhoria das formações ministradas no ensino superior, quer nos politécnicos quer nas universidades, estabelecimentos públicos e privados, constituem um objectivo fundamental em relação a todo o sistema. Os requisitos no que respeita aos currículos, à duração dos cursos, à qualidade do corpo docente, à avaliação do ensino, devem ser os únicos factores que determinam a capacidade de um estabelecimento de ensino superior, universitário ou politécnico, atribuir graus académicos aos diferentes níveis.

A Comissão relembra as propostas relativas «à rápida expansão da educação pré-escolar pública e gratuita, à melhoria do ensino obrigatório e à urgente preparação do alargamento da escolaridade obrigatória para 12

anos, e sublinha as crescentes necessidades que elas colocam no terreno da formação de docentes.

Por outro lado, a nota sublinha «a necessidade de serem dados passos no sentido de um único grau inicial no ensino superior, independentemente da natureza da instituição que o confere, desde que estejam salvaguardados limiares universalmente aplicáveis quanto ao acesso, à escolaridade mínima, qualificação do corpo docente, e reconhecimento do estabelecimento de ensino. E liga a adopção desta medida com a perspectiva, há muito defendida pelo PCP, de integração do ensino politécnico e do ensino universitário num único sistema de ensino superior, em cujo seio coexistam, sem injustas discriminações, diferenciadas formas de aprendizagem, de conteúdos e de percursos escolares».



Jerónimo de Sousa em Aljustrel Impasse na mina é culpa do Governo

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, esteve no passado dia 31 de Outubro num comício em Aljustrel, de solidariedade para com a luta dos mineiros e da população pela reabertura da Mina, a principal actividade económica que dinamiza esta vila alentejana.

Administrada por uma empresa estatal, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), que detém cerca de 80% do seu capital, a empresa Pirites Alentejanas atravessa há alguns anos uma situação de instabilidade, em grande parte devida a uma má gestão que tem afectado bastante a vida dos trabalhadores. Assim dos 400 mineiros que tinha no início dos anos 90, hoje restam apenas 123 e mesmo estes vêm cada vez mais ameaçado o seu posto de trabalho.

O comício, no Cine-Oriental, foi aberto com canções alentejanas pelo Grupo Coral «Os Cigarros» e teve como oradores Manuel Baltazar, presidente do Sindicato dos Mineiros, José Godinho e Paulo Neto, presidentes da Câmara Municipal de Aljustrel e da Câmara Municipal de Mértola, respectivamente.

Perguntando «onde estão as preocupações sociais de Guterres» que anuncia 60 milhões de contos para os latifundiários e não tem 4,5 milhões para pôr a Mina a funcionar, Manuel Baltazar disse que os trabalhadores acreditam na viabilidade da empresa. Admitindo no entanto que, com todo este processo, o Governo queira privatizar a EDM ou vender as Pirites, este sindicalista afirma que os trabalhadores estão dispostos a continuar a sua luta.

José Godinho, por seu turno, falou do apoio incansável que a Câmara de Aljustrel tem dado aos trabalhadores e das acções que, no âmbito das suas

competências, desenvolve para libertar a vila «da dependência estreita que tem da mina».

Paulo Neto, presidente da Câmara de Mértola, solidarizando-se com os mineiros, alertou para a «experiência amarga que ocorreu com as minas de S. Domingos», cujo encerramento criou à povoação graves problemas socioeconómicos.

A terminar, interveio Jerónimo de Sousa. Depois de ter reafirmado a solidariedade do PCP para com a luta dos trabalhadores mineiros, este membro da Comissão Política do PCP acusou o actual Governo pelo impasse quanto à reabertura das Pirites, não deixando contudo de lembrar o papel do anterior Governo neste processo de destruição do aparelho produtivo, contra o qual os portugueses votaram.

Afinal, encontramos-nos «perante uma política de continuidade e não perante uma política de mudança», disse Jerónimo de Sousa, referindo as privatizações, a lei da flexibilidade e da polivalência e outras medidas do Governo PS lesivas dos interesses dos trabalhadores. E acrescentou: «o mesmo Governo que é tão mão pesada em relação ao IRS é o mesmo Governo de mão leve para considerar a possibilidade de redução do IRC, ou seja, de dar mais benefícios ao grande capital».

Existe uma «alternativa política de esquerda», afirmou ainda Jerónimo de Sousa na sua intervenção. Ela passa pelo PCP e está explícita nas teses apresentadas ao XV Congresso, que avançam com propostas concretas «no sentido da defesa do aparelho produtivo, de potenciarmos as nossas riquezas naturais, no sentido da concretização dos grandes projectos como o Alqueva, de uma política de crescimento económico».

Ponte da Barca PCP volta a ter casa

Passados 20 anos, o PCP volta a ter um Centro de Trabalho em Ponte da Barca. Situado frente à Câmara Municipal, considera a organização de Ponte da Barca que o local, embora pouco espaçoso, é um ponto de partida para uma actividade política mais regular e interveniente e um ponto de chegada para os militantes que têm vindo a aderir ao PCP.

Na inauguração do Centro de Trabalho, em que participaram várias dezenas de militantes e simpatizantes, estiveram presentes como convidados João Duarte, da Direcção do PCP em Viana do Castelo, e Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central.

Na ocasião, depois de Arnaldo Pereira, coordenador da Comissão Concelhia de Ponte da Barca e membro da DOR-VIC, ter saudado os presentes e agradecido o empenho de todos para tornar possível aquele momento, interveio João Duarte que se referiu às principais tarefas políticas que os comunistas têm pela frente. Que vão da preparação e realização do XV Congresso à batalha eleitoral das próximas eleições autárquicas, para as quais a CDU tem como objectivo, no concelho, o reforço da sua

votação e da sua presença na Assembleia Municipal.

A finalizar, interveio Henrique de Sousa que, sublinhando o significado da abertura de um espaço para o trabalho do Partido na região, defendeu o papel insubstituível do PCP na sociedade portuguesa e criticou a política do PS de contenção dos salários e de estrangulamento do aparelho produtivo.



Novo Centro de Trabalho de Ponte da Barca é um «sinal de esperança e de confiança no futuro», disse Henrique de Sousa, na sua inauguração

«Nós continuamos a ser portadores das melhores esperanças dos portugueses», afirmou Henrique de Sousa, lembrando que «é um sinal de esperança e de confiança no futuro que esta sede seja inaugurada aqui em Ponte da Barca, depois de tantos anos de esforços porfiados, às vezes frustrados, para conseguir que uma casa dos comunistas aqui pudesse existir».

PCP



MONTIJO

Congresso em preparação

Inserido na preparação do Congresso, decorreu no Montijo um debate sobre a influência social do PCP e a influência política e eleitoral, que contou com a participação de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do Partido. A iniciativa foi aberta a não militantes, tendo a assistência esgotado por completo o salão nobre dos paços do concelho.

Domingos Abrantes fez uma abordagem global das Teses em discussão, detendo-se em particular na importância da luta de massas como factor determinante para a criação de uma alternativa às políticas de direita, na qual o PCP se assume como força aglutinadora.

O reforço do Partido, o recrutamento, a ligação às massas foram outros temas focados no debate, que registou cerca de um dezena de intervenções.

Para os próximos dias, os comunistas do Montijo realizam seis assembleias plenárias para discussão das teses e eleição dos delegados.

VILA REAL

Casa do Douro

Dando conta da visita à região do deputado Lino de Carvalho e de Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, que manteve um encontro com a direcção da Casa do Douro, os comunistas de Vila Real reclamam a viabilização financeira daquela instituição que representa 30 mil pequenos vitivinicultores.

Em conferência de imprensa realizada na segunda-feira, a DORVIR observou que se o Governo atribuiu 60 milhões de contos aos grandes agrários e se prepara conceder 190 milhões de benefícios fiscais os empresários, mais facilmente poderá viabilizar a Casa do Douro. O PCP lembra que as actuais dificuldades resultam da política dos Governos do PSD que durante anos não actualizou as taxas, aumentando o benefício e desequilibrando a produtividade em relação às necessidades.

A DORVIR considera ainda desnecessária a criação da Comissão Interprofissional da região do Douro, notando que nem sequer tem um representante do comércio local, limitando-se ao comércio exportador de Gaia. Este órgão institucional não deve contudo ser financiado às custas de verbas a retirar à Casa do Douro. O PCP anunciou ainda que vai propor a inscrição de uma verba no OE/97 para a criação do Museu do Douro a partir do arquivo histórico da Real Companhia Velha.

AÇORES

Cimeira mostra ligeireza

Congratulando-se com a escolha dos Açores para a realização da Cimeira Luso-Espanhola realizada nos Açores, o PCP manifesta entretanto a sua estranheza e preocupação pela omissão grave que consistiu no não agendamento, entre os assuntos deste encontro bilateral, das questões relacionadas com as ultraperiferias dos arquipélagos atlânticos no quadro da União Europeia.

Apesar de se ter tratado «de um encontro entre países com regiões autónomas insulares e distantes, cujas particularidades têm sido insistentemente referenciadas como devendo ser tidas em conta no quadro da integração europeia», dizem os comunistas que a preocupação dos dois governos foi «quase em absoluto com o enfileiramento» dos seus países no sistema da moeda única. Assumiram assim - particularmente o Governo de António Guterres na opinião do PCP/Açores - uma «atitude condenável de ligeireza política e falta de respeito pela dignidade institucional da Região Autónoma e pelos seus problemas específicos».

COIMBRA

A Comissão Concelhia de Coimbra, acusando a Câmara Municipal de Coimbra de «grave irresponsabilidade» na forma como está a lidar com a desorganização da recolha de lixo no concelho, afirma que o presidente da Câmara e o vereador «supostamente» responsável pelo Pelouro mostram uma inqualificável tendência para «sacudir o lixo do capote».

«Não é por de mais lembrar que foi apenas por sectarismo partidário que o vereador Santos Cardoso, com provas dadas neste sector, foi afastado em favor do actual», denunciam os comunistas de Coimbra, considerando ainda que também em relação ao problema do tratamento dos lixos, «a atitude do Presidente da Câmara mostra nada ter aprendido com a experiência».

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP alerta por fim para o facto de estarem «em jogo importantes interesses públicos relacionados com a higiene e saúde da população, e de nada estar garantido quanto a uma solução estável quer da recolha dos lixos quer do seu tratamento».

A DORP do PCP considerou que a proposta governamental de Orçamento do Estado para 1997 agrava as assimetrias e desigualdades regionais e sociais e não dá resposta aos problemas fundamentais da população da região.

Em conferência de imprensa, realizada na passada semana, com a participação de Ilda Figueiredo, João Fonseca e Sérgio Vinagre, a DORP qualifica de «particularmente chocante que na regionalização do PIDDAC 97 as verbas previstas para os quatro distritos do Norte sejam, no seu conjunto, apenas 75 milhões de contos, ou seja, somente metade das verbas atribuídas ao distrito de Lisboa (150 milhões de contos).

«Ao distrito do Porto são atribuídos 53,6 milhões de contos, uma das verbas mais baixas dos últimos anos, mesmo em termos nominais, e que corresponde apenas a 35,6 por cento das verbas atribuídas ao distrito de Lisboa, apesar de manter dos mais baixos índices económicos-sociais no campo da habitação social e do saneamento básico, em especial na rede e tratamento de esgotos, da educação pré-escolar, do insucesso e do abandono escolares. Continua a ser inadmissível o pouco investimento público nos municípios do interior do distrito do Porto e a fraca intervenção na área da habitação social, com apenas 550 mil contos para todo o Norte na área da promoção directa, quando um município como Setúbal tem mais de dois milhões de contos. Claro que o que está errado não é a verba para Setúbal, mas a verba para o Norte...»

«O Governo deixa cair promessas feitas no Porto semanas antes da entrega da proposta do Orçamento de Estado na Assembleia da República, adia o início da execução de projectos, reduz dotações previstas em anteriores orçamentos, e alguns dos projectos novos que lança, sobretudo na área social, fá-lo com verbas insignificantes face às carências do distrito, como acontece nos cuidados primários da saúde (menos de 10% da área da saúde), onde se inscrevem obras urgentes com apenas alguns milhares de contos, nalguns casos inferiores a anos anteriores. São os casos, entre outros, da construção do centro de saúde de Ramalde (10 mil contos este ano; 30 mil contos há dois anos), do Centro Materno-Infantil (50 mil contos este ano; 200 mil em anos anteriores).

Projectos menosprezados

«Há projectos que, apesar de corresponderem a grandes carências da região e a promessas feitas pelo PS em épocas eleitorais, são, agora, claramente menosprezados, de que são exemplos mais significativos:

- nos transportes, o caso do metro é dos mais graves. O ac-

Porto

Orçamento agrava assimetrias regionais

tual Governo apenas se responsabiliza por nove milhões de contos dos 57,9 milhões que prevê que o Orçamento de Estado financie, mas, na sua maioria, apenas do ano 2000 em diante. Isto significa que só haverá metro no Porto se o futuro Governo do ano 2000 achar oportuno realizá-lo. Hoje, já não há dúvidas de que a promessa do metro no Porto foi a maior ilusão deste século. Veremos o que vai acontecer no século XXI...

- no ambiente, os processos da despoluição do rio Leça e do Douro continuam adiados. Por

instituições na área da acção social, mais parecendo uma distribuição natalícia para campanha pré-eleitoral do que uma verdadeira resposta aos graves problemas sociais do distrito.(...)

Municípios prejudicados

«Por outro lado, este orçamento não altera a injusta partilha dos recursos públicos entre a Administração Central e a Administração Local. O não cumprimento integral da Lei das Finanças Locais está a prejudicar gravemente as populações, dadas as dificuldades financeiras dos municípios. Um estudo realizado pelos serviços financeiros da Câmara Municipal do Porto refere que o município do Porto perdeu cerca de 10 milhões de con-

verbos envolvidas). Ora, como em 1996 se mantém uma situação idêntica em termos de não transferência das verbas devidas aos municípios pelas isenções fiscais declaradas pelo Governo, e algo de semelhante se prevê para 1997, não é difícil concluir que os municípios continuam a ser prejudicados com esta política.

«Ainda relacionado com o OE estão as insuficientes indemnizações compensatórias para a STCP (em média, cerca de 1750 mil contos/ano, ou seja, apenas cerca da terça parte dos 5,5 milhões de contos atribuídos à Carris, em Lisboa), o que contribuiu para o acumular de prejuízos desta empresa que presta um serviço público de transporte essencial para as populações da zona central da área metropolitana-



Ao distrito do Porto são atribuídos 53,6 milhões de contos - uma das verbas mais baixas dos últimos anos

outro lado, a central incineradora de lixos hospitalares desapareceu do PIDDAC;

- nas infra-estruturas rodoviárias, é notória a escassez das verbas previstas para vias repetidamente prometidas, como a via rápida para Gondomar dotada com uma verba de apenas 50 mil contos quando há dias prometiam 1,7 milhões de contos, e a ligação entre a V2 e a actual V8 em Gaia;

- na educação passa-se algo de semelhante com o adiamento da inscrição de projectos para a construção de escolas essenciais, como nos concelhos de Gaia, Santo Tirso e Valongo (Ermesinde);

- na cultura, mantém-se o desaparecimento do PIDDAC das verbas para o Museu de Etnografia e a recuperação do Palácio do Freixo e não são lançados projectos essenciais, apesar das carências do distrito;

- na habitação social mantém-se a mesma escassez de projectos e a quase ausência de verbas;

- nos equipamentos diversos, na área da segurança, do apoio à infância, da juventude e terceira idade, as verbas chegam a ser ridículas, por tão insignificantes, embora se multipliquem subsídios muito baixo a diversas

tos entre 1991 e 1995 por razões imputáveis à Administração Central (ex: não cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, alteração da legislação sobre a derrama e a contribuição autárquica, isenções fiscais declaradas pela Administração Central, sem que os municípios tenham sido ressarcidos pelos montantes de

na, impondo-se, pois, o reforço das indemnizações compensatórias atribuídas à STCP, SA».

A DORP divulgou um conjunto de propostas de alteração do Orçamento que abrangem as áreas da habitação e ambiente, educação, cultura, saúde e diversas infra-estruturas e equipamentos.

CAMARADAS FALECIDOS

António Rosa Mira

Com 67 anos de idade, faleceu no passado dia 22 de Outubro o camarada António Rosa Mira, natural da Aldeia Nova S. Bento. Membro do Partido desde 1974, estava organizado no Comité Local do Bom Sucesso - Alverca do Ribatejo.

António Antunes Martins Rodrigues

Faleceu recentemente, com 64 anos, vítima de doença prolongada, o camarada António Antunes Martins Rodrigues. Membro da Comissão Concelhia de Alcanena, este camarada, que foi vereador da Câmara Municipal de Alcanena, era actualmente membro da Assembleia Municipal. O seu funeral realizou-se no dia 27 de Outubro em Monsanto/Alcanena.

Augusto Trindade

Após doença prolongada, faleceu no passado dia 2 de Novembro, com 57 anos, o camarada Augusto Trindade. Tendo feito parte da Comissão de Trabalhadores e da célula do Partido da Sociedade Nacional de Sabões, estava neste momento organizado na freguesia de Santa Iria, onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Combate à droga Muitas palavras e poucas acções concretas

Eleitos das freguesias



Acabar com a actual situação de desigualdade entre as freguesias abrangidas pelo regime de

permanência dos respectivos eleitos, estabelecendo para o efeito a igualdade de condições de financiamento que garanta a todas as que o desejem a utilização daquele direito conferido pela lei, tal é o objectivo de um projecto de lei do PCP recentemente entregue na Mesa do parlamento. Na base desta iniciativa está a consideração de que o universo de aplicação da Lei 11/96, que consagrou o regime de permanência dos eleitos de freguesia, apresenta-se "injustificadamente redutor" ao estabelecer uma desigualdade de tratamento que é encarada como uma absurda discriminação e que constitui "um obstáculo real ao pleno uso da faculdade que a lei consagra". Com efeito, como assinala o Grupo comunista na exposição de motivos do seu projecto, são muitas as freguesias que, embora dispondo das condições previstas na Lei, acabaram por razões financeiras das respectivas autarquias por não utilizar o direito que a lei lhes atribui, reclamando por essa razão "uma equiparação à situação prevista para as restantes freguesias". É, pois, essa equiparação que o projecto comunista agora consagra ao prever o alargamento do universo de aplicação da lei, com aplicação já a partir da entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 1997.

Deputados visitam Alentejo



O deputado comunista Rodeia Machado efectuou na passada segunda-feira uma visita ao

concelho de Ourique, tendo estabelecido contactos com várias entidades e participado num jantar que reuniu eleitos e activistas da CDU em Garvão. Acompanhado por membros da DORB do PCP, o deputado comunista teve encontros, nomeadamente, na Câmara Municipal, no Centro de Emprego, no Centro de Saúde, na escola C+S e na Santa Casa da Misericórdia.

Em visita, desta feita no distrito de Évora, estará também na próxima segunda-feira (dia 11) o deputado Lino de Carvalho. O programa incide no concelho de Montemor-o-Novo, destacando-se, das iniciativas programadas, a recepção na Câmara Municipal onde será recebido pela vereação, bem como o encontro com a direcção dos Bombeiros Voluntários. A antecedente almoço, onde estarão presentes membros da concelhia do PCP, Lino de Carvalho visita ainda a Associação do Lar 29 de Abril e o Grupo União Sport de Montemor.

Acusações de "inoperância" foram dirigidas pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Governo a propósito do combate à toxicoddependência. Em causa, sobretudo, a "falta de medidas concretas e eficazes" na luta contra o tráfico de droga e no apoio e reinserção de toxicoddependentes, situação que consideram altamente contrastante com a "exagerada publicidade" e "imagem de grande dinamismo" que o Executivo do PS procura dar às suas acções.

Ao fazer esta avaliação sobre a problemática da toxicoddependência, no debate sobre o tema realizado com carácter de urgência na semana transacta a pedido do PS, Bernardino Soares, em nome da bancada comunista, travou desde logo o optimismo evidenciado pelos deputados socialistas, para quem o primeiro ano da actividade governativa apresentava um saldo "altamente positivo" nesta matéria.

O próprio debate tivera como justificação, segundo as palavras de José Niza (PS), o facto de o Governo ter considerado a prevenção e o combate à droga como uma das suas prioridades e de, nesta linha, entre as medidas tomadas, ter aumentado o número de camas para o tratamento de toxicoddependentes, públicas e privadas, bem como aberto a possibilidade à brigada fiscal da GNR de actuar em lan-

chas rápidas para o patrulhamento da costa portuguesa.

Só que estas medidas, como tratou de lembrar Bernardino Soares, estão muito longe de corresponder às promessas largamente anunciadas pelo Governo, concretamente às 36 medidas (algumas decalcadas de programas já existentes) que mediaticamente garantiu adotar no âmbito do combate à droga.

Entre as promessas não concretizadas, exemplificou, está o aumento de 40 para 100 camas para desintoxicação, a criação de mais duas alas livres de drogas nas prisões portuguesas, a adopção de programas especiais para situações de risco (como grávidas e sem abrigo), o incre-

mento de uma nova orientação do Projecto de Vida "no sentido de ter menos preocupações mediáticas e de atribuição discricionária de subsídios e mais vocação para proporcionar uma intervenção onde é precisa", ou ainda a entrada em funcionamento até ao final do ano de CAT's em todos os distritos.

Daí que Bernardino Soares tenha sido levado a concluir que a acção governativa neste domínio se caracterizou por "muitas palavras e pouca correspondência em acções concretas". Mais grave ainda, do seu ponto de vista, é que esta postura esteja no fim de contas a corresponder a uma orientação do Governo consubstanciada na ideia de desresponsabili-

zação do papel que neste capítulo incumbe ao Estado.

Os testemunhos por si citados são, a este respeito, concludentes. Por um lado, registou, o facto de não se verificar nenhum acréscimo significativo nesta área no plano orçamental para 1997. Em termos de PIDDAC, por exemplo, "para além da desastrosa execução do orçamentado para 1996, o acréscimo fica muito aquém do satisfatório". Por outro lado, igualmente significativo é o facto de o orçamento do Projecto de Vida aumentar apenas 20.000 contos, ou seja, menos de um por cento, sendo que estranhamente, como observou o deputado do PCP, as despesas de pessoal aumentam 130 mil contos, o que traduz a prioridade conferida "ao peso da estrutura na reformulação desta instituição".

Mas caberia ainda a Bernardino Soares introduzir no debate a questão de fundo que verdadeiramente enquadra com rigor o fenómeno da toxicoddependência. "São os problemas económicos e sociais, como o desemprego e a insegurança no emprego, o insucesso e o abandono escolar e educativo" - sublinhou - "que constituem o maior combustível para a propagação da toxicoddependência." Nessa medida, concluiu, ao prosseguir uma política económica que aumenta o desemprego, precariza o vínculo laboral, mantém restrições no acesso à educação, mantém as dificuldades no acesso à habitação, o Governo tem fortes responsabilidades na manutenção de um quadro que, frisou, continua a ser o "cenário ideal para o aumento do consumo de drogas".

Segurança interna em debate

O aumento da violência em diversos crimes, designadamente nos assaltos, com a utilização de uma gama mais larga de armas, a par do aumento significativo dos crimes cometidos por grupos, bem como do alastramento (sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos) de zonas de exclusão e de conflitualidade latente, constituem algumas das características da criminalidade reveladas no decorrer do ano de 1995. A estas conclusões chegou a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em documento lavrado após apreciação do Relatório de Segurança Interna relativo à situação verificada neste domínio no País naquele ano.

Debatido numa das sessões plenárias da semana finda, o Relatório da Comissão parlamentar aponta ainda como características da criminalidade registada em 1995 o aparecimento das autodenominadas «milícias populares», o desenvolvimento de práticas de vandalização (designadamente fogo posto em automóveis) e o aumento da delinquência juvenil nas áreas urbanas, de que é testemunho particularmente preocupante o acréscimo em 11 por cento dos crimes praticados por menores de 16 anos, na área da PSP.

No Relatório e Parecer da Comissão de Direitos, Liberdade e Garantias, da autoria

do deputado comunista António Filipe, ressalta também a manifestação crescente de fenómenos de intolerância racial e religiosa (com relevância para a actuação dos chamados «skinheads»), o crescimento da criminalidade transfronteiriça e, por último, a manutenção em larga escala do tráfico e consumo de drogas, actuando como factor multiplicador da pequena e média criminalidade.

Um ênfase especial no decorrer do debate em plenário foi dado por António Filipe ao facto de a própria Comissão, com um reparo crítico, ter chamado a atenção no seu parecer para o facto de as forças de segurança, nomeadamente a GNR, fazerem nos seus relatórios internos "amplas referências" às manifestações de trabalhadores e de agricultores, bem como a outras expressões de reivindicação e descontentamento social, "colocando-as em pé de igualdade com manifestações de intolerância racial e religiosa".

Lembrado por António Filipe a este propósito foi o facto de a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias ter realçado - considerando-a mesmo "essencial" - a necessidade de estabelecer "a destrição" entre os dois tipos de situações, uma vez que a primeira "inclui formas legítimas de exercício de direitos fundamentais".

Nota de registo, para a qual o deputado comunista chamou igualmente a atenção, é também a referência feita no relatório aos "condicionamentos e limitações" que se levantam à capacidade de actuação da GNR. De entre eles, destaque para a falta de efectivos (há um défice de 3500 agentes), a falta e o excessivo envelhecimento de viaturas e a escassez de verbas, quer para a renovação do parque automóvel, quer para a aquisição de novos equipamentos, quer ainda para o melhoramento das infra-estruturas de um modo geral.

No que se refere ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, realce para o decréscimo em 46 por cento do número de pedidos de asilo registado em 1995 relativamente ao ano anterior (o que comprova a validade das críticas do PCP à Lei sobre o direito de asilo aprovada em 1993), enquanto que em matéria de Serviço de Informações de Segurança o destaque vai para o facto de o Conselho que fiscaliza as "secretas" não ter funcionado em 1995, à semelhança do que vinha sucedendo desde a demissão de todos os seus membros em meados de 1994.

Interrupção voluntária da gravidez em colóquio

As questões médicas sociais e penais

O Grupo Parlamentar do PCP promove no próximo sábado, dia 9, na Assembleia da República, um colóquio subordinado ao tema da "Interrupção Voluntária da Gravidez".

Particularmente em foco vão estar as "questões médicas, sociais e penais", matérias para as quais foram convidados a pronunciar-se, como oradores, Costa Andrade, penalista da Faculdade de Direito de Coimbra, Graça Mexia, psicóloga do Hospital Miguel Bombarda, Carlos Jorge, presidente da Associação Portuguesa de Diagnóstico Pré-Natal e assistente da Faculdade de Medicina do Porto, Rui Pereira, assistente da Faculdade de Lisboa,

Odete Santos, deputada do PCP, e um representante da Associação para o Planeamento Familiar.

Com esta iniciativa, o Grupo comunista pretende "aprofundar o debate" sobre as questões suscitadas pela actual lei de legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e sobre o projecto de lei por si apresentado no Parlamento em Junho passado, actualmente em fase de apreciação em sede de especialidade.

O colóquio, com início previsto para as 15 horas, será repartido em dois painéis: um, acerca de "questões médicas e sociais relacionadas com a IVG"; o outro, sobre "a IVG e os problemas de Direito Penal".

TRABALHADORES

POLIVALÊNCIA RECUSADA NA AGROS

Convocada uma greve de 48 horas para o início desta semana, a administração da Agros cedeu às reivindicações dos cerca de 500 motoristas e ajudantes desta importante unidade industrial de Vila do Conde (que já haviam paralisado no dia 19 de Outubro, levando à imobilização total da frota de recolha de leite).

Na raiz do protesto estiveram a tentativa de impor funções para lá das definidas na contratação colectiva, o crescente clima de intimidação, a expressão de solidariedade para com um trabalhador que a administração suspendeu e pretende despedir, e a actualização de um prémio que não acompanhou a evolução dos salários.

Antes do feriado de dia 1, a administração reintegrou o trabalhador suspenso, pararam as pressões para impor a polivalência de funções e foram indexados ao prémio, com efeitos retroactivos a Julho, os aumentos salariais de 4 por cento.

MANOBRAS NA RENAULT

Na fábrica de Cacia da Renault, a administração «não olha a meios» para «maximizar os superlucros», pretendendo aplicar a flexibilidade de horários e a polivalência de funções, a par da «usurpação de direitos e regalias» - denunciou a célula do PCP na empresa. Num comunicado que divulgou na semana passada, a célula comunista insurge-se contra declarações públicas da administração da fábrica (pronunciadas, por seu turno, após acusações feitas pelas ORTs e pela organização do Partido) e protesta contra «a repressão e as manobras para dividirem os trabalhadores». Entre outros casos, o comunicado da célula refere que houve trabalhadores discriminados na actualização salarial, um membro da CT «foi colocado durante horas no seu posto de trabalho sem lhe darem qualquer tarefa» e verificaram-se tentativas de «negociar horários e salários servindo-se dos problemas económicos de cada trabalhador».

«Goradas que foram as manobras para co-responsabilizar as estruturas representativas dos trabalhadores por esta estratégia e desmontadas que foram as patranhas com que nos pretendiam iludir, a administração está agora a tirar a máscara, começando a mostrar o verdadeiro rosto, através da repressão e da chantagem», comenta a célula do PCP.

TUDO NA MESMA NO IEFP

A Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional recebe fortes críticas da Comissão de Trabalhadores, por ainda não ter respondido a exigências antigas, mantendo problemas por resolver e promessas por cumprir.

Num comunicado que distribuiu após a sua última reunião, a CT do IEFP afirma que continuam as irregularidades no «uso e abuso» das viaturas do Instituto distribuídas a dirigentes e funcionários (e mesmo a ex-dirigentes, destituídos há meses). Também continua a haver «muitos dirigentes que, só em despesas com viaturas para seu uso pessoal, custam mais mensalmente do que aquilo que muitos trabalhadores ganham», afirma a CT, dando uma dezena de exemplos de directores de centros de emprego.

Continuam por cumprir as promessas eleitorais do PS, uma vez que «os dirigentes e chefes são nomeados e não concursados, desde os meros chefes de pessoal menor, passando por chefes de serviço, chefes de divisão, directores de serviço e de centros de emprego e de formação profissional». A Comissão Executiva é acusada também de dar cobertura aos chamados «euroconselheiros», que «passeiam muito pela Europa», «não se conhecem os critérios da sua nomeação» e não se sabe «o que é que já fizeram ou andam a fazer a favor dos desempregados».

A CT exige que o prolongamento das férias anuais decretado para a Administração Pública seja aplicado a todos os trabalhadores do IEFP e que a Comissão Executiva, que já deu conhecimento do diploma sobre redução do horário de trabalho no Estado, o mande aplicar sem mais delongas.

Motivo de protesto da CT é ainda a continuação do recurso a empresas alugadoras de mão-de-obra e a manutenção de contratos a recibo verde com trabalhadores que foram aposentados e recebem pensões de «várias centenas de contos». Até o «folhetim Entre Famílias» continua em Évora: «Não satisfeitos por estarem nos serviços do IEFP pai, filho e nora, foi aberto um infantiário para os netos!... Grande é o poder Branquinho» - ironiza a CT.

POLÍMEROS DO AVE

Proseguindo a luta para que os seus direitos sejam respeitados e os postos de trabalho defendidos, os trabalhadores da Polimeros do Ave, de Lousado, estiveram segunda-feira em greve e deslocaram-se a Famalicão, onde aquela empresa ia ser julgada por retenção de dois meses de salários. Do tribunal [onde a Polimeros do Ave foi condenada a pagar uma multa de 50 (cinquenta) contos], os trabalhadores foram ao Governo Civil de Braga «para, mais uma vez, denunciarem ao representante do Governo no distrito a gestão, ao que tudo indica, premeditadamente ruínoza, praticada por uma administração que, ao serviço dos interesses do Grupo Amorim e Continental Mabor, não olha a meios para atingir objectivos», como refere uma nota do Sindicato dos Químicos do Norte.

«Pressões ilegítimas» denunciadas publicamente BPA/BCP procura rescisões com propostas «despudoradas»

Os três sindicatos bancários condenaram vivamente o processo de redução de efectivos, desencadeado no grupo Atlântico/BCP, que contratou os serviços de uma empresa exterior especializada em obter rescisões de contratos dos trabalhadores.

Num comunicado recentemente distribuído ao pessoal daqueles bancos, os sindicatos do Sul e Ilhas, do Centro e do Norte põem em evidência o contraste entre, por um lado, a propagandeada boa situação do grupo financeiro chefiado por Jardim Gonçalves e, por outro lado, «propostas de rescisão do contrato com contrapartidas de indemnizações manifestamente despudoradas

e deontológica e eticamente reprováveis», feitas a trabalhadores «com mais de 25 anos de serviço e cerca de 45 anos de idade».

A apresentação de tais propostas, desde o início de Outubro, em contactos individuais realizados pela «Forum Atlântico», já tem «consequências nefastas na vida familiar e profissional, no equilíbrio psicológico e na saúde física, não só

dos colegas já abrangidos, como também nos restantes trabalhadores, que a qualquer momento podem ser vítimas de actuações desta natureza», afirma-se no comunicado conjunto do SBN, SBC e SBSI.

Os sindicatos, denunciando este comportamento da administração do grupo BPA/BCP, sublinham que, «no entanto, os trabalhadores não devem entrar em pânico» perante «todas as formas de persuasão a que venham a ser sujeitos» - nomeadamente, ameaças de transferência, rescisões unilaterais, despedimento, retirada de direitos. A estas «pressões ilegítimas» os bancários devem resistir firmemente, contando com as estruturas sindicais «para o aconselha-

mento e intervenção jurídica e sindical» e tendo presente que, «legal e contratualmente, não serão obrigados a aceitar propostas de "reforma antecipada" ou rescisão do contrato».

As manobras do BPA/BCP para a redução de pessoal foram também condenadas pela Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Português do Atlântico, que alertou para o facto de que, no actual contexto social, a perda do posto de trabalho poder significar o desemprego para sempre. A CNT expressou ainda o seu protesto por ter sido permitido o acesso de entidades estranhas ao banco a elementos pessoais e confidenciais de trabalhadores.

Portucel Recicla - Mourão

Vitória unitária para a CT contra presidente Martelo

Uma lista unitária, apresentada pela anterior comissão de trabalhadores, venceu as eleições para a CT da Portucel Recicla, em Mourão, assegurando dois mandatos.

O terceiro mandato em disputa foi para um grupo que se candidatou depois de intenso empenhamento do presidente da CM de Reguengos de Monsaraz, Vítor Martelo, acusado pela União dos Sindicatos do Distrito de Évora de ter tentado «a todo o custo» dividir os trabalhadores

daquela importante unidade industrial. Numa nota de imprensa divulgada na semana passada, a USDE/CGTP classifica o resultado destas eleições como «a vitória da unidade dos trabalhadores, em defesa dos postos de trabalho e da reinstalação da Portucel Recicla em outro local do concelho de Mourão».

A empresa situa-se actualmente num local que virá a ficar coberto pelas águas do Alqueva, facto que os representantes da Portucel pretenderam aproveitar

para justificar o encerramento. No processo de luta pela manutenção da indústria no concelho de Mourão, denuncia a USDE, «o presidente da Câmara de Reguengos promoveu reuniões com uma minoria de trabalhadores da empresa»; na sequência desta reunião, «tentou fomentar a divisão dos trabalhadores, apoiando a dinamização de uma outra lista» para a CT, em oposição à proposta pela estrutura cessante, que «ainda tentou que se apresentasse uma única lista».

Saudando a nova CT da Portucel Recicla, a União dos Sindicatos exige que o Governo «responda concretamente» às reivindicações dos trabalhadores daquela empresa, reclama a constituição do grupo de trabalho para acompanhamento do processo (promessa do ministro João Cravinho feita em Alqueva em Maio) e defende «um diálogo efectivo com os legítimos representantes dos trabalhadores».

Greve na Dragapor

Em plenário nacional de trabalhadores, realizado dia 30 em Lisboa, foi decidido convocar uma greve às horas extraordinárias de 4 a 18 de Novembro, «sem prejuízo de outras deliberações futuras», como se refere na resolução aprovada e depois entregue na Secretaria de Estado dos Transportes. No documento, divulgado pelo sin-

dicato da Função Pública do Sul e Açores, protesta-se contra a «profunda instabilidade» que reina há um ano na única empresa pública de dragagens, cujo futuro é objecto de sucessivos estudos e pareceres, sem que qualquer informação seja dada aos seus cerca de 100 trabalhadores. A estes, com idades entre os 35 e os 55 anos

e um mercado de trabalho restrito, depara-se a ameaça de ficarem sem emprego, dependentes de pensões de muito baixo valor.

Os trabalhadores da Dragapor (que se integraram na manifestação da USL/CGTP) exigem garantias de manutenção dos postos de trabalho e integração dos 65 funcionários públicos nas juntas e administrações portuárias.



TRABALHADORES

Conferência distrital no dia 20

Sindicatos de Lisboa avançam no reforço da organização

Estão em debate objectivos e soluções concretas para, até Outubro do próximo ano, dar cumprimento a decisões dos congressos da USL e da CGTP relativamente a quatro áreas: organização sindical de base, descentralização, reestruturação e juventude.

Dirigentes, delegados e activistas sindicais de todos os concelhos e sectores e das mais importantes empresas vão participar dia 20 de Novembro na Conferência sobre Organização Sindical que a União dos Sindicatos de Lisboa leva a cabo e que decorrerá no Instituto Franco-Português. Esta iniciativa, cuja realização foi decidida no 6º Congresso da USL, é encarada como um passo muito importante para o reforço do movimento sindical unitário no distrito.

João Torrado, em declarações ao «Avante!», sublinhou que «não se pretende definir novamente orientações, mas reflectir sobre a execução das

decisões tomadas no congresso da USL e, depois, no 8º Congresso da CGTP, apontando metas e objectivos quantificados e decidindo formas de os atingir». «Através de compromissos assumidos pelos sindicatos, procuramos a responsabilização de cada quadro e dos colectivos de sector na execução das decisões», precisou aquele dirigente da USL.

No presente momento, a discussão dos objectivos e metas decorre com base num «documento dinamizador» (onde a Direcção Distrital da USL expõe o quadro geral e as fases de evolução do trabalho preparatório da conferência) e um inquérito (suporte de trabalho

para determinar os objectivos e metas de cada estrutura sindical).

Desafios

Naqueles documentos são expressos «desafios aos sindicatos, para definirem os seus propósitos em cada área», culminando a conferência de dia 20 como «o somatório das propostas dos sindicatos», disse João Torrado. Os desafios, definidos a partir da base para serem colectivamente assumidos na conferência distrital, vão sendo concretizados à medida que os sindicatos respondem às questões concretas propostas nos documentos da USL.

A organização sindical de base é encarada do ponto de vista da sindicalização (a partir da experiência positiva da campanha que marcou o 25º aniversário da CGTP, definir um número de trabalhadores a

inscrever nos sindicatos, a par de medidas para melhor conhecimento dos sindicalizados), dos delegados sindicais (levantamento da actual situação, definição de empresas onde se propõe a eleição de delegados nos próximos 12 meses, avaliação das necessidades de formação sindical), das empresas (listagem das empresas de cada concelho e de cada sector onde não há sindicalizados nem organização sindical, definição de um pequeno número de empresas onde se concentrarão os principais esforços do sindicato), e dos sindicatos (procurando concretizar, com base na experiência de funcionamento das delegações conjuntas de sindicatos, o direito de qualquer sócio de um sindicato da CGTP obter apoio em todas as instalações do movimento sindical unitário).

A necessidade de aproximar cada vez mais as instalações sindicais e os locais de trabalho preside às propostas na

área da descentralização, «não só em função do número de sócios que cada sindicato tem numa dada zona, mas sobretudo em função do seu potencial». Para este tipo de intervenção, será necessário determinar as novas empresas e planificar o trabalho que lhes será dirigido, envolvendo quadros sindicais das próprias zonas. Actualmente, a união de sindicatos local (como a que funciona no concelho de Torres Vedras) é a figura jurídica que, segundo a USL, melhor permitirá alcançar os objectivos da descentralização, complementando a intervenção dos sindicatos.

Adaptar as estruturas e os órgãos sindicais às novas condições de intervenção é o que a USL procura com as propostas para continuar o projecto de reestruturação desencadeado a nível nacional. As soluções a definir têm a ver com os serviços administrativos dos sindicatos (contabilidade, conten-

cioso, instalações, cobrança de quotização) e com um novo impulso nos processos de fusão, integração, modificação de âmbito, criação de novas estruturas ou órgãos de sindicatos.

Para além dos congressos da USL e da CGTP, a intervenção sindical junto da juventude foi também debatida numa conferência específica da central. A conferência de Novembro deverá ter por preocupação fixar direcções de trabalho, metas e objectivos para o distrito, apontando ainda empresas e sectores prioritários, de modo a concentrar esforços para aumentar o peso dos jovens nos órgãos e no trabalho diário dos sindicatos, na sindicalização e eleição de delegados sindicais, e na intervenção própria da juventude sindicalizada, nomeadamente na Interjovem e em iniciativas como «Correr com o racismo» e «Trabalho e desporto contra a droga».

O protesto está na rua



Alguns milhares de trabalhadores do distrito de Lisboa participaram na concentração de 30 de Outubro e no desfile depois realizado do Jardim de São Pedro de Alcântara até à Assembleia da República (fotos).

Entre os objectivos desta jornada, promovida pela USL/CGTP, estiveram o combate ao emprego, a exigência de melhores salários e pensões, a defesa da Segurança Social e do sector empresarial do Estado, o respeito pelos direitos garantidos na Constituição, na lei e na contratação colectiva, a exigência de desagravamento da carga fiscal sobre o trabalho assalariado, e a denúncia de graves problemas vividos em empresas e sectores, designadamente a função pública (trabalhadores no activo e também aposentados, bem como o pessoal em comissão de serviço na Dragapor), a administração local, os estabelecimentos fabris das Forças Armadas, a Interjovem, os transportes (ferroviários, rodoviários, Metro, Carris), a Telecom, a construção, madeiras e mármore (Móveis Olaio), os têxteis (com forte presença das Malhas JA Cordeiro), o comércio e serviços (com realce para os trabalhadores do Chiado pré-incêndio). Na iniciativa participaram também o coordenador e vários membros da Comissão Executiva da CGTP-IN.

A marcha pelo emprego e desenvolvimento do Alentejo, realizada dia 31, levou mais de uma centena de quadros sindicais (e também da Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas - Fenca) a 8 concelhos do distrito de Évora, exigindo o cumprimento das promessas feitas aos alentejanos pelo Governo. Os sindicatos decidiram desencadear, a partir desta semana, uma campanha pela semana de 40 horas.

NACIONAL

Encontro nacional de estudantes

As associações de estudantes reunidas durante três dias, em Lisboa, num encontro nacional, aprovaram um documento que considera essencial um debate sobre a definição da formação dos professores e de quais as instituições que o podem fazer.

Este documento foi aprovado na sequência da polémica recente suscitada pela proposta de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo que permite às Escolas Superiores de Educação (ESE) leccionarem o 3º ciclo do ensino básico.

O documento critica o Governo por ter aprovado em conselho de ministros as alterações à Lei de Bases sem "o espírito de diálogo apregoado", mas reconhece ser de "importância vital o aumento da quantificação do corpo docente em todos os níveis de ensino".

"Não se questiona a possibilidade de as diferentes instituições (universidades/politécnicos) formarem docentes para a leccionação do 3º ciclo, dependendo disso do cumprimento em situação de igualdade das condições exigíveis para a referida formação", refere o documento. A formação ministrada deverá corresponder ao perfil exigível aos professores do 3º ciclo, pelo que se justifica um amplo debate com todos os intervenientes no processo, defendem os estudantes.

CDU contra prepotência

A Comissão CDU da Lardosa denunciou o "comportamento prepotente e antidemocrático" do actual Presidente da Assembleia de Freguesia (eleito do PS), sublinhando que este tem vindo a dificultar o funcionamento autárquico e a discussão dos problemas da Freguesia. A CDU refere em particular o agravamento da situação, a partir de Junho de 96, quando deveria ter tido lugar a Assembleia de Freguesia Ordinária, que nem chegou a ser convocada, acabando por se realizar de forma extraordinária, para deliberar sobre assuntos da Junta de Freguesia, sem que o próprio presidente da Junta tivesse sido informado.

Face a tal situação, seis dos 9 eleitos decidiram pedir a realização de uma Assembleia Extraordinária para apresentação de uma Moção de Censura. Pedido que não obteve qualquer resposta.

Verdes contra lixeira do Viso

O grupo parlamentar de "Os Verdes" dirigiu um requerimento à Câmara de Setúbal, questionando a falta de medidas face à situação da lixeira do Viso.

No requerimento, apresentado pela deputada Heloísa Apolónia, afirma-se que a lixeira tem constituído um problema "em termos ambientais, de saúde pública e de segurança para a população" e refere-se a deposição clandestina de resíduos (entre os quais materiais inflamáveis e tóxicos), a falta de uma fiscalização adequada, o ser frequente "ver no local crianças a brincar com o lixo", os incêndios que têm deflagrado na lixeira.

"Os Verdes" referem a sua preocupação face às declarações públicas sobre as intenções da Câmara de esperar "que o buraco fique cheio de lixo" e sublinham que o lixo está "ali enterrado sem condições e com grandes probabilidades de rebentamentos".

Sementes de esperança

A CGTP-IN, em cooperação com a Câmara Municipal de Portel, tem vindo a desenvolver um projecto, iniciado em Novembro de 95, no âmbito dos projectos de acção contra a exclusão social, financiado pela União Europeia, com vista à criação da Associação de Auto-Ajuda a Desempregados do Concelho de Portel.

Durante este ano de actividade realizou-se um estudo que irá ser apresentado no Seminário Internacional sobre Desemprego e Exclusão Social, a realizar em Portel, no próximo dia 16 de Novembro.

Arruda dos Vinhos

Por iniciativa dos eleitos municipais da CDU, vão realizar-se nos dias 7 e 8 de Dezembro as primeiras Jornadas de Desenvolvimento do Concelho de Arruda. No próximo dia 9 de Novembro, realiza-se o 5º Encontro Concelhio de Colectividades.

Iniciativas em que a CDU está particularmente empenhada e que se inserem em todo um conjunto de actividades que abarca igualmente uma série de visitas a todas as Freguesias do Concelho de Arruda dos Vinhos, agora concluída.

Das principais questões levantadas pelas populações no decorrer destas visitas, a CDU salienta, entre outras: ambiente (pecuárias não licenciadas, arranjos urbanísticos, falta de espaços verdes); estradas municipais degradadas; saneamento básico incompleto; falta de definição de estratégias para uma política de desenvolvimento, nomeadamente na área dos espaços industriais.

Coimbra comemora cinquentenário do MUD Juvenil

O cinquentenário do Movimento de Unidade Democrática Juvenil - MUD Juvenil - vai ser comemorado no próximo sábado, em Coimbra, com um conjunto de iniciativas que engloba a abertura de uma exposição documental e fotográfica na Casa Municipal da Cultura, referente à actividade do MUD Juvenil, especialmente em Coimbra, e que se manterá aberta ao público até dia 18 de Novembro.

O programa de comemorações de sábado inclui: o desceramento de uma lápide evocativa no prédio onde funcionaram temporariamente o Centro Republicano Académico (1933-1936) e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (1946-1947); um almoço de confraternização; a abertura da exposição documental e fotográfica; poemas de aderentes do MUD Juvenil em Coimbra, na Casa Municipal da Cultura e

um Colóquio, a realizar igualmente na Casa da Cultura, sobre o MUD Juvenil, a juventude e a luta pela democracia - ontem e hoje.

A exposição documental e fotográfica é, no fundamental, dedicada a Coimbra, e inclui elementos como fotografias de acções, lutas e convívios académicos e culturais em que figuram aderentes de Coimbra; documentação diversa; informações internas de "bufos" e

funcionários da PIDE; documentação referente a acções noutras colectividades, dinamizadas essencialmente por aderentes do MUD Juvenil, nomeadamente na União de Coimbra, no Ateneu de Coimbra e na Casa dos Estudantes do Império; postais anónimos, dirigidos à PIDE, protestando contra prisões de jovens entre 1946 e 1955; luta pela paz e contra a incorporação na Companhia Disciplinar de Penamacor; livros e publicações periódicas com referências ao MUD Juvenil.

Esta iniciativa de Coimbra vem na sequência de idêntica iniciativa, em Lisboa, de comemorar o cinquentenário do MUD Juvenil. Uma organização que, como se afirma no Catálogo da exposição de

Coimbra, "foi sem dúvida o mais importante movimento unitário democrático da Juventude portuguesa e que conseguiu impor a sua existência durante mais de dez anos nas condições fortemente adversas do fascismo".

Na introdução ao Catálogo, sublinha-se ainda a oportunidade destas comemorações - "numa época em que a luta antifascista é não raro esquecida deliberadamente ou mesmo deturpada, em que os valores democráticos e os reais protagonistas da sua defesa são por vezes invertidos, em que, como sempre, essa defesa diz especial respeito à Juventude, cremos que relembrar a importante actividade unitária do MUD Juvenil pode ser relevante e útil".



Artes, leitura e ofícios nas escolas de Lisboa

"Sensibilização à criatividade e à leitura" e "Artes e ofícios de Lisboa" são dois programas socioeducativos, promovidos pelo Departamento de Educação e Juventude da Câmara de Lisboa, e que irão abarcar, desde o início desta semana, 1.351 crianças de 19 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Lisboa.

As áreas de trabalho do programa "Sensibilização à criatividade e à leitura" são: artes plásticas, dança, expressão dramática, literatura e marionetas.

O programa envolve um total de 19 monitores, que farão intervenções semanais ao longo de cinco meses, de 4 de Novembro de 1996 a Maio de 1997.

As actividades poderão integrar-se no plano de trabalho das escolas e serão essencialmente lúdicas.

Nove artesãos e monitores irão participar no programa "Artes e ofícios", que se desenvolve no mesmo período de tempo, abrangendo as áreas de Gravação em Couro, Cerâmica, Tapeçaria, Cesta-

ria, Madeiras e Reciclagem de Papel, Correaria, Arte Aplicada, Azulejaria e Trapologia.

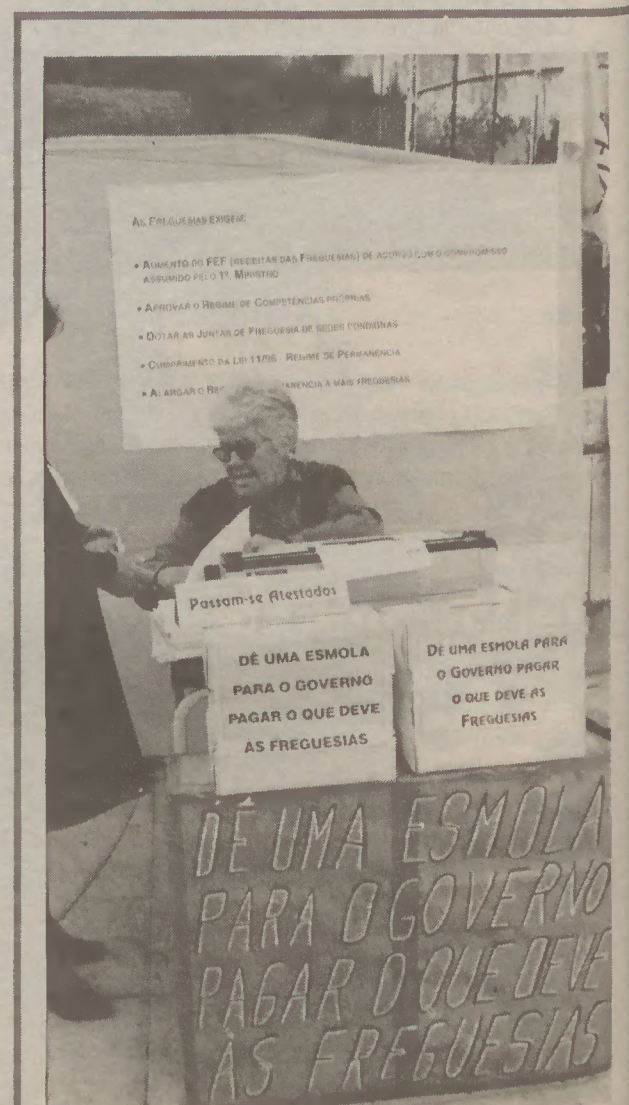
Para além da aprendizagem, descoberta e criação em todas estas artes e ofícios, o programa visa ainda a descoberta de outros artesãos das Freguesias e do meio em que cada escola se insere.

Dinheiro para latifundiários é afronta ao Alentejo

A decisão do actual governo de dar mais de 60 milhões de contos aos latifundiários, a título de indemnizações pela Reforma Agrária, é denunciada pela Câmara de Montemor-o-Novo como "uma afronta ao Alentejo, aos desempregados, aos reformados, pensionistas e idosos, aos jovens, a todos quantos o governo nega melhores condições de vida com o pretexto de que não há dinheiro nem recursos".

Em comunicado de imprensa, o município alentejano sublinha que há dinheiro para os latifundiários, mas não para múltiplas necessidades essenciais - para as autarquias e para os aumentos na função pública; para apoiar o investimento produtivo no Alentejo; para um Programa de Emergência para o Alentejo - "promessa eleitoral já esquecida"; para dar trabalho e criar emprego para os desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; para aumentar decentemente reformas e pensões sociais.

No comunicado agora divulgado, a Câmara de Montemor-o-Novo manifesta "o seu mais profundo protesto quanto a este acto governamental que mostra uma atroz insensibilidade social" e reafirma "a sua total solidariedade a todos os que sofrem situações de carência social e exorta à luta por melhores condições de vida e pelo desenvolvimento da nossa terra".



Acção de protesto, promovida pela ANAFRE, associação das Freguesias, no passado dia 30

UNIÃO EUROPEIA

PE critica Comissão sobre reforma do sector do azeite

O Parlamento Europeu, na sua sessão de Outubro, aprovou uma proposta de resolução sobre a reforma da organização comum de mercado (OCM) no sector do azeite, presentemente em curso, em que critica o procedimento adoptado pela Comissão nesta matéria.

O objectivo principal da resolução, que contou com o apoio dos eurodeputados do PCP, foi o de criticar o procedimento da Comissão na elaboração da sua proposta da OCM do azeite, pois

ao contrário do que foi feito aquando da execução de outras OCM's, esta não foi precedida pela apresentação de qualquer documento de reflexão prévio. Da mesma forma, a Comissão

também não apresentou o indispensável relatório sobre o funcionamento do regime de ajudas à produção de azeite.

Como afirmou durante o debate o deputado do PCP, Honório Novo, ao esquecer as suas obrigações e compromissos a Comissão «parece querer decidir sozinho e rapidamente. É assim que surge um projecto de reforma que exige de nós, além da rejeição da metodologia utilizada, a

denúncia imediata das soluções que aí se apontam».

Acontece que, no projecto da Comissão, na análise feita ao cultivo da oliveira, este não é inserido em estratégias regionais de desenvolvimento rural e de emprego, ou como elemento essencial à preservação ambiental do espaço agrícola. E muito menos visa garantir o rendimento dos agricultores e uma produção de qualidade.

Refira-se que o projecto apresentado pela Comissão pretende substituir as ajudas à produção por subvenções a atribuir a cada árvore. Como consequência, pagar-se-ia por cada oliveira portuguesa menos de metade do que seria recebido por cada oliveira italiana ou espanhola. O projecto tem sido vivamente contestado, como testemunha a recente realização, em Bruxelas, de uma manifestação que reuniu agricultores dos diferentes países mediterrânicos afectados.

O PE, na resolução aprovada, para além de solicitar à comissão que elabore «um documento de reflexão em que analise em profundidade o actual funcionamento da OCM do azeite», solicita que as propostas que venham a ser apresentadas «visem garantir o rendimento dos agricultores, a manutenção do cultivo da oliveira enquanto elemento essencial do espaço e da preservação do ambiente mediterrânico, bem como a promoção de todas as cadeias de produção no quadro de estratégias locais e/ou regionais de desenvolvimento rural e de emprego, e que as mesmas se baseiem numa estratégia de política de qualidade».

Os eurodeputados manifestaram igualmente a sua preocupação com a situação resultante das importações preferenciais de azeite proveniente de outros países do Mediterrâneo, solicitando à Comissão a tomada de medidas «para impedir que as práticas de dumping social e ambiental que permitem a introdução na União de contingentes de azeite perturbem o respectivo mercado, prejudicando gravemente os produtores comunitários já confrontados com graves dificuldades».

Conselho das Comunidades Portuguesas, precisa-se!

A Assembleia da República aprovou, em Junho, a Lei 48/96 que cria o Conselho das Comunidades Portuguesas. Foi, finalmente, dado um importante passo no sentido de "apetrechar" a emigração portuguesa de uma estrutura fundamental no plano da democracia participativa. Estrutura essa que deverá ter em conta o universo tão complexo como é a diáspora portuguesa, pela sua dispersão geográfica, vivências muito diferenciadas e multiplicidade de problemas com que se confronta. Estrutura essa que deverá, corrigindo-se erros do passado de tentativas de governamentalização, cumprir a sua principal função: contribuir para uma verdadeira política de emigração que vá no sentido de dar apoio aos emigrantes enquanto cidadãos portugueses, que fortaleça os laços das diversas comunidades entre si e destas com a pátria.

Em coerência com aquilo que dizemos, o PCP tem-se batido pela existência de um órgão que cubra o vazio existente, provocado pelos anteriores governos do PSD que, virando costas aos reais problemas dos emigrantes, preocupou-se somente com a propaganda em torno do voto para o Presidente da República e com a promoção e favores a alguns empresários.

Foi assim que, em Março de 95, o grupo parlamentar do PCP apresentou o projecto de lei 513/VI que criava os "órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro" (inviabilizado pela maioria absoluta do PSD), e, em Dezembro de 1995 retomou aquele texto e apresentou o projecto de lei 44/VII.

Foi neste quadro, em que não existe nenhum órgão (a Lei 101/90 imposta pelo PSD foi um nado-morto) e perante a denúncia e persistência do PCP, que o PSD e o governo do PS apresentaram iniciativas legislativas nesta matéria. Os três projectos foram aprovados na generalidade por unanimidade, baixando depois à comissão da especialidade donde saiu o actual diploma, aprovado por unanimidade.

Mas este clarificar de posições e memorização de alguns factos vêm a propósito de afirmações de deputados do PSD eleitos pela emigração que dão o dito por não dito e aparecem agora a combater a Lei que os próprios aprovaram. Um tal comportamento põe em evidência que para este partido não são os interesses das comunidades portuguesas que determinam a sua prática política mas tão-somente os interesses de grupos, alguns deles com grande poder económico.

A má-fé é tão evidente que, um mês após a publicação da Lei 48/96, começam a reivindicar alterações ao sistema eleitoral e, pasme-se, depois de terem estado sempre de costas para o movimento associativo dos emigrantes, vêm agora afirmar que este não está suficientemente representado.

Sejamos claros. O PSD não quer que esta estrutura vá para a frente pela simples razão que não está interessado, nem nunca esteve, na existência de uma estrutura verdadeiramente representativa das comunidades portuguesas.

É verdade que a Lei aprovada contempla no essencial a proposta do Governo PS. Aliás, o grupo parlamentar do PCP ao votar este diploma fez uma Declaração de Voto onde dizia não ser este o «texto que corresponde em absoluto ao nosso pensamento sobre a matéria», e avançava algumas críticas: «excessivamente governamentalizado e insuficientemente propiciador da participação dos principais interessados, os nossos emigrantes e as suas organizações representativas».

Mas votou favoravelmente não só por pensar que a existência desta estrutura por si só já seria um passo importante mas, sobretudo, porque o texto deu acolhimento a algumas das suas propostas exactamente no sentido de «garantir uma maior democraticidade do processo, bem como uma participação mais alargada».

Lamentamos que o PS, na AR e no Governo, não tenha ido mais longe nomeadamente nalguns aspectos contemplados no projecto comunista que seriam bem aceites nas comunidades portuguesas que recebem apoio por parte de militantes do PS mas também do PSD na emigração.

Entretanto, passados dois meses após a publicação da Lei que cria o CCP, ainda não foram tomadas medidas eficazes para a elaboração dos cadernos eleitorais tal como está previsto na Lei. Criticamos o Governo do PS por não disponibilizar os meios materiais e humanos que os postos consulares necessitam para tal.

Resta-nos aguardar a publicação (que tarda em vir) da regulamentação dos vários aspectos da Lei. No nosso entender, a Lei deve ser respeitada em relação aos prazos (prevendo-se a realização de eleições entre Março/Abril do próximo ano), não devendo o Governo do PS ceder à chantagem do PSD também nesta matéria.

João Armando



A Comissão Europeia pretende substituir as ajudas à produção por subvenções a atribuir a cada árvore, o que prejudicaria os interesses nacionais

Sozinhos em casa

Se o desaparecimento das grandes famílias na Europa há muito deixou de ser novidade, o mesmo não pode dizer do que parece ser uma tendência crescente e generalizada para a solidão. Na verdade, os europeus parecem cada vez mais adeptos do provérbio de que «antes sós do que mal acompanhados». A fazer fé num estudo do Eurostat, gabinete de estatísticas da UE, a família tradicional perde terreno na União Europeia, a união livre continua a aumentar, e uma fatia cada vez maior da população opta por viver sozinha (10 por cento).

O estudo refere que no início dos anos 90 a Europa Comunitária tinha 131 milhões de lares, para um total de 339 milhões de pessoas. Entre os lares, 10 por cento era constituído por uma única pessoa, 21 por cento por duas, 47 por cento por três a quatro e 22 por cento por cinco ou mais membros.

Analisando os dados, verifica-se que uma parte cada vez mais importante da população vive sozinha: cerca de 22 por cento na Dina-

marca, 14 por cento na Holanda, mais de 11 por cento em França e na Bélgica e 10 por cento no Luxemburgo.

A contrariar, por enquanto, este modo de vida, estão os países do Sul, com percentagens de solitários inferiores a 4 por cento em Portugal e na Espanha e a 7 por cento na Grécia.

Estes países têm em comum com a Irlanda o facto de a maioria das pessoas que vivem sozinhas ter mais de 65 anos.

Se o número de casais continua a ser significativo - 72 por cento da população vive em família, com ou sem filhos -, nem por isso a instituição do casamento deixa de estar em regressão - 24 por cento dos casais vivia em união livre na Dinamarca e cerca de 10 por cento na França, Luxemburgo, Grã-Bretanha e Bélgica.

Os jovens parecem ser os maiores contestatários do casamento: em todos os países analisados, a proporção das uniões livres diminui sensivelmente com a idade.

Empréstimo do BEI para infra-estruturas

O Banco Europeu de Investimento (BEI) aprovou a concessão de cinco empréstimos a Portugal num montante total de 525 milhões de Ecus (103 milhões de contos).



O Metropolitano de Lisboa vai receber um empréstimo para a sua expansão

Os empréstimos destinam-se a infra-estruturas de base nos sectores

da energia, dos transportes e das telecomunicações, informou a «Agence Europe».

Segundo Luis Marti, vice-presidente do BEI, os empréstimos destinam-se «a financiar projectos com forte intensidade de capital, pelo que se impõe que tenham uma duração relativamente longa».

Os projectos em causa respeitam designadamente à modernização e extensão da rede de telecomunicações a todo o território nacional (15 milhões de contos concedidos à Portugal Telecom); ao crescimento e modernização do metro de Lisboa (25 milhões de contos para o Metropolitano de Lisboa); à construção de 17 troços de estradas na rede secundária do país (40 milhões de contos para a Junta Autónoma das Estradas); à construção do Gasoduto Transgas para o transporte de gás natural (20 milhões de contos à Transgas SA); e um reservatório de gás na zona litoral a norte de Lisboa (2,5 milhões de contos para a Lusitaniagas SA).

INTERNACIONAL

Médio Oriente
A guerra na paz

França

A polícia de intervenção francesa deteve 420 imigrantes ilegais que exigiam documentos de residência no país, na semana passada. Segundo a agência Lusa, os agentes policiais agarraram e arrastaram os imigrantes, incluindo mulheres e crianças, depois de duas horas de protestos no centro de Paris. Os imigrantes, na sua maioria de origem asiática, pretendiam reatar as negociações com a administração do Gabinete de Imigração para conseguirem o estatuto legal de residentes estrangeiros.

EUA/Colômbia

A Amnistia Internacional pediu aos Estados Unidos que suspendesse a venda de armas à Colômbia, supostamente para o combate ao tráfico e consumo de droga. Isto, porque há provas do envolvimento do exército colombiano em acções de repressão utilizando equipamentos militares vendidos ou doados pelos EUA. Segundo a AI, 20 mil pessoas foram mortas na Colômbia desde 1986 e essas mortes estão directamente relacionadas com questões políticas e não de tráfico de droga. «Muitas dessas mortes foram da responsabilidade dos militares e dos seus aliados paramilitares, e muitas das suas vítimas foram civis inocentes», afirmou William Schulz, director da organização em Washington. O Departamento de Estado norte-americano rejeitou o pedido.

Afeganistão

Os países participantes na Conferência Regional sobre o Afeganistão, organizada pelo Irão, exortaram as partes afegãs em conflito a «um diálogo para a reconstrução nacional» e ao estabelecimento de um «governo de coligação alargado». Na declaração conjunta, os participantes lamentaram as «recentes violações flagrantes dos direitos humanos no Afeganistão, em particular os direitos das mulheres» e, aludindo ao Paquistão, acentuam «a necessidade de ser posto termo a toda a ingerência estrangeira nos assuntos internos» do país.

República

Checa/Alemanha

O Partido Comunista da Boémia e Morávia tem vindo a aumentar a pressão para a publicação do texto da secreta declaração conjunta que está a ser preparada pelos

Pacifistas ou ultranacionalistas: será assim tão fácil classificar a população israelita e dividir os cidadãos entre os que estão a favor e os que estão contra a paz?

Yitzhak Rabin foi assassinado há um ano pela extrema-direita judaica. Mas não foi só o homem que morreu a 3 de Novembro de 1995. Foi também um processo de paz em consolidação, a esperança de milhares de palestinianos de alcançarem em breve a justa autonomia, a pacificação de uma zona em conflito há muito tempo.

Com os atentados terroristas dos radicais árabes o medo cresceu entre os israelitas e consigo arrastou para o desemprego, para a fome e para a humilhação muitos milhares de palestinianos. A eleição de Benjamin Netanyahu veio agravar a situação e dividir ainda mais os israelitas.

E, se são muitos os que exigem o recomeço do processo de paz e a aplicação dos acordos assinados, os que desenvolveram o seu lado menos pacífico não se contam pelos dedos.

Mas esta instabilidade no interior do Estado Hebraico tem tendência para desaguar numa necessidade da saída dos «falcões» do poder.

Provas disso são as manifestações pela paz. Sábado à noite 150 mil pessoas reuniram-se

na praça de Telavive para recordar Yitzhak Rabin e pedir o retorno às conversações com a Autoridade Palestiniana. A viúva do primeiro-ministro assassinado, Leah Rabin, pediu aos manifestantes que não desistissem da paz: «Não chegaste aqui, Yitzhak! Mas nós chegaremos lá!»

Maior que o medo é o cansaço de uma guerra sem fim previsto, ainda para mais tão perto da pacificação desejada por ambas as partes. As assinaturas estão lá, agora falta cumprilas.

Para isso, Israel tem de retirar as suas tropas de Hebrón (cidade que as forças hebraicas já deveriam ter abandonado em Março) e das zonas rurais e libertar os presos palestinianos. A política arrogante e provocadora de Netanyahu aponta para um caminho bem diferente.

Eis alguns exemplos. Na segunda-feira, o ministro das infra-estruturas israelita, Ariel Sharon, prometeu a construção de uma nova cidade com 2 mil fogos, Nachniel, perto do colono de Kiryat Sefer, actualmente em fase de alargamento. O movimento israelita anti-anexação «A Paz Agora»



O exército israelita está realmente pronto a atacar?

denunciou o projecto, que se inscreve num plano mais vasto, destinado a criar uma zona contínua de colonatos entre Israel e a Margem Ocidental, até Jerusalém.

Na semana passada, o Ministério da Defesa israelita mandou construir dois muros de betão com um comprimento de 2,5 quilómetros ao longo da «linha verde» que separa Israel da Cisjordânia.

Nas negociações sobre Hebrón, localidade com 400 colonos judeus e 120 mil palestinianos, os representantes hebraicos apresentaram um plano que, nas palavras de Yasser Arafat, «divide a cidade em duas, onde os israelitas se reservam o direito de continuar a fazer o que quiserem e a limitar a construção». O presi-

dente da Autoridade Palestiniana classificou o documento de «um racismo total, de um racismo nunca visto nem no tempo do apartheid na África do Sul e que mostra a indignidade das intenções de Israel face a Hebrón».

No início de Outubro, o primeiro-ministro ordenou a abertura de um túnel na Cidade Velha de Jerusalém, desrespeitando os acordos de Oslo.

Arafat afirmou recentemente ao jornal Al Hayat que «haverá uma explosão na região, uma explosão nas cidades palestinianas ou na frente síria ou libanesa», acrescentando que, em caso de se verificar uma ofensiva militar israelita, a posição a adoptar será «árabe e não apenas palestiniana».

Os palestinianos contam com o apoio de muitos países, e não só na região árabe. O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Evgueni Primakov, criticou as reviravoltas israelitas no processo de paz, dizendo que não pode «mudar-se de posição» de cada vez que muda o governo. «É necessário que haja uma continuidade na adesão aos princípios e aos acordos concluídos. Não é aceitável que cada novo governo tome novas posições», afirmou.

No seu périplo pela União Europeia, Yasser Arafat recolheu numerosas mensagens de apoio à continuação do processo do Médio Oriente e ao esforço pela paz que tem caracterizado a sua política interna e externa.

Eleições
no Leste da Europa

Petar Stoianov é o novo presidente da Bulgária. Eleito nas eleições de domingo, o candidato da direita búlgara e vice-presidente da União das Forças Democráticas obteve 62 a 63 por cento dos votos contra 37 a 38 por cento do seu rival Ivan Marazov, actual ministro da Cultura e candidato do Partido Socialista Búlgaro (ex-comunista).

A campanha eleitoral foi marcada por diversos casos de violência. O assassinio de Andrei Lukanov, ex-primeiro-ministro do país, e a explosão do automóvel de um representante da UFD foram os exemplos mais graves.

Uma das primeiras medidas de Stoianov será provavelmente a antecipação das eleições legislativas. O parlamento búlgaro é desde 1994 dominado pelos socialistas.

A Bulgária vê-se actualmente a braços com uma grave crise. Oficialmente, a inflação aumentará 200 por cento no fim do ano; o preço do pão quadruplicou desde Janeiro; a dívida externa é superior a dez milhões de dólares.

A Jugoslávia e a Roménia também foram a votos. Na República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) os vencedores das eleições parlamentares e autárquicas foram os partidos da Coligação de Esquerda - Partido Socialista da Sérvia (SPS) do presidente Slobodan Milosevic, a Esquerda Unida da Jugoslávia da sua esposa Mirjana Markovic, e a Nova Democracia.

«A vitória é muito nítida, mais nítida do que em todas as eleições precedentes», indicou o porta-voz da SPS.

Ao fecho da nossa edição, com 60 por cento dos votos contados, tudo apontava para a vitória da oposição romena nas legislativas. A Convenção Democrática (CDR) aparecia com uma diferença de cerca de 6 pontos percentuais em relação ao Partido da Democracia Social, de Ion Iliescu.

Nas presidenciais, o presidente cessante estava em vantagem com 32,9 por cento dos votos, contra 27,8 de Emil Constantinescu e 21 de Petre Roman.

Desemprego
Um futuro negro

Em França, verificou-se em Setembro um aumento de 27 700 dos desempregados fazendo a taxa de desemprego atingir 12,6 por cento.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, citados pela agência Reuter, o número de desempregados sazonais aumentou 0,9 por cento em relação a Agosto. Registaram-se assim as mais altas taxas de desemprego de sempre.

Segundo os economistas, estes números representam um futuro negro. «É muito claro que isto é muito mau», disse

Valerie Plagnol do Credit Commercial de France.

Joanne Perez, analista no Merrill Lynch em Paris, afirmou que para remediar a situação o Banco de França terá de fazer baixar as taxas de juro. «O que é interessante é que melhorámos a taxa de emprego em *part-time* nos últimos meses. O desemprego mais a taxa de subemprego atinge qualquer coisa como 3, 23 milhões de pessoas, o que coloca a taxa perto dos 13 por cento. Isto sugere que, na economia, a fatia do consumo vai continuar a ser fraca por algum tempo».

Exercícios militares
na Península da Coreia

O Ministério dos Negócios Estrangeiros norte-coreano denunciou na semana passada exercícios militares dos EUA e da Coreia do Sul contra o seu país.

A operação «Fool Eagle 96», a maior dos últimos 30 anos, envolveu 34 mil soldados norte-americanos e centenas de milhar sul-coreanos. As autoridades dos dois países anunciaram que os exercícios tinham como objectivo incrementar a «capacidade das operações conjuntas» e confirmar o «compromisso dos EUA em relação à segurança» da Coreia do Sul, bem como as suas «relações de aliança».

O Governo de Piongiang considera que a «Fool Eagle» é a réplica, não apenas na escala mas tam-

bém em relação à natureza política, do «Team Spirit», os exercícios do ano passado.

«Os Estados Unidos estão a embarcar incessantemente para a Coreia do Sul uma larga quantidade de equipamento militar moderno para armazenamento. Ao mesmo tempo, os jogos de guerra da «Fool Eagle» assemelham-se muito ao «Team Spirit», que foi conhecido como sendo um exercício bélico contra a República Democrática da Coreia, inspirando as autoridades sul-coreanas à provocação de uma nova guerra. Os factos demonstram a evidência que são os Estados Unidos que comandam a situação na Península da Coreia e que puseram a região à beira de uma guerra», afirmou um porta-voz do Ministério.

INTERNACIONAL

Suíça Trabalhadores em luta

A Suíça viveu nos últimos dias de Outubro uma das mais importantes manifestações sindicais da sua história. Respondendo ao apelo dos Sindicatos da Função Pública, milhares de trabalhadores suíços e estrangeiros saíram à rua para protestar contra o desmantelamento do sector público e a agressividade do patronato.

Uma forte mobilização levou a Berna, em 26 de Outubro, milhares de trabalhadores suíços e estrangeiros, entre os quais várias centenas de portugueses. Os manifestantes percorreram as ruas da capital até à Praça Federal onde, frente ao Parlamento e aos edifícios bancários, rejeitaram a redução dos salários e das pensões, as privatizações, e exigiram um serviço público de melhor qualidade.

Os trabalhadores mostraram ao patronato e ao Governo a sua força e motivação para a luta contra os despedimentos, os abusos e as discriminações.

Foram mais de 35 mil a afirmar não estarem dispostos a «engolir» tudo o que os barões da desregulamentação querem impor em nome da modernização e da reconversão. Foram mais de 35 mil a afirmar que não ficarão de braços cruzados, demonstrando disposição e capacidade para impedir por todos os meios que o «massacre» continue.

O ataque frontal do patronato contra a segurança social, o seguro de desemprego, a revisão da lei do trabalho a ser posta à votação no próximo dia 1 de Dezembro no Parlamento Federal,

e bem apoiada na chamada classe política, não seja travado a tempo.

A jornada de luta, marcada pela alegria de tão numerosa participação, decorreu com calma e sem confrontos, muito ao contrário do que sucedeu poucos dias

rias horas num campo de batalha.

Os confrontos ocorreram durante uma manifestação promovida por várias organizações de agricultores em protesto contra a baixa do preço do leite, a liquidação do mercado da carne e

deamento e um forte cordão de segurança montado pela polícia cantonal, os ânimos aqueceram. Os agricultores interpretaram a atitude hostil das autoridades policiais como uma provocação e «bombardaram» a fachada do Parlamento com maças, garrafas de farinha e cornos de vaca. A polícia respondeu com balas de borracha, granadas de gás lacrimogénico e jactos de água com produtos químicos para dispersar os manifestantes, causando ferimentos e queimaduras de segundo grau em alguns deles.

Vários manifestantes foram hospitalizados, o que levantou uma onda de protestos por parte da população, que mais uma vez coloca em causa os métodos de actuação da polícia.

O grito de desespero dos agricultores é causado pela enorme dificuldade com que se debatem para colocar os seus produtos, pelos problemas de investimento e pela falta de sistema de apoio. A agricultura de montanha, tradicional, tem sido particularmente afectada nos últimos tempos com o caso das «vacas loucas». A frustração instalou-se em muitas famílias que viram as suas receitas baixarem cerca de 35 por cento.

Embora o Governo afirme compreender a situação dos agricultores suíços, tardam a aparecer medidas políticas e económicas para lhe fazer face, e os projectos em discussão para a reestruturação do sector agrícola do país causam mais apreensões do que entusiasmos. A Suíça está em crise.



Dezenas de milhares de trabalhadores suíços e estrangeiros manifestam-se pacificamente em Berna em defesa dos seus direitos, dois dias depois da Praça Federal ter virado campo de batalha devido à carga policial contra uma manifestação de agricultores

foram temas abordados pelos vários oradores e condenados pelos manifestantes nos *slogans* e nos cartazes de protesto.

Há muito que não se via nas ruas de Berna uma manifestação como esta, que se pode repetir, caso o vasto programa de desregulamentação, movido por uma elite de capitalistas ligada ao sector da alta finança e da indústria

antes, com o desfile dos agricultores.

Carga policial contra agricultores

A 24 de Outubro, a Praça Federal em Berna e as ruas limítrofes transformaram-se por vá-

a perda de rendimento da maioria das famílias que vive da agropecuária, devido à intervenção brutal da polícia.

Tudo começou de forma pacífica, com uma distribuição de queijo, leite e pão às pessoas que os agricultores iam encontrando pelo caminho da manifestação. Mais tarde, frente ao Parlamento, protegido por um sistema de gra-

Zaire O ciclo da violência

A violência na região dos Grandes Lagos repete-se em ciclos cada vez mais curtos e com consequências cada vez mais dramáticas. Depois do genocídio de há dois anos, cujo saldo brutal ascendeu a mais de meio milhão de mortos - que se sucedeu a outros ocorridos nos anos oitenta, por sua vez antecidos por outros nos anos sessenta... - está hoje em perigo a vida de um milhão de pessoas.

A comunidade internacional, e em particular a Europa, responsável pela geografia política traçada no local à revelia da realidade histórica e humana, bem como pelo apoio mais ou menos declarado aos regimes ditatoriais no poder, parece incapaz de contribuir para a paz na região.

Os interesses políticos e económicos que levaram as democracias europeias a conviver com Mobutu no Zaire (de Giscard d'Estaing a Mário Soares é vasto o leque de «amigos» do ditador que reuniu uma das maiores riquezas do mundo à frente de um país mergulhado na maior miséria) ou com os que, no Ruanda ou no Burundi, alternadamente se serviram do poder para favorecer clientelas políticas, dominar despoticamente,

alimentar vinganças, explorar até ao limite os respectivos povos, estão hoje bem no cerne do drama que se vive nos Grandes Lagos.

Amarrados pela convivência com poderes que nunca resultaram da escolha popular, os países europeus manifestam uma confrangedora incapacidade para fazer estancar a hemorragia há muito anunciada. Apelos e propostas de cimeira assemelham-se a pensos rápidos num corpo moribundo.

«A primeira condição essencial é o cessar-fogo. (...) Só então poderemos começar o enorme trabalho humanitário necessário», afirmou em comunicado difundido segunda-feira em Bruxelas o ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês,

Dick Spring, presidente em exercício do Conselho de Ministros da UE.

A UE considera necessária a realização de uma conferência regional sobre a paz, a segurança e a estabilidade sob a égide das Nações Unidas e da Organização de Unidade Africana (OUA), acrescenta o comunicado.

Por seu lado, a Bélgica diz-se disposta a fornecer apoio logístico e financeiro para a criação de corredores humanitários na fronteira entre o Ruanda e o Zaire, sem contudo fornecer tropas, como afirmou o porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros belga, citado pela Lusa.

«Devido à sua história, a Bélgica, antiga potência colonizadora da região dos Grandes Lagos, não pretende estar representada por forças armadas numa eventual organização de corredores humanitários, mas está pronta a fornecer apoio logístico e financeiro», disse. Uma preocupação que não se manifestou no passado recente, sempre que os seus interesses estiveram ameaçados.

Por seu lado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano anunciou que a Itália estabeleceu uma ponte aérea no leste do Zaire que permitiu a retirada de 217 pessoas de Kivu na semana passada.

A Noruega propôs, por seu turno, que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) envie civis para o Zaire para assegurar a protecção dos refugiados e distribuir a ajuda humanitária que chegue ao local. Este país dispõe de uma força de prevenção composta por cerca de 400 civis, susceptível de ser enviada para o estrangeiro a pedido da ONU.

Também o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, apelou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que realize uma reunião imediata sobre a situação do Zaire.

O chefe da diplomacia alemã, que reiterou os apelos ao cessar-fogo na região dos Grandes Lagos, solicitou igualmente que os aeroportos de Goma e de Bukvu sejam libertados, a fim de

permitir ajuda aos refugiados».

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF) apelou no início da semana para uma «intervenção militar imediata» da comunidade internacional no Zaire, para estabelecer zonas de segurança para os refugiados ruandeses de Kivu. A criação de zonas de segurança das Nações Unidas «deve estar estreitamente ligada a um relançamento eficaz do processo de repatriamento, dando verdadeiras garantias de segurança aos refugiados regressados ao Ruanda», sublinharam os MSF, que se declaram contra a «reconstrução de campos semipermanentes, onde os refugiados sejam intimidados e manipulados pelos responsáveis do genocídio».

Numa semana dominada pelas eleições norte-americanas, em que a última coisa que interessaria a qualquer dos candidatos seria o envolvimento em areias tão movediças como a dos Grandes Lagos, não é de esperar decisões. Os EUA foram a votos. O mundo pode esperar.

Governos da República Checa e da Alemanha. As preocupações centram-se em supostas concessões do Governo de Vaclav Klaus, sob pressão alemã, ao prepararem a recuperação do direito de residência e de propriedade dos descendentes alemães na zona fronteiriça entre os dois países, perdidos em Potsdam em 1945.

Grã-Bretanha

Os eleitores britânicos aumentaram o seu apoio ao Partido Trabalhista em quatro por cento, atingindo os 56 por cento, a poucos meses das eleições gerais, segundo uma sondagem divulgada pelo «The Times». O Partido Conservador, actualmente no poder, perdeu um ponto em relação à sondagem do mês anterior situando-se nos 28 por cento, enquanto os Liberais Democratas, a terceira força política do país, baixaram dois pontos e colocaram-se nos 12 por cento.

O «The Times» sublinha que o aumento do apoio ao principal partido da oposição deve-se ao êxito da sua recente conferência anual realizada em Blackpool, no noroeste da Inglaterra.

Arménia

O primeiro-ministro arménio demitiu-se na segunda-feira, sem adiantar qualquer razão para a sua decisão. «Isto é um assunto meu e do Presidente», declarou Grant Petrossian. É possível que esta demissão esteja relacionada com as alegadas fraudes eleitorais ocorridas nas eleições presidenciais de Setembro, denunciadas também pelo procurador-geral da Arménia no dia anterior. O procurador determinou que em algumas assembleias de voto os sufrágios obtidos pelo presidente cessante foram superiores ao número de boletins efectivamente depositados nas urnas. Os observadores da OSCE também constataram graves irregularidades nas presidenciais.

Espanha

O Ministério Público espanhol pediu ao Supremo Tribunal que não chame a depor o antigo primeiro-ministro Felipe Gonzalez no primeiro processo judicial sobre os Grupos Antiterroristas de Libertação, nem como testemunha nem como indiciado. Esta posição assenta no facto de constarem no processo apenas suspeitas a partir de declarações de dois dos réus, sem outras provas.



“Quando uma mulher entrava em trabalho de parto, ia para o pé dela e ficava o tempo todo. Isso permitia-me dar-lhe uma assistência não só física como psicológica. Quando chegou a altura de aprender o parto sem dor, já não tive que modificar os meus costumes obstétricos.”

Dr.ª Cesina Bermudes, foi a pioneira do parto psicoprofilático em Portugal...

Sim, fui eu que o introduzi, em 1954, com o dr. Pedro Monjardino. Pensa que o facto de ser mulher pesou no seu interesse pelo estudo e introdução do método em Portugal?

Não, acho que não. Interessava-me o parto sem dor de todas as maneiras porque o sofrimento humano foi sempre uma coisa que eu procurei remediar, quer se tratasse de homens ou de mulheres.

Qual era, então, a situação nessa altura?

Quando me formei, em 1932, as americanas, que não estavam dispostas a sofrer para ter os filhos, recorriam muito à anestesia epidural. Na Europa, excepto a rainha Vitória que usou esse sistema - razão por que se lhe chamou anestesia «à la reine» -, as mulheres aguentavam as dores e pronto... Mas quando chegou à América a técnica do parto psicoprofilático, as mulheres adoptaram-no e deixaram de fazer as epidurais, que tinham os seus perigos e muitos inconvenientes.

Em Portugal, as mulheres que tinham uma parteira conscienciosa tinham assistência. Por outro lado, como as parturientes estavam entregues às parteiras, só quando o parto estava quase a dar-se ou quando estava a correr mal é que esta chamava o médico para estar presente. Fora disso, a assistência do médico era... aos soluços!

O método psicoprofilático é adequadamente chamado parto sem dor?

É adequadamente assim chamado quando as mulheres estão bem preparadas e sabem fazê-lo. Dava por vezes 100 por cento de resultado, outras 80%. De qualquer maneira, 80% é um bom resultado.

Como surgiu o interesse pelo estudo do método?

No ano seguinte ao da minha formatura, tive de assistir a minha irmã e, muito naturalmente, fiquei ao pé dela do princípio ao fim do parto. Habituei-me depois a este sistema: quando uma mulher entrava em trabalho de parto, ia para o pé dela e ficava o tempo todo. Isso permitia-me dar-lhe uma assistência não só física como psicológica. Quando chegou a altura de aprender o parto sem dor, já não tive que modificar os meus costumes obstétricos.

Houve, entretanto, uma pessoa que influuiu bastante na minha maneira de pensar sobre o parto sem dor. Foi um médico indiano que me contou que as indianas muitas vezes tinham parto sem dor, porque praticavam o yoga. Tentei então ler alguns livros de yoga, mas como não era a esse fim que eles se destinavam, vi que daquela maneira não conseguia... ou pelo menos, eu não fui capaz de o adaptar.

Parto e aborto são duas questões simultaneamente muito opostas e muito ligadas. A propósito da discussão sobre o projecto de alteração da lei

sobre Interrupção Voluntária da Gravidez, dois médicos assumiram já terem feito abortos eugénicos fora do prazo legal. O que pensa da situação?

Não tenho acompanhado o problema, mas posso dizer-lhe que fiz na minha vida uma dúzia de abortos. Não os contei, mas sempre que me aparecia uma grávida que arriscava a vida se levasse a gravidez avante, eu fazia-lhe o aborto. Mas nunca fiz um aborto sem que participasse à Ordem dos Médicos que o ia fazer e quais as razões terapêuticas por que o fazia. A minha técnica era esta - isto era no tempo de Salazar... - eu mandava uma comunicação para a Ordem dos Médicos a dizer «vou fazer um aborto terapêutico à Sr.ª D. Fulana de tal, no dia tal, às tantas horas, em tal parte assim, assim». Os tipos calavam-se muito bem calados e guardavam aquilo. Não sei se arquivaram, se não arquivaram...

Mas em relação ao aborto eugénico, a questão que se coloca é que está cientificamente provado que só a partir das 22 semanas se detecta a má formação do feto.

Mas é que a má formação do feto não é a única razão para o aborto. Eu por acaso sempre que fiz abortos nunca foi por esse motivo. Foi quando a vida da mulher estava em causa ou quando ela tinha tido rubéola. Nessa altura, não esperava que a criança crescesse e aparecesse a má formação. Eu partia do princípio que a criança já tinha a deformação e fazia o aborto. Bastava para isso a declaração do médico que tinha assistido à rubéola.

Não acha que alguns dos argumentos que aparecem a contrariar o projecto de alteração da lei da IVG são de uma enorme hipocrisia?

Eu não acredito que haja algum obstetrizista que deixe uma gravidez ir até ao fim se a mulher está em risco. O problema é que também às vezes as mulheres não estão suficientemente esclarecidas dos perigos que cor-

Entrevista com Cesina Bermudes

Remediar o sofrimento

Pioneira do parto psicoprofilático em Portugal, 88 anos, obstetra. Esta a faceta mais conhecida de Cesina Bermudes, a quem o Movimento Democrático de Mulheres atribuiu há cerca de duas semanas a medalha de honra com que procura todos os anos homenagear mulheres portuguesas cuja vida ou obra tenham servido para dignificar e valorizar o papel da mulher na sociedade.

Aproveitando o pretexto, o «Avante!» entrevistou-a. Autêntica e directa, dona de uma imensa energia e dominada pela preocupação de ser útil, Cesina Bermudes coloca no que diz e faz um entusiasmo impressionante. Certamente o mesmo que desde jovem a caracteriza. Sem idade.

rem, senão tinham mais precaução. Devia haver era planeamento familiar e mais educação sexual para evitar uma gravidez não desejada.

Mas voltando ainda ao parto psicoprofilático. Hoje em dia está-se a recorrer de novo à anestesia epidural...

É espantoso que sessenta anos depois se volte a utilizar a anestesia epidural. Para além de alguns perigos e inconvenientes, depois de fazer uma anestesia epidural a mulher fica estendida ao comprido, durante 48 horas, sem se poder mexer. Mesmo que não fique com nenhuma perturbação - e ficam muitas vezes com perturbações - pelo menos é uma maçada que fique de papo para o ar, daquela maneira. Com o método psicoprofilático, as mulheres acabavam de parir e vinham pelo seu pé para a enfermaria ou para o quarto.

Com a anestesia epidural as mulheres participam no parto?

Não, com a anestesia as mulheres estão completamente passivas, ao passo que com o método psicoprofilático, as mulheres participam activamente no parto.

Como foi recebido esse método, na altura revolucionário, pelo poder instituído?

Isso é até muito engraçado. O Pedro Monjardino e eu encontrámo-nos em Maio de 1954 em Paris na Maternidade dos Metalúrgicos, para aprender o parto sem dor, e viemos os dois para Portugal ao mesmo tempo. O Pedro Monjardino era sócio de uma maternidade - a Maternidade Monjardino só que não pôde utilizar aí o método psicoprofilático. Como o método vinha da Rússia, os sócios dele tinham medo de vir a ter problemas com o regime. Entretanto, o Pedro Monjardino, que era também director do Serviço de Obstetrícia do Hospital do Ultramar, passou então a praticar aí o parto sem dor. Assim, as suas clientes particulares pariam no Hospital do Ultramar e depois iam para a Maternidade Monjardino. Só

quando os sócios do Pedro Monjardino viram que nada se passava e que a maternidade estava a perder dinheiro é que revogaram a proibição.

Pois aí é que está. Sempre achei lamentável só poder fazer parto sem dor às mulheres que podiam pagar a clínica Cabral Sacadura, onde eu atendia. Esta clínica, em termos de preço, até era relativamente acessível mas, seja como for, havia muita gente para quem não o era.

Pensa existir alguma correlação entre o aparecimento do parto sem dor e a emancipação progressiva da mulher?

Não, eu acho que não. Vou explicar-lhe como apareceu o parto sem dor. Em 1902, o grande fisiologista russo Pavlov recebeu o prémio Nobel de Medicina pelo estudo e comunicações que fez sobre o reflexo condicionado. Todos os médicos percebiam que o físico era extraordinariamente influenciado pelo mental, pela psique humana, mas não explicavam o fenómeno. Pavlov fez o estudo da psicossomática - sem lhe dar ainda esse nome -, ganhando, como disse, o prémio Nobel de Medicina. Em 1912, num congresso de fisiologia, em Londres, a equipa russa teve um triunfo extraordinário com a demonstração que fez e que, no essencial, se tratava do seguinte: um cão era colocado, completamente isolado, e pendurado por suspensórios ao tecto. Por esses suspensórios passavam dois fios eléctricos, um positivo e outro negativo, que terminavam a pouca distância um do outro, em cima do dorso do animal. Quando do lado de fora do local de experiência se ligava a electricidade, saltava uma faísca que queimava o dorso do cão, o cão gania, interrompia-se a corrente e fazia-se deslizar imediatamente a seguir para debaixo do nariz do animal um tacho com comida. Entretanto, o animal a quem não se tinha dado de comer, estava esfomeado. E isso sucedia todos os dias, ou seja, o animal comia uma vez por dia, escassamente e depois de ter sido queimado. Passados alguns dias, o animal começou a deixar de ganhar e, por fim, não só não gania como começou a olhar para o buraco por onde entrava a comida a lamber os beiços, satisfeito, sem dar sinal de qualquer sofrimento. Esta experiência entusiasmou Sherrington, o maior fisiologista daquele tempo, que teve uma frase que ficou então célebre: «Agora é que eu compreendo a psicologia dos mártires.»

Diga-me uma coisa: em termos profissionais foi uma pessoa de sucesso. E em termos pessoais, afectivos? Deixou alguma coisa para trás? Lamenta alguma coisa?

Não. Eu tive sempre uma sorte extraordinária. Às vezes veio certas feministas que acham que eu sou pouco feminista. Ora eu comecei a lidar com o meu pai, que era a pessoa mais feminista que eu conheci em toda a minha vida, e desde que nasci comecei a ser feminista e continuei a sê-lo de uma maneira espontânea e natural. Por outro lado, não tive razões de queixa, podendo, por exemplo, referir o mestre Vilhena, que foi meu professor e me indicou para lhe suceder num lugar da Faculdade de Medicina. Não conseguia porque o conselho de ministros de Salazar não me deixou tomar posse.

Na sua militância antifascista, qual é o facto que lembra com mais nitidez?

A coisa que mais me celebrou, e precisamente por ter-me celebrado, foi o conflito que eu tive com Botelho Moniz. Eu trabalhei toda a minha vida com muito gosto, mas a verdade é que aquela resposta ao Botelho Moniz deu-me mais celebridade do que todo o trabalho que eu tinha tido. Que o meu trabalho profissional.

[Cesina Bermudes havia denunciado a falta de serviços de enfermagem nos hospitais e o retrato do seu doutoramento foi posto no jornal. Botelho Moniz, que tinha a Rádio Renascença, disse aí que havia visto o retrato de uma sereia em fato de baile e que com uma sereia daquelas, se tivesse menos 20 anos, até se filiava na oposição. Então Cesina Bermudes escreve uma carta para o jornal a dizer: «Aquilo que o senhor Botelho Moniz chama fato de baile é o meu vestido de doutoramento em Medicina, uma cerimónia muito séria. Quanto ao resto, acho-o incomensuravelmente vaidoso, por supor que, com menos 20 anos, me causaria menos repugnância do que causa hoje».]

Pela biografia que lhe conheço, diria que se não tivesse seguido a carreira médica, teria optado por ser desportista...

Não. Teria sido professora porque eu gostava muito de ensinar. Nos hospitais, explicava sempre às enfermeiras a razão por que mandava fazer as coisas. Mas eu nunca tive essa dificuldade porque desde os 11 anos que disse que queria ser médica. Quando fui para o liceu e comecei a estudar era já para ser médica.

É verdade que teve sempre uma boa forma física...?

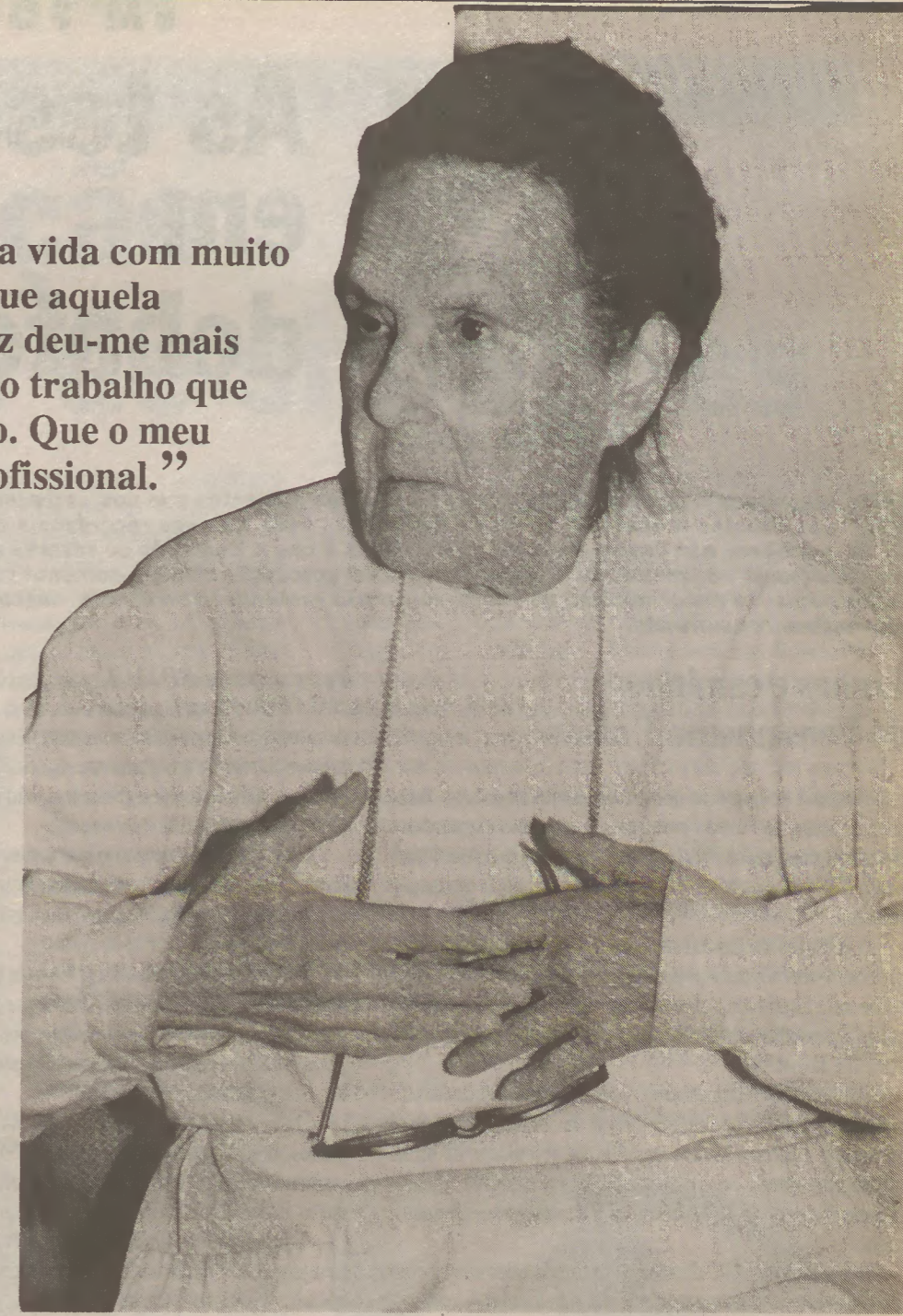
Eu fui sempre uma desportista e pratiquei muitos desportos. Quando fiz sete anos, o meu pai deu-me de presente uma bicicleta. Como ele não era rico - ganhava a sua vida quando tinha peças de teatro em cena, mas quando não tinha peças de teatro não ganhava - chegou a ser censurado por isso. A partir daí passámos a andar, fazíamos grandes passeios - chegou a ser censurado por isso. A partir daí passámos a andar, fazíamos grandes passeios - chegou a ser censurado por isso. A partir daí passámos a andar, fazíamos grandes passeios - chegou a ser censurado por isso.

A volta a Lisboa em bicicleta (uma imitação em ponto pequeno da volta a França) foi instituída quando o meu pai esteve como director de um jornal desportivo. Nessa prova, a minha irmã, que tinha menos uns quatro anos do que eu, concorreu na categoria de meninas; eu, com 14 ou 15 anos, corri na de senhoras, e o meu pai, que rondava os 50 anos, correu na categoria de veteranos.

Penso até que toda essa energia que possui, que transmite, também ter que ver com isso, com o facto de andar muito, de praticar desporto...

Texto: Margarida Folque
Fotos: Jorge Caria

“Trabalhei toda a minha vida com muito gosto, mas a verdade é que aquela resposta a Botelho Moniz deu-me mais celebridade do que todo o trabalho que eu tinha tido. Que o meu trabalho profissional.”



de uma maneira espontânea e natural. Por outro lado, não tive razões de queixa, podendo, por exemplo, referir o mestre Vilhena, que foi meu professor e me indicou para lhe suceder num lugar da Faculdade de Medicina. Não conseguia porque o conselho de ministros de Salazar não me deixou tomar posse.

Na sua militância antifascista, qual é o facto que lembra com mais nitidez?

A coisa que mais me celebrou, e precisamente por ter-me celebrado, foi o conflito que eu tive com Botelho Moniz. Eu trabalhei toda a minha vida com muito gosto, mas a verdade é que aquela resposta ao Botelho Moniz deu-me mais celebridade do que todo o trabalho que eu tinha tido. Que o meu trabalho profissional.

[Cesina Bermudes havia denunciado a falta de serviços de enfermagem nos hospitais e o retrato do seu doutoramento foi posto no jornal. Botelho Moniz, que tinha a Rádio Renascença, disse aí que havia visto o retrato de uma sereia em fato de baile e que com uma sereia daquelas, se tivesse menos 20 anos, até se filiava na oposição. Então Cesina Bermudes escreve uma carta para o jornal a dizer: «Aquilo que o senhor Botelho Moniz chama fato de baile é o meu vestido de doutoramento em Medicina, uma cerimónia muito séria. Quanto ao resto, acho-o incomensuravelmente vaidoso, por supor que, com menos 20 anos, me causaria menos repugnância do que causa hoje».]

Pela biografia que lhe conheço, diria que se não tivesse seguido a carreira médica, teria optado por ser desportista...

Não. Teria sido professora porque eu gostava muito de ensinar. Nos hospitais, explicava sempre às enfermeiras a razão por que mandava fazer as coisas. Mas eu nunca tive essa dificuldade porque desde os 11 anos que disse que queria ser médica. Quando fui para o liceu e comecei a estudar era já para ser médica.

É verdade que teve sempre uma boa forma física...?

Eu fui sempre uma desportista e pratiquei muitos desportos. Quando fiz sete anos, o meu pai deu-me de presente uma bicicleta. Como ele não era rico - ganhava a sua vida quando tinha peças de teatro em cena, mas quando não tinha peças de teatro não ganhava - chegou a ser censurado por isso. A partir daí passámos a andar, fazíamos grandes passeios - chegou a ser censurado por isso. A partir daí passámos a andar, fazíamos grandes passeios - chegou a ser censurado por isso.

A volta a Lisboa em bicicleta (uma imitação em ponto pequeno da volta a França) foi instituída quando o meu pai esteve como director de um jornal desportivo. Nessa prova, a minha irmã, que tinha menos uns quatro anos do que eu, concorreu na categoria de meninas; eu, com 14 ou 15 anos, corri na de senhoras, e o meu pai, que rondava os 50 anos, correu na categoria de veteranos.

Penso até que toda essa energia que possui, que transmite, também ter que ver com isso, com o facto de andar muito, de praticar desporto...

Pois, sabe que eu tenho 88 anos... Mas não tenho que fazer esforço nenhum para ser assim. Espontaneamente sou assim. Não digo que agora tenha a mesma vitalidade que tinha dantes...

Ainda pratica natação?

Sim. Ainda nado. Já não dou é saltos para a água. Sabe que eu cheguei a fazer 16 variedades diferentes de saltos? Foi o então campeão de Portugal de saltos que me ensinou. Isso agora já não sou capaz. Agora salto para a água, bem entendido, mas é daí da altura de um metro e acabou-se.

Como é que recebeu esta proposta de homenagem pelo MDM?

Olhe, eu recebi com muita simpatia e considero que é muito generoso quererem fazer-me esta homenagem. Acho que vou ver se aproveito esta oportunidade para tomar a lançar o parto sem dor. Em 1954, 55, 56... andei por todo o país a explicar ao público o que era o parto sem dor. Não era ensinar as mulheres, era explicar o método para preparar um ambiente de receptividade. É que o parto psicoprofilático tem uma superioridade muito grande sobre a anestesia epidural.

As suas teorias são, de facto, muito curiosas...

Olhe, eu tenho um trabalho que escrevi há dois ou três anos numa revista de geriatria. Esse trabalho chamava-se «A arte de envelhecer». Aí eu digo que estou a envelhecer muito bem e digo que uma outra coisa que me parece muito importante: para se envelhecer bem é preciso não ter medo de morrer. Nesse trabalho, explico que a arte de envelhecer consiste em primeiro lugar em não ter medo de morrer e, depois, em procurar ser útil sempre: a pessoa nunca deve, pelo facto de envelhecer, desistir de fazer seja o que for de útil. Ter essa noção de utilidade: os velhos podem ser muito úteis porque, pelo facto de terem vivido muito tempo, sabem mais do que os novos. É por isso que nas comunidades antigas havia os conselhos de anciãos. A arte de envelhecer consiste, pois, em as pessoas, à medida que envelhecem, terem a noção de que podem ajudar de uma maneira diferente. Pelo facto de se estar velho e se ter um corpo que já não dá para fazer determinadas coisas, pode não ser possível, por exemplo, trabalhar profissionalmente. Mas pode-se aproveitar aquela ciência adquirida pelo facto de ter vivido, aproveitá-la para fazer qualquer coisa de útil.

Mas parece desvalorizar sempre o que faz...

Porque faço as coisas com tanto gosto que, a meus olhos, essas coisas não têm valor. Mas de facto a minha ideia é esta: sempre que posso fazer qualquer coisa de útil, aproveito. Agora, por exemplo, ofereço-me para ir a Loures fazer conferências sobre parto sem dor.

Também para si é bom?

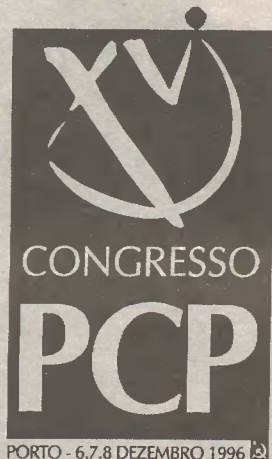
Ah, sim. Sabe que eu comecei a perder memória aos 75 anos. Entretanto, há uma data de anos - tinha eu 80, agora tenho 88 - fui a um congresso a Espanha e como nesse congresso não havia pessoas para falar, o organizador aproveitou a minha presença. E todos os dias eu fazia ou uma conferência de manhã ou uma mesa-redonda à tarde. Isso obrigou-me a um esforço intelectual muito grande. Passaram-se oito dias e eu vim-me embora para Portugal. Quando cheguei a Portugal estava com a memória que tinha cinco anos antes. Ou seja, aquele grande esforço intelectual que desenvolvi durante os 17 dias que estive em Barcelona, fez-me o efeito de uma data de medicamentos. Durante três anos não precisei de tomar remédios para a memória.



Cesina Bermudes praticava várias modalidades de desporto, No dia do seu doutoramento entre elas a equitação, cujo gosto lhe foi inculcido pelo pai



Cesina acompanhava as suas parturientes do princípio ao fim do parto



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

As teses em debate

Retomamos a publicação das contribuições dos militantes que nos escrevem no âmbito dos debates preparatórios do XV Congresso. Mais uma vez recordamos que os textos a publicar não devem exceder as 60 linhas e que a Redacção se reserva a prerrogativa de seleccionar os trechos mais significativos. Tal precaução visa tão-somente permitir a participação do maior número de camaradas e não pretende, obviamente, «escolher» afirmações consensuais.

Linhas e caminhos do Pensamento Único

Gostaria de começar por referir positivamente as Teses em discussão no Partido como um instrumento extraordinário para a compreensão da evolução do Mundo e pela forma como equaciona as tarefas dos comunistas para o presente e futuro.

A ofensiva do capitalismo, revestida de contornos complexos, é apresentada pelos meios de comunicação social como uma fatalidade, um tempo de enfraquecimento das forças progressistas no Mundo (a que não é alheio o desaparecimento da URSS).

Este cancro (o capitalismo) com o desenvolvimento tecnológico, particularmente nos meios de comunicação social determina as linhas de pensamento e de veiculação da informação procurando criar o estigma que a alternativa ao capitalismo é o capitalismo moderno, democratizado e humanizado.

É assim que a SIC diseca o referendo televisivo como um elemento inovador e moderno («onde a opinião conta»). Já falaram da pena de morte e decretaram-na. Já falaram no aborto e já decretaram que não deve haver quaisquer alterações à lei. O que não decretam é o fim do desemprego, dos baixos salários, do emprego precário, etc.

É assim que o PSD reclama referendos sobre a regionalização e o aborto (e vamos lá ver que mais) e o PS cede, seguramente acalentado pelos valores democráticos do capitalismo «moderno».

Afinal, quem domina a SIC?

Pinto Balsemão, destacado e honorável membro do PSD, que apoia Marcelo Rebelo de Sousa e apoiou Cavaco Silva e a sua política de direita, agora levada a cabo pelo PS.

Não é, pois, de estranhar que os referendos televisivos coincidam ou antecedam os apelos referendários do PSD. Já agora, gostaria de chamar a atenção que primeiro fazem os referendos televisivos, depois promovem o debate durante meia hora. Muito democrático, não é?

Condicional a opinião, criar o ambiente psicológico de aceitação, desviar a atenção dos reais problemas nacionais, tentar a criação de um pensamento único sobre tal ou tal matéria, são, em minha opinião, o objectivo de tais campanhas referendárias.

Mas, é tudo muito democrático ao estilo dos EUA.

Cerceiam liberdades, limitam a participação dos trabalhadores, querem destruir ou desvirtuar a democracia participativa, com os negócios na revisão constitucional ou na concertação social.

Como dizia um amigo meu, fazem-se referendos e o povo já pode dormir descansado.

João Carlos
Barreiro

Deficiências a corrigir

Camaradas,

Dentro do que tenho lido nas Teses, a minha magra inteligência diz-me que os diversos pontos estão certos e bem tratados.

Contudo, no assunto Quadros, noto que não são apontadas deficiências concretas que urge corrigir.

É meu inteiro convencimento, que a equipa que elaborou as Teses sabe muito e muito melhor que eu que elas existem.

No entanto, envio dois pontos com algumas considerações.

1º - Ponto nº 4.3.3. - Pág. 79 - O ponto citado condensa, a meu ver, a complexidade desta importante questão sobre avaliações.

O que parece indispensável é tratar esta questão com o máximo rigor, cuidado e isenção. Não devem decidir com

ligeireza, porque AVALIAR, pelo que conheço, é MARGINALIZAR. Há que analisar cada caso concreto, disso se deve ocupar uma equipa com experiência e calo. Depois, pronunciarem-se frontalmente. É criticável o silêncio, as evasivas, o dizer-se «percebeste mal, não foi isso que se disse na reunião y ou x».

Creio que este assunto de avaliações de quadros é muito importante, pelo que deve ser tratado com firmeza e apoiado por um critério isento. Se assim não for, fere, divide, portanto, destrói.

2º - Ponto nº 4.3.12 - Pág. 79 - Os funcionários são os operários a tempo inteiro do Partido, por isso, todo o reforço é indispensável. O terreno duro que pisam traduz-se, regra geral, num trabalho digno de respeito para todos os militantes e simpatizantes do Partido.

Porém, apesar de tudo, a estrada da militância, hoje, é menos sinuosa que na era clandestina. Sabemos que os olhares incidem mais sobre o presente e o futuro, contudo, recordar as lições do passado também é importante.

A imagem dos funcionários reflecte o Partido, daí o desejo que manifestamos é que nas oficinas da militância os horários sejam cumpridos; que nas horas de actividade, para além das reuniões, se estude os assuntos da organização e tudo seja aproveitado com dedicação.

Salvador Amália
Setúbal

Ainda Cuba

Caros Amigos,

Volto a contactar-vos ainda a propósito de Cuba, de que, recordo, publicaram parte da minha carta na edição de hoje do «Avante!».

E, concretamente, esta nova iniciativa tem a ver com a parte final da minha anterior carta, que entenderam não publicar, mas que a edição de hoje do «Avante!» me faz insistir.

Assim, neste «Avante!», somente no «resumo» da semana, no dia 18/10 escrevem «Em Cuba o ciclone «Lili» destrói mais de 70 casas e danifica gravemente as culturas», o que considero uma síntese demasiado sucinta (até em comparação com a notícia vinda no «Público» sobre o mesmo facto). Por outro lado e na outra notícia sobre Cuba, na pág. 14, começam o artigo «o embargo norte-americano a Cuba...»

Ora a situação que os norte-americanos impõem a Cuba não é de embargo mas sim de bloqueio, o que, como indiscutivelmente sabem, é substancialmente diferente e esta diferença que não é, apenas, de semântica, tem levado a inúmeras correcções, quer do signatário, como de várias organizações, e, inclusive, do «Avante!».

E são estas duas notícias que me recordam o que disse na minha anterior carta. Por um lado, a escassez de informação sobre Cuba, e agora também pela utilização de uma palavra inadequada para com a situação de que Cuba é vítima.

Insisto neste aspecto e julgo que igualmente no ponto 4.9.5 das Teses para o XV Congresso do PCP deve vir algo mais concreto e que «obrigue» o «Avante!» (e outra imprensa do PCP) a dar mais relevo e com o rigor exigido a estas notícias, sobre os países e ou partidos de ideologia socialista.

Ainda, se me permitem o acrescento, também da minha anterior carta omitiram os meus registos às não, ou anódinas, referências a Cuba por parte de dirigentes do PCP, e no «Avante!» de hoje, no debate sobre a situação internacional, que ocupa duas páginas, em que intervêm quatro dirigentes do PCP apenas um, José Casanova, se refere, constato, por duas vezes, mas, quanto a mim, de forma demasiado breve e ligeira, a Cuba.

José P. Costa
Lisboa

Assembleia

A menos de um mês da realização do XV Congresso, realizar-se-á no próximo sábado, dia 9 de Novembro, no anfiteatro C3 da Faculdade de Ciências de Lisboa, a IV Assembleia dos Professores Comunistas do Sector Intelectual da ORL.

A proximidade temporal dos dois eventos, apesar da especificidade da Assembleia dos Professores, vem reforçar a afirmação do mesmo grande projecto que é a construção de uma sociedade mais justa, humana e livre, alternativa à sociedade da instrumentalização da pessoa e da reprodução do capital à custa da exploração do trabalho humano.

O objectivo que nos move não é apenas uma referência longínqua. É um objectivo que, como afirma o Projecto de Resolução Política, agora em debate, «anima a nossa intervenção diária, que dá razão de ser à nossa luta, que abre perspectivas, que nos permite situar do lado certo, com muitas interrogações, perplexidades e polémicas, a nossa acção e o nosso combate».

A ordem de trabalhos da Assembleia inclui nos seus pontos, além da eleição da nossa Direcção da Organização dos Professores Comunistas e dos delegados ao XV Congresso do PCP, ainda a discussão e votação da resolução política da Assembleia e o debate das Teses do Congresso.

Quanto ao documento que a direcção do sector leva como projecto de resolução política, quatro capítulos são aí desenvolvidos: **Um ensino de qualidade para todos; O professor, um intelectual interventivo; Uma intervenção diversificada e fortalecida; Uma organização mais forte e dinâmica.**



O ensino

Uma primeira prioridade, à luz da qual o objectivo de uma escola de qualidade para todos ganha conteúdo, consiste na defesa da democratização do ensino e da educação, o que se traduz na «igualdade de condições de acesso à escola e igualdade de condições de sucesso escolar». Este fim, por integralmente realizável apenas no contexto de uma transformação social, acarreta um alargamento da intervenção activa do professor comunista muito para além dos limites artificiais que se lhe possam querer impor. Só no quadro mais geral do exercício da cidadania, o professor comunista poderá realizar plenamente os fins específicos ao seu campo de intervenção.

É a este propósito que as distorções regressivas que a Lei de Bases de 86 sofreu nos governos PSD, podendo agravar-se com as propostas de revisão em perspectiva no actual governo PS, devem ser denunciadas e combatidas. A orientação política do governo PS, prosseguindo a dos anteriores executivos PSD, continua a ser claramente uma orientação que visa a desresponsabilização do Estado face às suas obrigações constitucionais no que respeita ao Ensino e à Educação.

Nos termos do documento-base a levar a Assembleia: «Esta orientação, que tende a afundar todo o sistema público de ensino em profunda crise, é acompanhada de forte e mistificatória ofensiva ideológica, de que é exemplo gritante a confusão que pretende instalar entre ensino privado e ensino público, criando uma ideia de utilidade pública que cubra a operação de desvios dos dinheiros públicos para o ensino privado». O outro lado desta opção é o visível retrocesso quanto às reais possibilidades de todos poderem aceder com sucesso ao ensino de qualidade. Antes se criam as bases para uma escola que não é para todos, mas para os melhores, isto é, para os que a podem pagar.

a Organização dos Professores do Sector Intelectual da ORL

Unidade de acção na diversidade de situações

Duas outras linhas de acção do Governo PS foram já claramente identificadas: por um lado, a gestão conjuntural de alguns dos mais sensíveis problemas herdados do anterior executivo, de forma a evitar que se reconstituia, agora com outros protagonistas, a antipática imagem do mau serviço à escola, conquanto este seja cada vez mais um dado incontornável. Por outro lado, apesar da astuta dissimulação que tem vitimado a tão apregoada paixão socialista, é cada vez mais evidente o desrespeito pela autonomia da escola pública, alvo de uma crescente governamentalização a vários níveis.

O professor

Se é claro o papel determinante que o professor desempenha nesta nova escola, de qualidade e para todos, autónoma e participada, verdadeira escola de cidadãos para uma sociedade desenvolvida, então importa investir na formação (tanto inicial como contínua) de professores de qualidade, o que «supõe uma componente científica e técnica, uma dimensão ética e uma abertura ao conhecimento e à compreensão dos fenómenos culturais do nosso tempo». Entendido assim, o professor tem de se afirmar como um trabalhador intelectual, é certo, mas que seja sempre um intelectual interveniente. E é em vista desse fim, que reconhece como seu, que «o professor comunista deve assumir empenhadamente o seu papel na escola e na sociedade».



A intervenção

Os professores comunistas têm intervindo em diferentes planos de acção, enriquecendo com experiências múltiplas essa ideia de professor como intelectual interventor. «Lutam intensamente pelas orientações gerais expressas no Projecto de Resolução Política do XV Congresso do PCP: a Educação como factos estratégicos para o desenvolvimento; a escola pública de qualidade como opção fundamental; a democratização do acesso à educação e ao ensino; o sucesso educativo e escolar dos jovens, o sucesso do sistema, uma escola com mais autonomia e com mais participação e um sistema não governamentalizado, dotado de autonomia democrática, descentralizado e com financiamento suficiente e regular».

A frente sindical, em defesa dos interesses dos professores; os órgãos de gestão das escolas; o poder autárquico; os mais variados movimentos associativos e colectividades populares; e, por fim, a própria actividade partidária, são instâncias de uma mesma intervenção riquíssima. No entanto, é justamente por haver o risco da diversidade perder o quadro de sentido que a unifica que se impõe não perder de vista a necessidade de «adequar uma acção unificada à diversidade de situações concretas existentes». Diz ainda o documento que «esta diversidade de intervenção, que é de indiscutível utilidade, necessita de ser potenciada em termos orgânicos e políticos, conseguindo-se

um estilo de trabalho que evite a sectorialização, a compartimentação e excessiva especialização de quadros, com prejuízo de uma intervenção mais unificada nas suas linhas essenciais».

No que respeita à frente sindical, o projecto de resolução política realça o papel determinante que os professores comunistas têm mantido no SPGL, desde a sua fundação, tomando como «necessário prosseguir e intensificar a acção nas escolas, para que tenha êxito o tipo de acção sindical que caracteriza o SPGL». É nesta perspectiva, afirma o documento, que «as próximas eleições sindicais assumem, no actual quadro político, e num momento de uma vasta ofensiva do governo e no campo da educação, uma particular importância e exigem um particular empenho dos professores comunistas».

Por outro lado, a intervenção dos professores comunistas deve ser acompanhada de um esforço de contextualização da acção num quadro ideológico globalizante, consolidando a intervenção e dotando-a de uma maior fundamentação — «É indispensável uma maior intervenção dos professores comunistas em iniciativas visando o desenvolvimento, o debate e a expressão de uma reflexão crítica de fundamentação marxista sobre os fenómenos actuais de intervenção cultural e da problemática da ecologia e do desenvolvimento».

Ainda como tarefa de primeiro plano a que a Organização dos Professores Comunistas se propõe é a de «transformar a influência social e sindical em influência política, partidária e eleitoral».

A organização

O sector conta com 520 camaradas, dos quais 245 constituem o seu núcleo activo. Não obstante a existência deste forte efectivo, há deficiências a ter em conta, cuja atempada detecção e superação pode fortificar e dinamizar a organização. O trabalho iniciado em Março deste ano aquando da realização do Balanço da Organização deve prosseguir com a Assembleia: «É necessário analisar com rigor se o nosso núcleo está em condições, ou não, e em que medida, de intervir nas direcções que, em cada momento, consideramos fundamentais para o crescimento da influência do Partido.»



As carências são várias, podendo ser enunciadas algumas das mais importantes, para as quais se apontam medidas concretas prioritárias:

1. A necessidade de rejuvenescer a Organização dos Professores — «à data do Balanço, a Organização não possuía nenhum membro com 30 anos ou menos, tinha 50 com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos, 243 entre os 41 e os 50 anos e 227 com mais de 51 anos». O rejuvenescimento implica uma mais-valia no sentido em que traz à Organização a consciência e a experiência dos novos aspectos da realidade em que vivem os professores. É assumido, como medida concreta, que o rejuvenescimento dos organismos e do Partido se faz mais facilmente de «cima» para «baixo».

2. A importância de superar as insuficiências de implementação quer no primeiro ciclo do ensino básico quer no ensino superior, devendo para isso ser criados organismos com grande autonomia e dotados dos meios necessários para se reconstruírem nesses níveis de ensino as condições para uma intervenção eficaz.

3. Do ponto de vista geográfico, há regiões do distrito de Lisboa sem qualquer trabalho do Partido, como o eixo de Vila Franca de Xira e os concelhos do Norte, sendo proposto o destacamento de camaradas que, com um trabalho a médio prazo, procurem constituir aí núcleos activos.



4. Por outro lado, mesmo nas zonas geográficas onde há uma forte implantação da Organização é necessário reforçá-la, pois «se compararmos o número de militantes com o número de professores ou com o número de professores sindicalizados ou de activistas sindicais, o número é insuficiente, como sucede na Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Sintra».

5. A necessidade de encarar como tarefa de primeiro plano em todos os subsectores o recrutamento de militantes.

Estas medidas de natureza organizativa, em conjugação com outras, como a constituição de uma Direcção que «assuma directamente a direcção do trabalho», sem o delegar a quaisquer outros organismos, apostando assim numa organização dinâmica, formam as condições para uma intervenção fortalecida e diversificada com o fito de realizar o projecto comunista.

EM FOCO

Quadros comunistas alertam

Alentejo pode chegar

Cerca de duas centenas de quadros participaram numa reunião convocada no passado sábado, em Évora, pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo. A iniciativa contou com a presença de José Soeiro e Luís Sá, membros da Comissão Política do PCP, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, que encerrou os trabalhos abordando a situação política e a posição do PCP face ao Orçamento de Estado

O secretário-geral do PCP, discursando no encerramento da reunião, sublinhou a necessidade de uma nova reforma agrária: «sem resolver esta questão da posse e uso da terra, não há desenvolvimento no Alentejo» afirmou. A questão central «é dar resposta aos pequenos e médios agricultores. Há população que quer e sabe trabalhar a terra e tem ao lado milhares de hectares que estão abandonados durante anos», disse Carvalhas chamando a atenção para o facto de o desemprego atingir já 40 mil pessoas na região.

Evidenciando o contraste entre a política seguida nos últimos anos e o trabalho realizado pelas autarquias, Carlos Carvalhas recordou que há um ano, na campanha eleitoral, António Guterres prometeu lançar um programa de emergência para o Alentejo, mas desde que é primeiro-ministro «nunca mais falou disso».

Na sua intervenção, o dirigente comunista fez ainda referência aos anunciados aumentos das reformas de quatro por cento: «se atendermos ao facto de cada pensão equivaler a 30 contos mensais, concluímos que vão receber 40 escudos por dia, o que nem dá para um café».

Crise acentuada

O encontro discutiu e aprovou dois documentos: um sobre o reforço do Partido no plano regional, e um outro intitulado «Lutar por uma alternativa para o Alentejo» que analisa a situação económica e social na região e avança um conjunto de medidas que configuram uma política alternativa de desenvolvimento integrado para o Alentejo.

Considerando o período dos últimos 15 anos, em que o PS e o PSD se têm alternado no poder ou coligado, o encontro constatou que «os resultados mostram que os projectos do PS e do PSD estão a empurrar o Alentejo para uma crise sem precedentes, que já transformaram a região na menos desenvolvida da União Europeia».

«A situação é de tal forma grave (concentração latifundista da terra, destruição do aparelho produtivo, desemprego, exclusão



Até ao ano 2011 o Alentejo perderá mais 87.500 habitantes

social, desertificação demográfica, etc.) que se não conseguirmos fazer avançar uma alternativa, poderão vir a verificar-se pontos de ruptura dificilmente reversíveis».

Segundo os comunistas, esta situação é agravada pelos «objectivos estratégicos e as políticas estruturais do Orçamento de Estado para 1997».

O exame feito indica que o OE/97 continua a «discriminar e a penalizar a região» e prossegue no essencial as «políticas e os orçamentos do PSD».



Uma única região

O encontro debruçou-se também sobre a temática da regionalização, lançando um apelo aos militantes para «em conjunto com os trabalhadores e o povo alentejano, lutarem pela concretização da criação da Região Administrativa do Alentejo».

Considerando que «o PS com as manobras de bastidores e as cadências ao PSD e PP está a pôr em perigo a concretização da Regionalização», o Encontro de Quadros recorda que o primeiro-ministro prometeu, durante as eleições legislativas, que as eleições para as Regiões Administrativas teriam lugar, em simultâneo, com as eleições para as Autarquias, em Dezembro de 1997.

Por seu lado, a população tem dado sinais inequívocos a favor do processo da regionalização. «Até ao momento, mais de 80% das Assembleias Municipais do Alentejo, que se pronunciaram sobre a Regionalização, fizeram-no a favor da criação de uma única Região Alentejo (das 34 a favor da Regionalização, 29 pronunciaram-se pela Região Adminis-

trativa do Alentejo, três apenas pelo Baixo Alentejo e duas não se pronunciaram pelas áreas).

O Encontro de Quadros acusou o PS de estar a «boicotar o processo de regionalização para poder continuar a instrumentalizar impunemente a CCRA e os governos civis ao serviço da sua estratégia partidária, e nada fazendo para descentralizar os vários serviços governamentais na região, para possibilitar uma maior proximidade dos cidadãos».

Reforçar posições

A obra da CDU nas autarquias é reconhecida a nível nacional e internacional. É com base neste facto que o Encontro apelou ao empenhamento na preparação das eleições autárquicas de 1997, definindo como objectivos principais «o reforço das posições da CDU, ganhar novos órgãos e aumentar o número de votos e mandatos».

«Ao lado de todos os autarcas e das populações», o PCP lutará «para que o Governo cumpra a Lei das Finanças Locais, como prometeu, e proporcione às autarquias os meios

necessários para que possam exercer e potenciar a sua intervenção, designadamente em áreas tão importantes como a educação».

Na luta pela alternativa, os comunistas consideram «imperioso que os trabalhadores e as suas organizações de classe, os agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os técnicos e intelectuais, os jovens, todos os homens e mulheres progressistas do Alentejo, todas as estruturas populares converjam na sua acção de forma a travar a grave crise em que o Alentejo se encontra e por uma verdadeira alternativa política de esquerda».

Por fim, o documento aprovado, refere os trabalhos preparatórios do XV Congresso, salientando que estão «marcadas centenas de reuniões e Assembleias Plenárias» para a eleição dos delegados ao Congresso discussão das Teses.

O Encontro realçou o «apoio manifestado de muitos democratas independentes às propostas e ao projecto do PCP, as centenas de novas adesões a membros do PCP, e a entrada de muitas centenas de jovens na JCP. São indicadores de que o PCP é um Partido com um valioso património histórico, é um Partido do presente com grande confiança no futuro».

à ruptura

«Apesar do Alentejo corresponder a um terço do país é contemplado com apenas 2,4% no Orçamento de Estado, PIDDAC/97» refere o documento aprovado, salientando que há até «um distrito, Beja, que vê diminuir os valores do Investimento central de 7 milhões de contos previsto no OE/96 para 5,8 milhões de contos na proposta de OE/97».

Investimentos adiados

«Importantes investimentos para o Alentejo, muitos dos quais objecto de compromissos eleitorais do Partido Socialista, continuam adiados, a arrastar-se e por concretizar sem projecto e sem verbas inseridos em PIDDAC (as Barragens do Pisão, Frei Joaquim, Água Branca e Ribeira Seca, Oeiras, Freixo, Várzea e Fontainhas, o Parque Natural do Guadiana, etc.) ou insuficientes para a sua realização (Barragem dos Minutos, o Hospital do Patrocínio cuja perspectiva de conclusão é adiada para o ano 2000, etc.).

«Não há orientações de política económica que permitam mobilizar para o Alentejo mais investimento produtivo e criar mais emprego. Não há sistemas de incentivos que valorizem positivamente o interior do País, e em particular o Alentejo, e permitam combater a desertificação e os desequilíbrios regionais».

Também as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro transferidos para os municípios do Alentejo «são inferiores à média do crescimento verificado no País», não sendo estes compensados «pelos novos encargos que lhes têm sido atribuídos, designadamente, em matéria de cantinas escolares do ensino básico ou em matéria de transportes escolares».

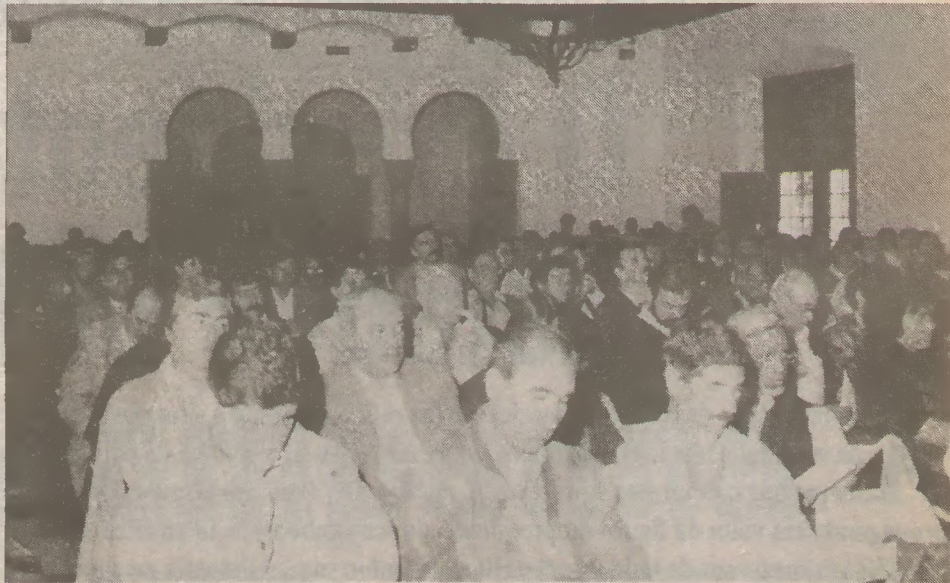
Principais sectores afectados

O Encontro sublinhou que «na economia regional, acentua-se a crise em todos os principais sectores e ramos económicos, há excepção da fileira do vinho e da vinha e do Turismo.

«Dos 94,5 milhões de contos de ajudas directas ao rendimento agrícola que em 1994 vieram para a agricultura alentejana, 56 milhões de contos, representando uma fatia de 60% do total, foram parar às contas bancárias dos grandes e muito grandes proprietários de terra, sem que estes modernizem a agricultura, produzam ou criem emprego. Além disto, o Governo PS prepara-se para lhes entregar mais 60 milhões de contos a título de indemnizações indevidas. O PS aos trabalhadores impõe um Orçamento de Estado/97 de contenção, aos agrários oferece 60 milhões de contos!

Os comunistas manifestam-se preocupados pelos «significativos atrasos e indefinições no que respeita a alguns projectos estruturantes (Porto de Sines, Complexo de Sines, Base Aérea nº 1, Acessibilidades, Matadouros Regionais,

Sem resolver esta questão da posse e uso da terra, não há desenvolvimento no Alentejo



Força alternativa

Afirmando-se como a força política indispensável à construção de uma alternativa às opções políticas de direita do PS, PSD e PP, o PCP divulgou um conjunto de 11 medidas para uma política alternativa de desenvolvimento integrado para o Alentejo. São elas designadamente:

- Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo;

- Realização de uma nova Reforma Agrária e definição de um novo projecto agrícola regional;

- Construção de uma nova base económica, designadamente, através da promoção de fileiras de produção de base regional, que acrescentem valor às produções regionais, que criam milhares de novos empregos (agro-pecuária; floresta; recursos mineiros e respectivas metalurgias; rochas ornamentais; turismo; pescas; Base Aérea; Porto de Sines; Complexo Industrial de Sines; etc.).

- Concretização do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo (os três subsistemas do sistema global de rega do Alqueva (Alqueva/Pedrogão/Ardila), os pequenos e médios regadios, distintos de Alqueva, no âmbito do PAMAF-1 os três projectos médios de regadio, distintos de Alqueva, no âmbito do QCA II - Minutos/Xévara/Pisão; beneficiação e reconversão das infra-estruturas hidráulicas e dos perímetros de rega dos 14 sistemas de rega já instalados);

- Programa de Apoio à criação de um sistema de comercialização das produções agro-pecuárias e florestais;

- Desenvolvimento de um programa de construção, obras públicas, acessibilidades e outras infra-estruturas com carácter de emergência;

- Programa de conclusão e modernização das acessibilidades numa dupla perspectiva de potenciar o desenvolvimento endógeno e ligar o Alentejo à rede de acessibilidades nacionais e comunitárias

(IP, IP2, IP7, IP8, IC1, IC4, IC 13, IC 27, IC 33, etc.);

- Definição de uma nova política de formação profissional e investigação aplicada (valorização e potencialização da Universidade e Institutos Politécnicos);

- Definição de uma política de apoio ao investimento designadamente através de uma política fiscal, de taxas de juro, dos preços dos factores de produção, de apoio às empresas existentes e que estimule a implantação de empresas na região. Reforço financeiro do Programa Operacional do Alentejo e a gestão participada e transporte dos programas sectoriais do II QCA;

- O aumento dos salários e reformas, o aumento substancial do valor do rendimento mínimo garantido e a sua aplicação a todos os que dele possam carecer como factor de dinamização económica e social;

- Institucionalização, em 1997, da Região Administrativa do Alentejo, garantindo o reforço do Poder Local Democrático.

etc.) particularmente em relação ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e ao Plano de Rega do Alentejo, atrasos e indefinições que não se sabe se decorrem de atrasos técnicos-administrativos ou se resultam e significam novas posições políticas do Governo português, e também da União Europeia, no sentido da não concretização de alguns desses projectos ou no sentido de lhes amputarem algumas das suas componentes fundamentais, como a do regadio».

Com este pano de fundo, a região regista «um agravamento do emprego estrutural, com a taxa de desemprego total nos 18%

em finais do primeiro trimestre de 1996», continuando «a encerrar ou em vias de encerramento um conjunto de empresas de grande importância para a região, como são os casos da Melka, Hechst Fibras, Moagens Fiar e Pirltes Alentejanas, etc.».

Em consequência a região desertifica-se e segundo um recente estudo da CCRA, «até ao ano 2011, a manterem-se as políticas do PS e do PSD, o Alentejo perderá mais 87.500 habitantes».

Perante estes factos, o PCP alerta que «a manterem-se as políticas do PS e do PSD, o Alentejo poderá atingir um ponto de ruptura daqui a 15 anos».



Ladies and gentlemen:**O Presidente dos Estados Unidos da América!**

A proximidade das eleições americanas faz reflectir quanto à situação geral da sociedade nos Estados Unidos, sobre a economia, a política do país e as forças que o dominam e pretendem, igualmente, controlar o mundo. A propaganda em volta da figura do presidente, do seu simbolismo, intensifica-se. Bill Clinton surge-nos de toda a parte. Hillary Clinton sugere simpatia porque tem inimigos mortais. Os Clinton são-nos apresentados como um casal igual a qualquer outro, pessoas normais, simples, até, empobrecidas pelas despesas causadas por certos processos judiciais. A humanidade dos nossos dias acha-se conduzida a quase sentir pena de Bill Clinton, esse «bom rapaz» cujos «pecadillos» toda a gente parece mais ou menos conhecer.

As realidades, entretanto, são outras, aparecem-nos segundo padrões bastante incertos e extremamente assustadores. Clinton, para fazer-se forte perante um eleitorado que teme o futuro e precisa de arranjar inimigos, mandou desencadear novos bombardeamentos sobre o povo iraquiano mascarando-se de defensor dos interesses internacionais contra Saddam Hussein, o «mau» de toda a fita – contraditoriamente, permite que a política racista e criminosa do novo primeiro-ministro israelista se afirme e, escudada no poderio militar americano, aprofunde os ataques ao povo palestino. A própria Hillary, não hesitou em fazer um apelo a favor dos direitos humanos dos chineses quando ergueu a sua voz em plena plataforma do Congresso das Mulheres que teve lugar em Pequim. Esqueceu, obviamente, os direitos de milhões de excluídos americanos que vivem como seres desenvolvidos na atmosfera do crime, da esquelada subvalorização de tudo o que é humano, na impossibilidade de serem recuperados para a condição de cidadãos. Para Hillary, evidentemente, direitos humanos significa capitalismo.

Marilyn Monroe, a vítima

Os problemas que se relacionam com o trabalho e a figura do presidente dos Estados Unidos foram abordados com autoridade e franqueza únicas num livro recente publicado pelo cabeleireiro de Marilyn Monroe, Sydney Guilaroff, sob o título «Reflexões de um Confidente Favorito de Hollywood». Já se conheciam detalhes de uma secreta visita de Robert Kennedy, «Attorney-General» (Ministro da Justiça) do governo americano a que o irmão presidía, à casa da famosa atriz em Brentwood, Los Angeles. Bobby estava preocupado com a estabilidade emocional de Marilyn que ameaçara pôr a nu a verdade sobre as relações íntimas existentes entre ambos e as que tinham existido entre a atriz e o presidente John Kennedy. O ministro partiu de Santa Barbara, Califórnia, de helicóptero. Mas o que teria dito a Marilyn nunca passara de especulação de jornalistas, até que surgiram as revelações de Guilaroff. Segundo este, Robert Kennedy avisou a atriz nestes termos: «Se me ameaças, Marilyn, digo-te que existem várias maneiras de calar-te a boca.»

O presidente Kennedy ouvira rumores de que Marilyn andava a dizer aos amigos que ele fazia amor como um adolescente. Consequentemente, pediu ao irmão (Robert) para convencer a atriz de que o romance com John Kennedy chegara ao fim. Tinha obtido conhecimento, igualmente, de que as suas sessões de amor sexual com Marilyn haviam sido objecto de gravações por meios ligados à Mafia – meios que haviam infiltrado a casa de praia que o actor britânico Peter Lawford possuía em Santa Monica. Robert Kennedy, entretanto, em vez de simplesmente tentar pôr fim ao perigoso «affaire» em que o irmão se envolvera, substituiu-o na condição de amante de Marilyn Monroe. Desenvolveu-se, então, uma nova relação amorosa ainda mais intensa.

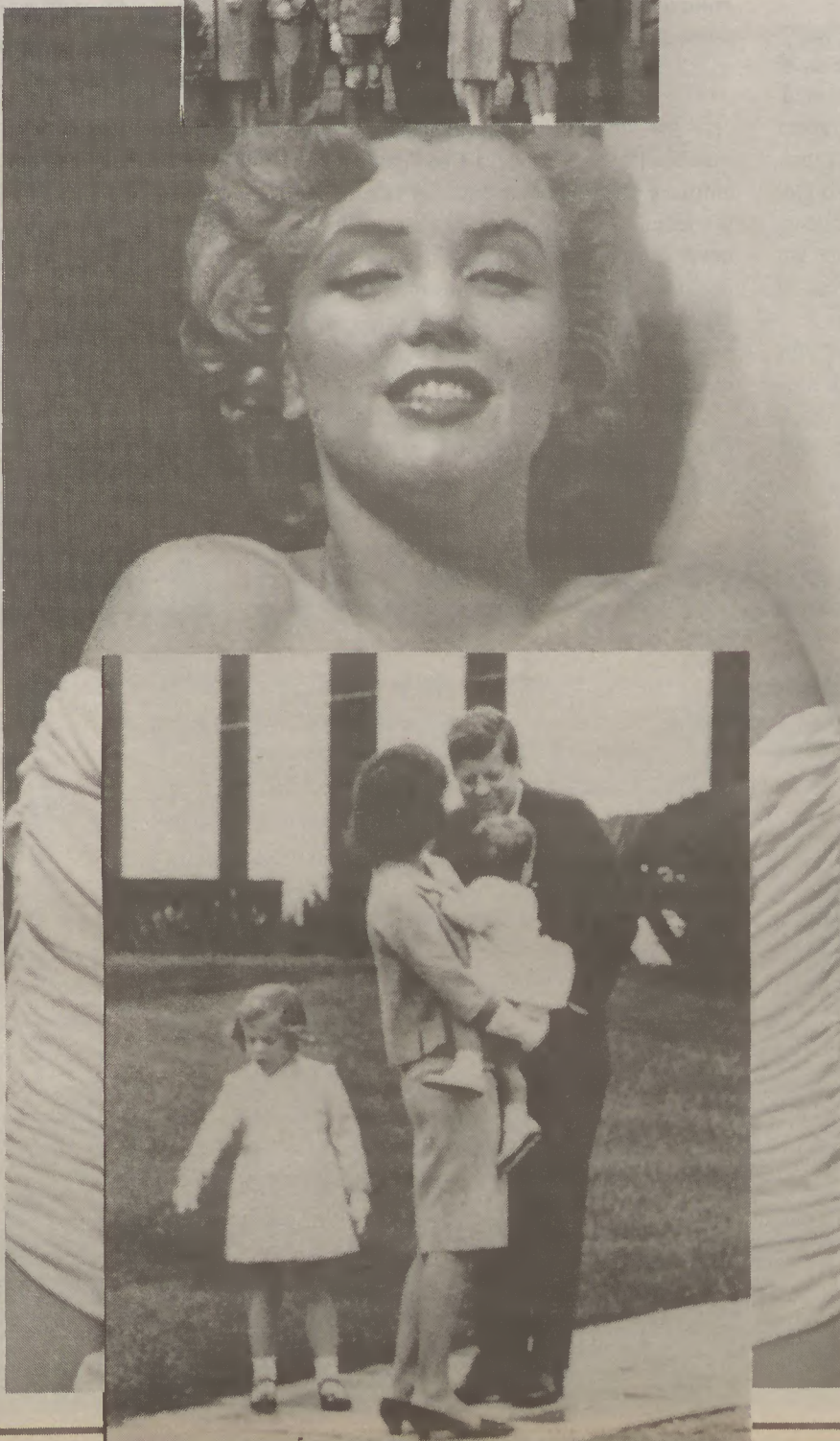
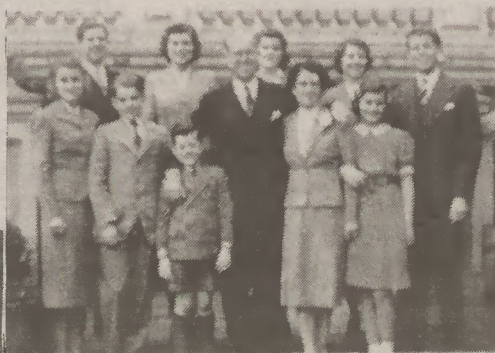
No seu livro, Guilaroff recorda a sua última conversa com Marilyn. Disse-lhe esta: «Veio cá o Robert Kennedy, para ameaçar-me. Como sabes, estou no conhecimento de muitos segredos sobre

coisas que se têm passado em Washington... segredos muito perigosos.» O cabeleireiro teria quase perdido a fala quando a famosa mulher lhe confessou as relações com os dois irmãos. Marilyn imaginava que Robert Kennedy acabaria por divorciar-se da esposa, Ethel Kennedy, e casar com ela. Mas, vendo-se traída perante as ameaças de Robert Kennedy, entrou em desespero

e os insultos entre ambos tornaram-se pelo menos tempestuosos. Esforçando-se por aclamar a caprichosa Marilyn, Bobby Kennedy prometeu conduzi-la à praia de Malibu, no dia seguinte. Disse-lhe: «Passearemos na areia, de manhã e falaremos melhor sobre este assunto. Mas não quero que tenhas mais contactos com eles.» Referia-se à Mafia e à Casa Branca, como se compreende.

Às primeiras horas da manhã, todavia, Marilyn foi encontrada pelo seu psiquiatra, o Dr. Ralph Greenon, já morta. O autor deste sensacional livro de memórias, apesar de concordar com a versão oficial das causas da morte da célebre atriz, escreveu:

«Em minha opinião, John Kennedy e Robert Kennedy, com a ajuda do Dr. Greenon, assassinaram Marilyn da mesma maneira como se o tivessem feito com um tiro na cabeça.»

**Os Kennedy**

John F. Kennedy, nascido milionário, dissera: «Perguntem o que é possível fazer pelo vosso país, não o que este deve fazer por vós.» Foi ele quem fez mergulhar a América no pantano da guerra do Vietnam, quem autorizou a invasão conhecida como «The Bay of Pigs», uma operação conjunta entre a CIA e a Mafia, e quem colocou o mundo inteiro à beira da catástrofe nuclear, acontecimentos que todos recordamos. Robert Kennedy (Bobby) trabalhara para Joe McCarthy, o caçador de comunistas.

Joseph Kennedy, o pai, além de amigo e sócio de Al Capone, fizera-se simpatizante da causa dos nazis. Possuía um enorme armazém em Chicago – que, agora, poderá ter sido transformado em blocos de apartamentos ou de escritórios – mas era aí que se armazenavam os vastos «stocks» de bebidas que, durante os anos da proibição, se importavam do Canadá através do lago Michigan, para distribuição nos Estados Unidos pelos serviços daqueles que melhor o sabiam fazer, a «Mob» (Mafia). Joe Kennedy nunca perdeu os seus contactos originais com a Mafia. Eles, da mesma forma, nunca deixaram de acompanhá-lo. Quando Jack Kennedy se viu no Senado (lugar comprado a dinheiro), o papá Kennedy avisou: «É preciso arranjar uma esposa.» Surgiu Jackie Kennedy. Mas à porta da Casa Branca e nas imediações da respectiva piscina, abundavam certas mulheres – as entradas, evidentemente, achavam-se severamente guardadas pelos serviços de segurança e pelos «boys» dos Kennedy. No primeiro andar, Jackie discutia com qualquer jornalista de revistas para o sexo feminino esta ou aquela reportagem. A vida prosseguia. Se lhe perguntassem: «O que estará fazendo, agora, o presidente dos Estados Unidos?» responderia: «Trabalha febrilmente no "Oval Office" defendendo a democracia e a liberdade do mundo, orientando os negócios do Estado.»

A Mafia tinha desempenhado um enorme papel na campanha eleitoral que levou John Kennedy à Casa Branca. Joe Kennedy pedira auxílio, em Chicago. A organização mafiosa daquela importante cidade onde a vitória sobre Nixon foi decidida, chefiada pelo bem conhecido Sam Giancana, respondeu positivamente. Este viria a partilhar os favores de uma prostituta com o presidente dos Estados Unidos – a rapariga chamava-se Judith Campbell Exner.

A pobre Marilyn, evidentemente, caíra, também, no círculo de especialistas do sexo na política, na economia, nos interesses do «big business», em associação com os Kennedy e os «mobsters» (Mafia).

Tudo indica, portanto, que os assassinatos dos irmãos Kennedy tenham produzido marcas só reconhecíveis nos centros da Mafia. Parece que a média de mortes entre pessoas que frequentam esses centros não é pequena. Os Kennedy, significativamente, haviam sempre mostrado o mais profundo desprezo pela vida das pessoas – especialmente, se estavam em causa segredos sexuais. Mas quando Jackie casou com Aristoteles Onassis, tinha já aprendido alguma coisa sobre as mais árduas maneiras de enriquecer e ganhar poder. O armador grego teve de assinar antes um contrato comercial garantindo-lhe muitos milhões de dólares.

Teddy (Edward Kennedy) teve pouca sorte em Chappaquiddick quando uma interessante rapariga acabou os seus dias afogada no carro do senador. Quanto ao escuro caso do sobrinho, diremos que qualquer senador, em certas circunstâncias da sua vida, terá procurado mulheres na rua... mas não, francamente, na companhia de um sobrinho. Janet Des Rosiers fora secretária e amante do velho Joe e, mais tarde, tornara-se assessora do presidente Kennedy e a sua assistente a bordo do «jet» privado. Quando Jack Kennedy perdia a voz, passava mensagens escritas e Janet era quem as distribuía. Vendeu, recentemente, algumas dessas mensagens que, bem avisadamente, guardara. Uma delas dizia: «A loira já cá canta!»



EM FOCO

JCP

Aniversário

em campanha

EDUCAÇÃO PÚBLICA
GRATUITA
e de
QUALIDADE

A JCP comemora no próximo dia 10 de Novembro o seu 17º aniversário. Dezassete anos em que milhares de jovens se uniram em torno de um ideal, de um projecto - o ideal socialista, o projecto comunista para a nossa sociedade, como afirmou Sérgio Martins, numa entrevista conjunta com Vanessa Silva, ambos membros da Comissão Política da JCP.

Um diálogo com o "Avante!" em que se destaca a importância da Campanha em curso, por uma educação pública gratuita e de qualidade. Uma Campanha em que se informa, e também se aprende.

Que iniciativas vão marcar este aniversário da JCP?

Vanessa Silva - Entre os dias 8 e 18 de Novembro, estão marcadas uma série de iniciativas por todos os distritos do país.

Por um lado são iniciativas de convívio - à volta de jantares, de comícios-festa. E aqui destacávamos o comício-festa que vai acontecer dia 16 de Novembro no Ritz, em Lisboa, envolvendo os jovens comunistas dos distritos de Setúbal e Lisboa.

Por outro, temos iniciativas de carácter político - exposições, debates, alguns com camaradas que já pertenceram à JCP, sobre o trabalho diário e sobre as questões que agora se colocam no plano político, nomeadamente as questões educativas, relativas às alterações da Lei de Bases.

Quanto às alterações propostas pelo governo à Lei de Bases, qual é a posição da JCP?

V.S. - A posição da JCP é que estas alterações à Lei de Bases não vão contribuir para uma evolução positiva, ao nível do texto que já estava consagrado. Pelo contrário - tem aspectos bastante negativos, nomeadamente a questão do acesso ao ensino superior, em que não se coloca aquilo que a nosso ver seria fundamental, que é a extinção do numerus clausus, enquanto restrição quantitativa global de acesso. Aquilo que se prevê nas alterações à Lei de Bases, é uma política cada vez mais elitista. Com as instituições do ensino superior a decidirem segundo os seus próprios critérios qual é a forma de selecção dos alunos, sem estar consagrada aqui, como na anterior Lei de Bases, que isto seria através de formas específicas dirigidas aos diferentes cursos. A partir de agora passa a ser ao critério de cada instituição do ensino superior.

Uma outra questão diz respeito ao ensino politécnico e ao ensino superior.

Como é que vocês encaram a questão do politécnico?

V.S. - Parece-nos que não estão consagradas as alterações que a nosso ver seriam importantes para a evolução do ensino politécnico. Não está consagrada a ideia do grau único - que defendemos.

Aliás, nós vamos mais longe. Nós pensamos que, através da existência de um grau único, da existência de investigação e de formação do corpo docente para as escolas politécnicas, poderíamos caminhar para um ensino superior único. Naturalmente com cursos com características próprias, mas um ensino superior único.

Como isto não está previsto, consideramos que as alterações que estão consagradas não mexem de forma significativa com as coisas, chegando mesmo a prejudicar, nomeadamente no que diz respeito à extensão dos cursos. Os bacharelados passam para dois anos e as licenciaturas para quatro. Isto parece-nos que não é positivo e que não tem em conta a necessidade de formação do estudante, que futuramente virá a desempenhar uma profissão.

Que pensam da reacção que está a haver nas ESE?

Sérgio Martins - Aqui levanta-se também a questão de as ESE terem sido criadas para formar pessoas para leccionar no ensino básico. O ensino básico, agora, é até ao 9º ano - e há justiça na exigência de poderem formar docentes para esse ensino.

Agora, também é verdade que as ESE não terão as condições para formar tais docentes.

Parece que entretanto foi possível superar esta situação e ver que realmente a guerra não era entre estudantes - mas uma guerra contra esta alteração à Lei de Bases.

De referir também que, apesar de este ser o ponto mais focado na alteração - há outras questões por resolver, como o acesso e o financiamento ao ensino superior.

É claro que este é um problema que se desenvolve em torno do mercado de trabalho, das saídas profissionais dos estudantes do ensino superior.

E para termos uma visão global da resolução destes problemas, é preciso também não esquecer que muitos estudantes de licenciaturas que não estão vocacionadas para o ensino - estão mais vocacionadas para a investigação científica e para outras áreas - são automaticamente empurrados para a única saída (apesar de essa não ser a sua vocação) que é ir leccionar. Não há investigação científica em Portugal...

Falemos então do financiamento e da questão das propinas.

S.M. - Em relação às propinas, o que está previsto é a criação de uma taxa única, para todos os alunos, que tudo indica será de um valor elevado. E isto representa deitar para trás as responsabilidades do Estado, acrescer as injustiças sociais no ensino superior.

Levanta-se também aqui a questão das bolsas-empréstimo. Ou seja - esta taxa, esta propina, é para todos os estudantes, inclusive para os bolseiros. Um empréstimo que terá depois de ser pago e que representa mais uma hipoteca na sua vida futura.

A Campanha, que está a ser desenvolvida pela JCP, por uma educação pública gratuita e de qualidade, tem a ver com todos estes problemas. Como está a decorrer?

V.S. - A Campanha surge como resposta a estes problemas todos que temos vindo a referir e justifica-se mais ainda com estas propostas de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, que a nosso ver não servem.

A JCP está, nesta fase da Campanha, a levar às escolas também informação sobre estas propostas de alteração. Porque isto não é uma coisa que chegue aos estudantes. O Ministério da Educação preocupa-se tanto com o diálogo, que acaba por não dialogar com os principais interessados na matéria.

Estamos também a fazer uma série de debates, um pouco por todo o país, com a perspectiva de que se discutam nas escolas estas medidas e propostas do governo.

Esta é uma fase da Campanha, muito específica - alertar os estudantes para os problemas e mostrar-lhes por que é que, quanto a nós, estas medidas não são solução.

Pode-se já falar de um primeiro balanço?

S.M. - O balanço tem sido bastante positivo. A nível nacional - desde o ensino secundário até ao ensino superior - temos visitado muitas escolas. Não tem sido só a distribuição dos nossos documentos, mas temos conversado, não só com alunos, mas igualmente com conselhos directivos, com professores, com funcionários da escola.

Esta nossa Campanha tem revelado que os alunos estão muito mal informados e isso nota-se particularmente na questão da Lei de Bases. Está a ser discutida uma alteração à Lei de Bases, mas os alunos nem sequer sabem disso.

Por outro lado, a Campanha também tem servido para a própria JCP aprender mais sobre o que é a realidade nas escolas. E naturalmente isso também vai ter os seus reflexos nas nossas posições.

Como é que a JCP tem sido recebida nas escolas?

V.S. - A reacção nas escolas é positiva. A malta recebe os nossos materiais - e não é com aquela perspectiva "recebo agora para deitar fora daqui a um bocadinho" - e quando se sai da escola já está tudo espalhado no chão. Não é assim. Guardam o nosso jornal para ler. Assinam com facilidade o nosso postal de protesto contra a política educativa.

E eu acho que a imagem da JCP que fica nas escolas, com esta nossa Campanha, - é a de um espaço de troca de ideias, de discussão.

S.M. - Estamos a distribuir um postal - a nível nacional - de protesto contra esta política. E há sempre uma conversa, quando se vai recolher o postal. E aí, jovens que não têm nada a ver com a JCP, até que navegam noutras áreas, assinam o postal, compreendem e concordam com as nossas posições, com as nossas críticas e com as nossas propostas.

Por outro lado, através desta Campanha, temos recebido centenas de pedidos, não só de adesão à JCP, mas pedidos de mais informações das actividades da JCP e muitos jovens, mesmo sem aderir à JCP, participam nas nossas actividades.

E os contactos com conselhos directivos, professores e funcionários têm sido positivos?

S.M. - Eu pessoalmente participei em vários. Em geral têm sido bastante positivos - com uma ou outra excepção.

Só para dar um exemplo - visitámos a escola secundária de Vila Real de Santo António. Fomos recebidos pelo presidente do conselho directivo. Tivemos uma breve conversa sobre os problemas do sistema e os problemas daquela escola em particular. Além de termos sido bem recebidos, foram-nos colocadas uma série de questões - que nós até não estávamos habituados a ver. Que não são problemas apenas daquela escola - como a falta de espaços de convívio para os alunos.

V.S. - Normalmente, quando chegamos às escolas e somos recebidos pelo conselho directivo, há um interesse, por parte do conselho directivo, de nos ir mostrar as instalações da escola. E temos visto instalações muito degradadas, quase nunca há pavilhões gimnodesportivos, não há equipamentos, não há laboratórios.

Tem sido interessante, até porque nos abre o leque de discussão sobre problemas que são muitas vezes considerados menores, na área da educação - como a falta de materiais - e não são problemas menores, são questões fundamentais.

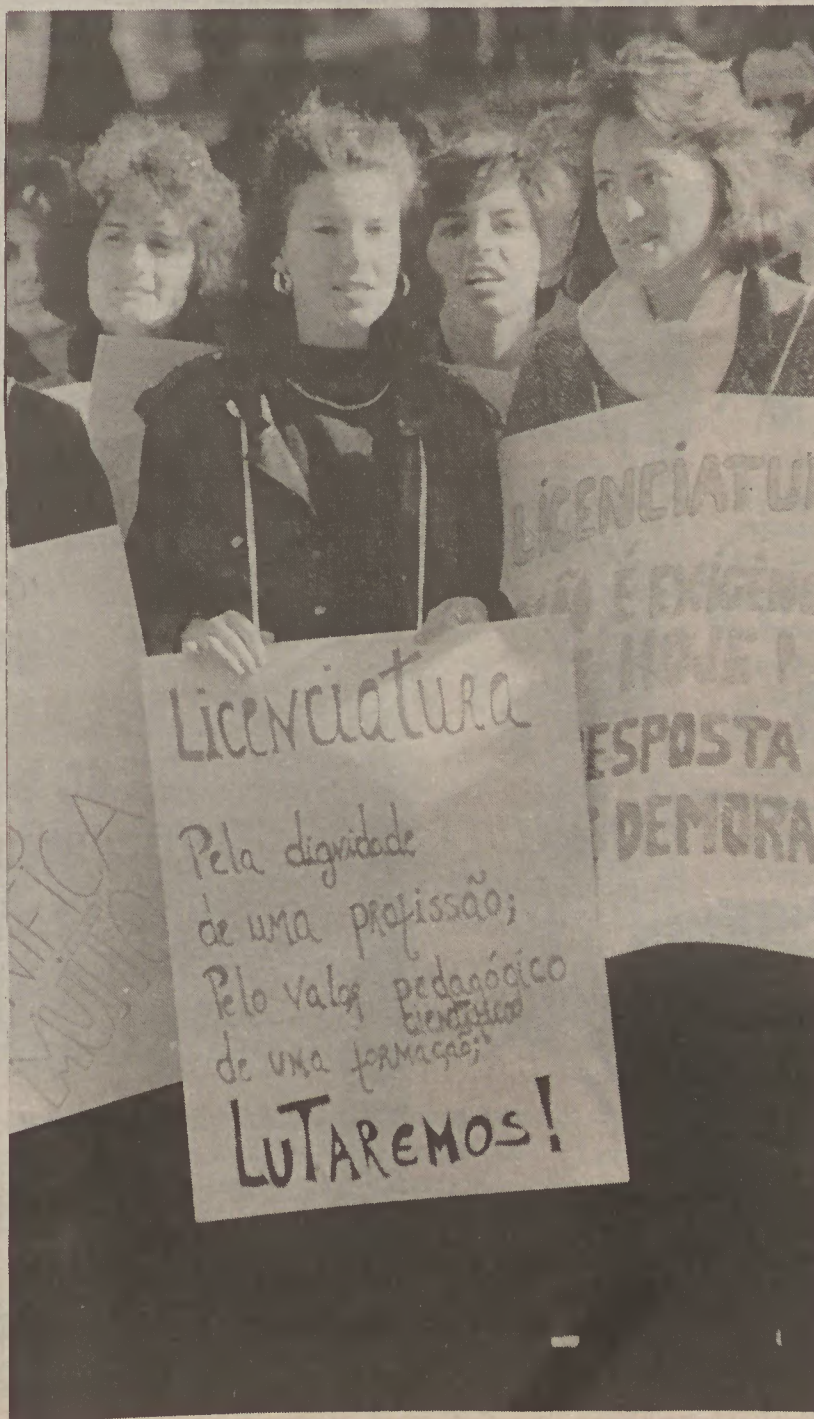
Até quando se vai prolongar a Campanha?

S.M. - Até ao final deste período lectivo. Vamos ter uma iniciativa de encerramento em Janeiro.

Em que outras iniciativas está a JCP empenhada?

S.M. - Estamos uma vez mais a dinamizar e promover iniciativas de solidariedade com Timor-Leste e o povo mautere. Agora surgem aqui novos dados - atribuição do Prémio Nobel da Paz - que na nossa opinião é um reconhecimento internacional do problema que se vive em Timor-Leste. No entanto, queremos aqui denunciar a profunda hipocrisia que há em tudo isto. Por exemplo, na própria Suécia - que é o país onde é atribuído o Prémio Nobel da Paz - o seu governo está profundamente implicado em negócios militares com a Indonésia.

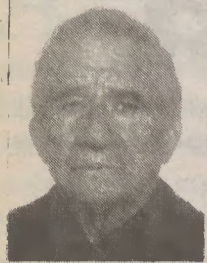
V.S. - Uma outra iniciativa em que a JCP está empenhada é na dinamização e preparação do 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que vai decorrer em Cuba, no próximo Verão. Consideramos que este é um espaço fundamental para a troca de ideias e de experiências de luta dos jovens do mundo.



EM FOCO

Permanência e grandeza do CHE

O Che é parte da história profunda de Cuba. Transcorreram os anos e a complexa relação existente entre o «guerrilheiro heróico» e o povo do seu país de adopção torna-se mais íntima, mais carinhosa. As novas gerações, que não o conheceram, herdaram das anteriores o respeito e a admiração pelo combatente caído na Bolívia que para elas simboliza as mais altas virtudes revolucionárias e o moderno humanismo.



■ Miguel Urbano Rodrigues

Não é um culto. Saudade e amor são palavras mais adequadas para definir a atitude e o sentimento perante o Che.

Este ano, em Outubro, o aniversário da sua morte, o 29º, foi como os anteriores, assinalado em todo o país por um conjunto

torrencial de iniciativas. Cuba recordou o Che com emoção. Houve de tudo: filmes, livros, concertos, ensaios, conferências, artigos, homenagens nas praças públicas, nas fábricas, nas escolas, nos campos.

Tive, aliás, a oportunidade de sentir por dentro a atmosfera ao participar numa jornada internacionalista de trabalho voluntário, no bananal de uma Unidade de Cultivos.

Pelo vasto mundo fora, também se falou muito do inesquecível companheiro de Fidel. No ocidente industrializado, o panorama é, porém, diferente. Com poucas excepções, o sistema mediático, cada vez mais perverso, ao recordar o Che semeia os elogios em terrenos envenenados. Mais do que antes, o exemplo do Che, o seu sentido ético das acções humanas e a sua fidelidade ao projecto da revolução social incomodam a burguesia. Não é assim de estranhar que na era da globalização, os sacerdotes do neoliberalismo procurem manchar a imagem do Che, recorrendo à mentira e mesmo à calúnia.

Nas vésperas deste aniversário, escreveu-se muito sobre ele na Europa e nos Estados Unidos. Os textos mais maldosos foram, como é da praxe, produzidos por historiadores e cientistas sociais. Vieram da *intelligentsia* apodrecida.

Dos quadrantes que se assumem como anticomunis-

tas apenas saíram livros e ensaios repetitivos. Não inovam a lenga-lenga perversa do Che trotskista ou maoísta, aventureiro romântico em conflito ideológico com Fidel. Agora até o apontam como medíocre e mau carácter...

Descreditado, esse discurso bolorento coloca-nos perante o retrato moral daqueles que o cultivam.

Na França, a campanha contra o Che assumiu amplitude maior e características muito peculiares porque a sua principal *vedette* foi um intelectual muito conhecido que, por tempo breve, esteve no acampamento de Ñancahuazu, na Bolívia, como colaborador do núcleo guerrilheiro: o francês Régis Debray.

Através da imprensa latino-americana eu já tinha informações sobre o lançamento do último livro de Debray: *Alabados sean nuestros señores* na versão castelhana. Ao que parece, o autor está obcecado pela ideia da «dessacralização» do Che, quer pôr fim ao «mito».

Não li o livro e, por isso, abstenho-me de lhe comentar o conteúdo, o qual, a avaliar pelas críticas, faz o autor descer ao nível das personagens mais sujas de Molière.

Aleida Guevara, filha do Che, desencadeou, entretanto, uma inesperada tempestade. Numa entrevista concedida em Buenos Aires, onde se encontrava, emitiu a opinião de que Régis Debray havia **falado de mais** ao ser interrogado após a sua prisão.

As agências noticiosas transmitiram esse comentário. Régis Debray, em Paris, não perdeu tempo. «Isso», declarou «é uma operação da segurança cubana contra mim!»

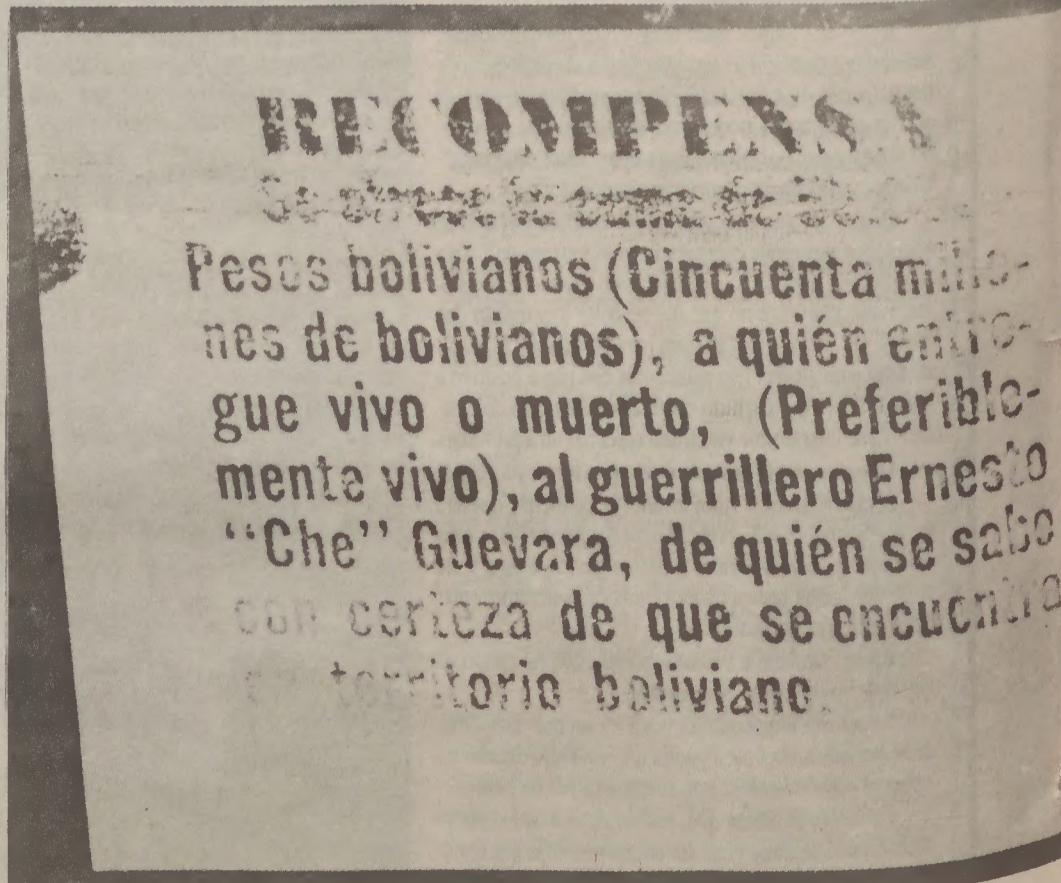
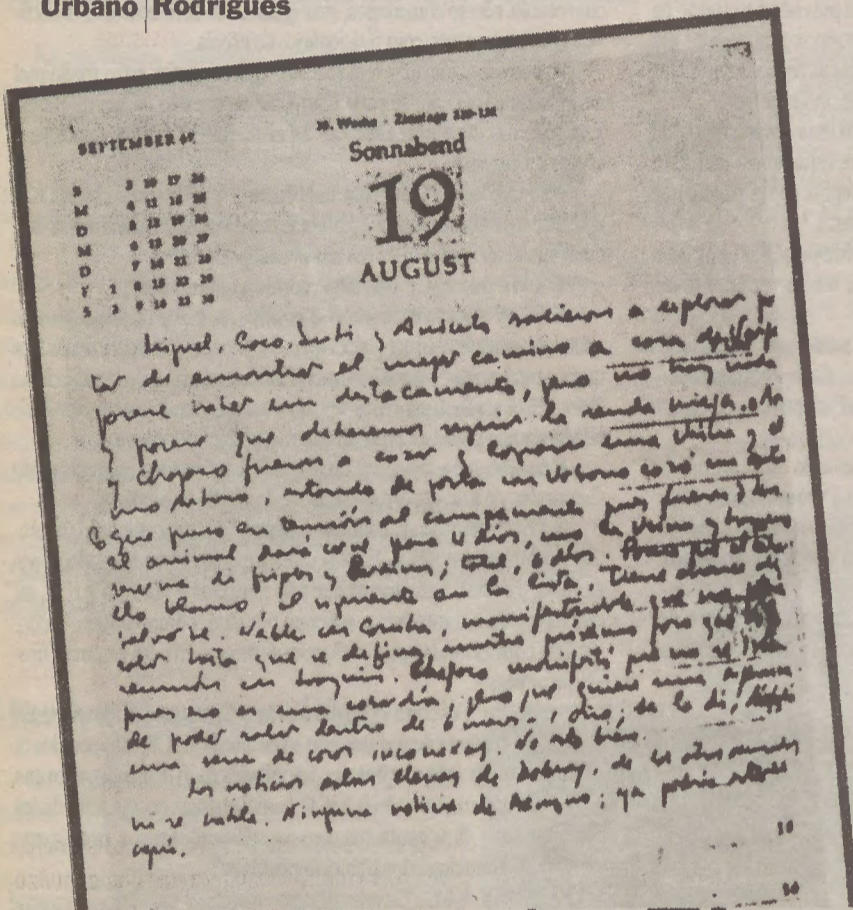
O disparate calunioso funcionou como espoleta de uma sórdida campanha mediática contra o Che e a Revolução cubana.

Um farsante

Cabe recordar que o próprio Che no seu *Diário* registou que o francês tinha **falado de mais**. Aleida Guevara não fez, portanto, qualquer revelação. Repetiu o que o pai afirmara.

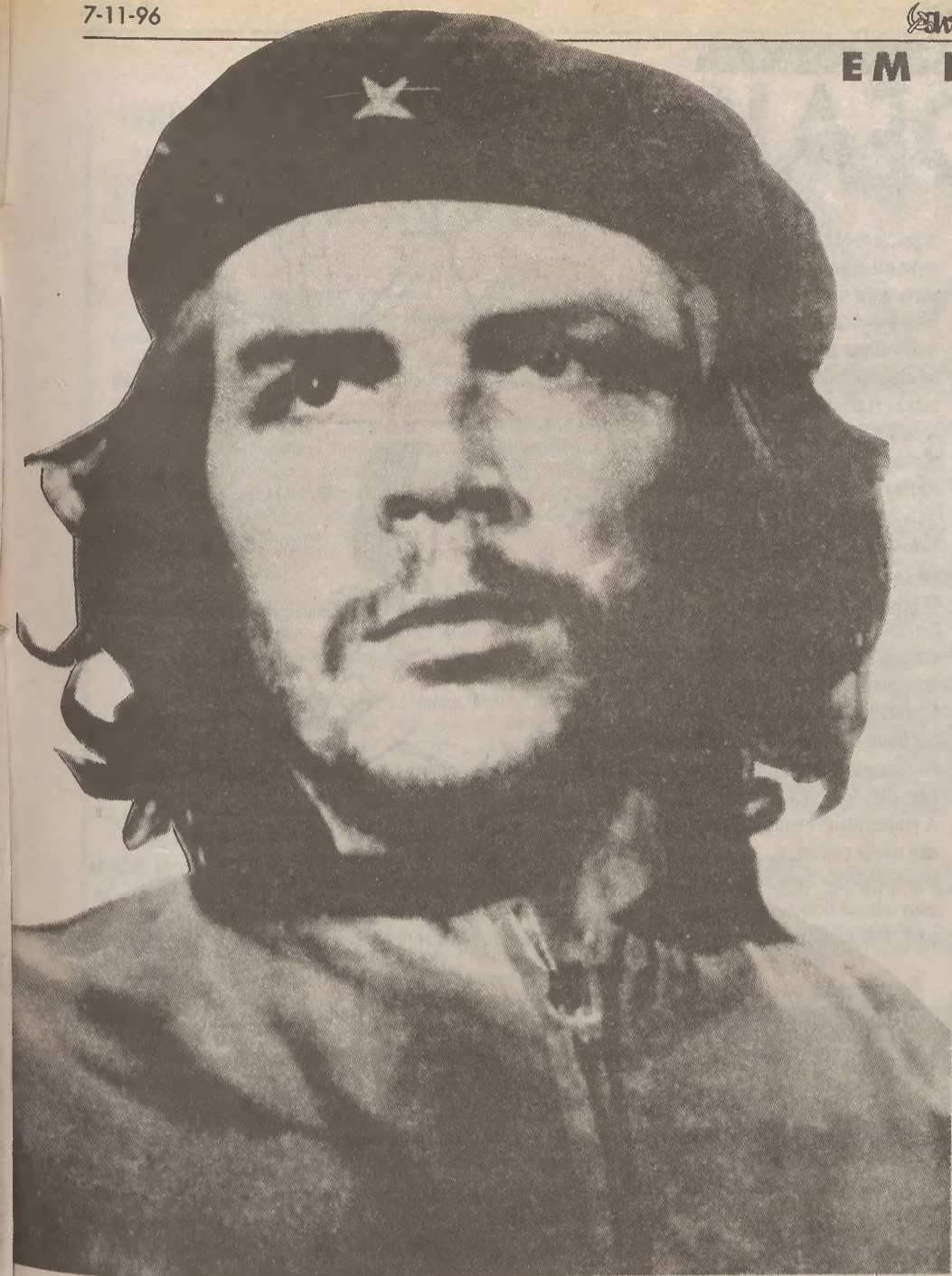
O Che foi, aliás, mais do que discreto.

Ao serem presos, Debray e o argentino Ciro Bustos, que haviam deixado Ñancahuazu porque não se adaptavam, fizeram aos militares bolivianos e à CIA declarações extensas. O primeiro tentou, mais tarde, justificar a sua atitude com o argumento de que, ao ser submetido a interrogatório, o anti-

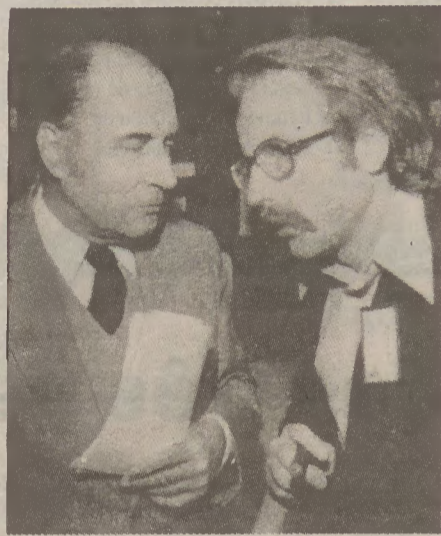


O Che foi um perigo para o poder reaccionário na América Latina. Na Bolívia, oferecia-se uma choruda «recompensa» a quem o entregasse «vivo ou morto». Preferiram-no morto e assassinaram-no

EM FOCO



Vinte e nove anos após o seu assassinato, o Che está vivo no coração dos cubanos. Alguns «amigos» abandonaram-no. Como Régis Debray (em baixo, com Mitterrand) que trocou a máscara de «revolucionário» pela face de verdadeiro calunizador. Nas fotos seguintes, o Che durante a saga boliviana



Imitador de Vargas Llosa

No seu eterno carnaval de piruetas e metamorfoses, este homem percorreu um estranho caminho. Ao regressar a França e recuperar o seu confortável *status* de grande burguês, começou por atacar Lénine. Depois criticou Marx e o socialismo em geral. Após o 25 de Abril, escreveu com sobrançeria sobre a Revolução Portuguesa, investindo contra o PCP. Pouco depois, publicou em Paris um artigo no qual afirmava que o estudo das lutas entre o Papado e o Império, na Idade Média, era muito mais útil do que a leitura da obra de Karl Marx.

Do fascínio que lhe inspirava o Papa Gregório saltou para o regaço de Mitterrand, de quem foi assessor diligente. E do trote anticubano passou ao galope. Não hesitou em patrocinar em França as campanhas para a libertação do ex-polícia de Batista, Armando Valladares, falso paralítico e falso escritor, condenado por actividades terroristas.

Com o tempo, Debray, no apoio a traidores da Revolução Cubana, tornou-se em certos aspectos um imitador de Vargas Llosa, sem o talento do romancista peruano. Desceu inclusive à baixeza de cooperar na deserção de Daniel Alarcón, o

Benigno da guerrilha boliviana. Foi o começo de uma operação festejada em Washington. Benigno logo publicou um livro (que lhe foi ditado) integrado na campanha tendente ao descrédito do Che.

Uma caricatura de Danton

Não sem motivos fortes, Felix Pita, prestigiado jornalista cubano, sublinhou em sereno artigo que os militares bolivianos talvez possam um dia iluminar melhor o comportamento de Régis Debray (?).

Não conheci qualquer dos membros do tribunal militar que julgou Debray. Mantive, contudo, relações muito cordiais com o oficial que o retirou da prisão, em Camiri, quando o general Juan José Torres o indultou.

O major Ruben Sanchez era o comandante do Regimento Los Colorados, em Outubro de 1970, depois de Torres haver tomado o poder, inaugurando como Presidente em regime progressista.

Sanchez fora o primeiro oficial do exército a enfrentar a guerrilha, na sequência de uma emboscada.

Foi esse combate, no qual Sanchez foi feito prisioneiro, que levou o núcleo guerrilheiro a abandonar Nancahuazu, iniciando a dramática odisseia que findaria na Quebrada de Yuro quando o Che, ferido e com a arma encravada, caiu nas mãos do exército boliviano.

Ruben Sanchez ficou tão impressionado com o Che e os seus companheiros que, libertado, decidiu colocar-se como soldado ao lado do povo. Mais tarde, apoiou Torres e resistiu ao golpe de Hugo Banzer.

Foi precisamente esse oficial patriota que, em Santiago do Chile, já no exílio, me falou longamente, em Dezembro de 71, do comportamento pouco ético de Debray enquanto permaneceu preso. Não aludiu ao depoimento do francês, ao que teria dito ou não dito à CIA. Falou-me, sim, da péssima impressão que Debray lhe causou quando o foi libertar. Até os carcereiros haviam formado opinião negativa sobre aquele senhorito estrangeiro, sem fibra, deprimido e chorão. Apesar de beneficiar de um regime prisional de privilégio, graças à intervenção da mãe, uma senhora da grande burguesia francesa com amizades no próprio Vaticano, Debray terá tido – segundo Ruben Sanchez – uma atitude permanentemente negativa enquanto esteve preso, imprópria de quem, antes, se exibira como professor de revolucionários.

Na guerrilha usara o nome de guerra de Danton, o revolucionário francês que, referindo-se aos inimigos, dizia: «Devemos fazer-lhes frente, agora e depois, fazer-lhes frente sempre!»

Não soube estar à altura do cognome escolhido.

Todo o homem tem o direito de mudar, de rever posições e ideias. Mas com coerência e sem perder o sentido da dignidade. Não foi o caso de Régis Debray. As suas palavras e os seus actos não éticos são incompatíveis com as tradições revolucionárias da França.

go acampamento já tinha sido descoberto pelas forças armadas. Uma desculpa fragilíssima...

Régis Debray é um farsante que durante a juventude se mascarou de revolucionário e conquistou notoriedade graças ao disfarce.

Dediquei-lhe um capítulo de um livro que me valeu um processo no Brasil e a inevitável apreensão (!). Anos depois, em plena ditadura militar, com o general Medici no poder, Derby apontou-me, noutra livro seu, como membro do Partido Comunista Brasileiro. Mostrava-se tão despreocupado com a segurança do próximo que esqueceu a minha condição de português para me identificar como militante de um partido latino-americano que na época estava a ser alvo de ferozes perseguições.

Em meados dos anos 60, quando escreveu o seu ridículo manual de guerrilhas, *A Revolução na Revolução*, Debray não exibiu ainda a actual arrogância. Esforçava-se para apresentar a imagem de um Saint Just do século XX, supostamente marxista, militante puro e intransigente, cruel, se necessário, na batalha pela vitória da Revolução.

O livrinho (logo editado clandestinamente no Brasil) não passava, contudo, de uma colecção de asneiras alinhavadas por um moço vaidoso como um peru, que não assimilara as suas leituras.

Entre outras enormidades, afirmava nesses dias que somente os membros da guerrilha rural eram revolucionários e que os habitantes das cidades distanciados do combate nos campos eram todos burgueses. Do Che falava então em tom reverencial; guindara-o a ídolo, embora lhe deturpasse a teorização sobre a guerrilha.

Apesar da minha profunda admiração pela figura e a obra do Che, afigurava-se-me, à partida, inviável o êxito da guerrilha de Nancahuazu. Os Andes não poderiam transformar-se na Sierra Maestra da América Latina. Sendo uma forma de



luta valiosa e importante, como complemento de outras – a Revolução Sandinista foi confirmação disso –, a guerrilha rural, por si só, deveria ser encarada como núcleo e motor de uma estratégia para a tomada do poder. A história não iria repetir-se.

Debray, inflamado, insultava na época todos quantos discordavam da sua teorização maximalista sobre a guerrilha rural.

Hoje é o que se vê...

(1) «Opções da Revolução na América Latina», Ed. Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 1968. O livro, hoje esgotado, foi apreendido por decisão do ministro da Justiça da ditadura, Alfredo Buzaid.

(2) «Nuestro Che sigue ganando batallas», in «Granma», 9.10.96, Havana.

Regresso aos castigos

Num debate sobre «os valores morais da educação» travado entre conservadores e trabalhistas da Grã-Bretanha, o ministro do Interior, o conservador Michael Howard, saiu à estacada para defender a reintrodução dos castigos corporais nas escolas do ensino oficial, prática que foi abolida em 1987. Como não podia deixar de ser, surgiram de imediato os pressurosos «estudos de opinião» retirados das não menos pressurosas «sondagens», para demonstrarem o inevitável: que «a maioria dos britânicos» era favorável à ideia do sr. Howard sobre as vantagens do espancamento no aperfeiçoamento da moral dos jovens britânicos. Estas pressurosas sondagens esqueceram as suas próprias conclusões de há 10 anos, quando proclamavam exactamente o contrário: que «a

maioria dos britânicos» era contra tão retrógrada, perversa e discricionária maneira de educar a juventude.

Afinal, o que mudou nestes 10 anos? A cabeça dos britânicos? A qualidade das sondagens? Os «valores morais da educação»? Não se sabe. O que garantidamente mudou nestes 10 anos foi a vida dos britânicos, com o crescimento imparável do desemprego e conseqüente alastramento da miséria, a degradação da qualidade de vida dos cidadãos, o desmantelamento meticoloso dos serviços sociais, da assistência médica, da qualidade do ensino. Tudo fonte de enormes tensões, potenciando a violência, o desespero e a insegurança generalizada dos cidadãos. Disso não fala o ministro do Interior nem as suas amigas sondagens, para quem (mais uma vez) os problemas da sociedade britânica são uma questão «moral» a resolver à chanfalhada...

PONTOS CARDEAIS

O aviso das rãs

Descobriu-se nos Estados Unidos da América uma geração de rãs que foge à normalidade genética: umas nascem com cinco e seis patas, outras só com um olho. Os casos têm sido detectados no Minnesota, mas, durante o ano passado, os cientistas que estudam estes fenómenos observaram 164 casos de malformação de rãs oriundas de outras regiões: Dakota do Sul, Wisconsin, Missouri, Califórnia e até do Quebeque, no Canadá. Foram também identificados alguns casos no Japão e na Dinamarca. A notícia começou por almar o comércio, que via assim desassossegado o seu próspero negócio das «coxas de rã», não faltando o contributo de cientistas a acalmar as

inquietações com os inevitáveis «não está provado que», «é permaturo dizer» e por aí fora, num louvável esforço de tranquilizar a opinião pública, as digestões dos cidadãos e as caixas registadoras dos restaurantes. Outros, como o biólogo californiano Charles Dailey, procuraram tranquilizações com melhor verniz científico e desencantaram a peregrina explicação de que as malformações tinham origem em parasitas de serpentes hospedados nas rãs. Entretanto, o governo dos EUA continua demasiado entretido com a campanha presidencial para dar atenção a bagatelas. A comunidade científica é que não foi na conversa, recordando a milenar convivência desses parasitas com as rãs sem que tal



houvesse desencadeado, jamais, tal coisa. E pôs o dedo na ferida que, pelos vistos, muita gente procurou tapar: o fenómeno é particularmente

inquietante porque indicia um mal mais profundo - as alterações do modo de vida da fauna terrestre e aquática, das quais as rãs são excelente barómetro para avaliação da qualidade do ambiente. Um ambiente onde, por exemplo, se está a assistir a um implacável crescimento dos níveis de metais e produtos químicos nas águas e da degradação da qualidade do ar, responsáveis identificados pelo assustador desaparecimento de inúmeras espécies animais e vegetais. Daí que estas malformações detectadas nas rãs estejam a ser vistas como um sério aviso. Que os responsáveis das políticas predadoras que actualmente dominam o mundo preferem iludir em nome... da «tranquilidade pública»!

PONTOS NATURAIS

Jogo das três pedrinhas

Fala, mas cala.

Nunca há regresso.

Sofrer para ver.

Desespero também espera.

Esquecimento é ser cúmplice.

Conversa afiada? Fiada...

Dormiste? Não reclames.

Não vejas, observa.

Estrelas, que dentes!

Amor renasce sempre.

Vencendo só convencendo.

Alternar para continuar.

Dinheiro, pena Capital.

Salazar anda aí...

Penso, logo venço.

Duvidar, para crescer.

Sorrir é iluminar.

Avança, mas reza.

Fantasmas afinal existem.

Sonhar, ter asas.

Saudades por viver.

Ao menos, olha.

Unhas são armas.

Desemprego, morte lenta.

Recordar e andar.

Amar. Ponto final.

Alternância afasta alternativa.

Resistir, bom investimento.

Vai, sem ficares.

Comunismo, a resposta.

Luto, logo existo.

Mário Castrinho



A multa

A administração da empresa Polímeros do Ave, SA, de Lousado, foi a julgamento por um processo de transgressão, movido contra aquela empresa pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, organismo do Ministério para a Qualificação e o Emprego, por não terem sido pagos a tempo e horas os ordenados do mês de Abril aos seus 73 trabalhadores, que estão credores de uma dívida de 20 mil contos de salários em atraso. Esta empresa produz artefactos de borracha e câmaras de ar para pneus, tendo andado ao longo dos anos a ser (um dos) joguete(s) dos grandes negócios entre Américo Amorim e o grupo alemão Continental/Mabor, sendo este último um dos principais responsáveis pela crise da empresa ao deixar de lhe comprar câmaras de ar, de que era cliente exclusivo, apesar de, nos negócios com Américo Amorim, ter adquirido todas as outras fábricas do grupo ligadas ao sector. Entretanto, esta empresa - em 80% na mão de empresários alemães - deve ainda 60 mil contos ao Ministério das Finanças e 120 mil contos a fornecedores. Perante isto, o juiz Caimoto Jácome, do Tribunal de Trabalho de Famalicão, fez justiça. Aplicou 50 contos de multa à Polímeros do Ave, SA.

AGENDA

AVEIRO

Dia 7 - da Com. Concelhia da Feira: no CT local, às 21h30; dia 8 - de militantes das *Empresas de Ovar* (no CT, 21h30); das organizações de *Estarreja e Murtosa* (CT de Estarreja, 21h30, com Ant. Salavessa); dia 9 - do organismo da *Função Pública de Aveiro* (às 15h, no CT); das organizações de *Anadia e Mealhada* (JF de Mealhada, às 21h30).

BEJA

Dia 7 - da freg. de *Cuba*, com José Soeiro (no CT, às 20h30); em *S. Marcos de Ataboeira* (na Esc. Velha, às 21h); da célula de *Reformados e Deficientes de Beja*, para eleição de delegados: às 15h, no CT de Beja

Dia 8 - em *Penedo Gordo, N.ª Sra. das Neves, Beringel/Trigaches* (todas às 21h); em *Castro Verde* (No CT, às 21h); de *Sa Maria e Salvador*, em Odemira (no CT); Em Pias (no CT, às 20h).

Dia 9 - em *Almodovar* (no CT, às 20h30); em *Aldeia de Fernandes/Almodovar* (na JF, às 20h30); em *Salvada/Beja, Balezão* (16h, nos respectivos CTs); em *Albernoa* (16h); em *Sto. Aleixo/Sobral d'Adiça* e em *Safara/Moura* (na JF de Safara); em *Sto. Clara, Luzianes, Pereira Gare, Sabóia* (esta na Casa do Povo, às 21h); em *Aldeia de Palheiros/Ourique* (às 15h); na *Mina da Juliana, Sta Vitória, Mombeja* / Beja (às 16h); em *V. Nova de S. Bento/Serpa* (16h, no Cinema).

BRAGA

Braga - reuniões das organizações *concelhia de Braga* (no CT), da freg. de *Nogueira* (salão da JF) e da freg. de *Lomar* (JF) - todas no dia 8.

Guimarães - das freguesias de *Cónegos* (JF) e *Selho S. Jorge/Pevidém* (Esc. E.B. 2/3) - no dia 10.

Famalicão - das várias freguesias da Org. Concelhia: dia 9 às 15h30 no CT.

Esposende - da org. concelhia: dia 9 às 21h30, no Aud. do Turismo.

Riba d'Ave - das freguesias de *Riba d' Ave, Pedome, Bairro, Oliveira S. Mateus e Sta. Eulália, Carreira, Bente, Novais, Delães, Ruivães*: dia 16 às 21h30, na JF de Riba d'Ave.

Vila Verde - das organizações concelhias de *Vila Verde e Amares*: dia 17 às 10h, no CT de Vila Verde.

BRAGANÇA

"Debates com o PCP" - série de debates públicos, no CT do PCP, integrados na preparação do XVI Congresso: hoje, dia 7, às 21h15 sobre *Desenvolvimento Económico e a Luta dos Trabalhadores*, com Emídio Ribeiro; dia 9, às 21h15, sobre *O Movimento Comunista e a situação Internacional*, com Manuela Bernardino.

CASTELO BRANCO

Fundão - das freguesias do concelho: na sala da JF, dia 11 às 21h30, com Luís Garra.

Belmonte - da organização dos concelhos de *Belmonte e Penamacor*: dia 9 às 15h, na sala dos Bomb. Voluntários de Belmonte.

COIMBRA

Coimbra - dos Sectores *Sindical, Profissional e Células de Empresa*: dia 8 às 21h, no CT; das organizações das freguesias de *Taveiro, Ribeira de Frades, Amal, Arzila*: dia 9 às 21h, em casa do Cam. José Barreto; das organizações das freguesias de *Almalaguês, Antanhol, Assafarge, Castelo Viegas, Cernache*: dia 9 às 18h, em casa do Cam. Carlos Paiva.

Cantanhede - das organizações concelhias de *Cantanhede e Mira*: dia 8, às 21h, no CT de Cantanhede.

Lousã - da organização concelhia, também com eleição da Com. Concelhia: dia 10 às 10h30, na Soc. Filarmónica Lousanense, com Carlos Fralão.

Penacova - da organização concelhia: dia 10 às 17h30, na Garagem do cam. Peça, com Domingos Oliveira.

ÉVORA

Dia 7 - da célula da *CM de Alandroal* (Estaleiro da Câmara, 17h45), de *Reformados de Borba* (CT, 16h), da organização de *S. Domingos* (na JF, às 18h30).

Dia 8 - da organização de *Cabeção* (Casa do Povo, 20h, com António Luís e António Gervásio); de *Pavia e Brotas* (JF, 20h); da organização do *Redondo* (Centro dos Reformados, 20h), da organização de *Portel* (na Filarmónica, às 20h30, com Vidigal Amaro e Raimundo Cabral); de *S. Gregório/Arraiolos* (na JF, às 20h30).

Dia 9 - da org. de *Mora* (no CT, 15h, com António Gervásio); de *Amieiral/Portel* (na JF, às 20h, com Vidigal Amaro e António Foito); da organ. de *Bencatel* (CT local, 15h).

FARO

Portimão - debate público sobre as Teses para o Congresso do PCP: na sala da Biblioteca Municipal, dia 8 às 21h30, com a participação de Henrique de Sousa. Outro debate público em *Vila Nova de Cacela*: dia 10 às 15h, na JF.

Plenários de militantes para debate das Teses: em *S. Brás de Alportel* - dia 5 às 21h30; *Taveira* - dia 6 às 21h30; *Albufeira e Lagos*: dia 8 às 21h30; *Lagoa* - dia 9 às 15h. *Convívio em Messines*: dia 10 às 15h.

LEIRIA

Marinha Grande - da organização concelhia, para discussão das Teses e preparação da VII Assembleia concelhia (a realizar a 16 de Novembro): dia 8 às 21h30, no CT.

Caldas da Rainha - plenários de militantes das *Caldas* (dia 8) e de *Empresas das Caldas* (dia 9) - às 21h30 no CT.

Leiria - de militantes: dia 8 às 21h30, no CT.

Peniche - Assembleia da Organização Concelhia: dia 9 às 15, no CT, com Jerónimo de Sousa.

Alcobaca - Jantar-convívio com Albano Nunes: dia 9 às 19h.

LISBOA

Alenquer - de militantes de *Carregado e Cadafais*: no CT do Carregado, dia 9 às 21h30.

Amadora - de militantes *Trabalhadores da CMA*: hoje, dia 7, às 17h30, no CT Amadora; de *Empresas do Concelho*: dia 8 às 18h no CT; das fregs. de *Buraca e Alfragide*: dia 9 às 15h.

Encontro com *Independentes do Concelho*: dia 8 às 21h, no Espaço Delfim Guimarães, com José Casanova.

Arruda - Plenário concelhio de militantes: dia 10 às 17h, no CT.

Azambuja - das freguesias de *Manique do Intendente, Massuça e Alcoentre*: dia 9 às 15h no CT de Azambuja.

Cascais - de militantes da freg. de *Carcavelos*: dia 9 às 15h30 no CT local; Almoço, seguido de plenário, de militantes do *Estoril*: dia 9 às 12h30, no CT de Cascais; da freguesia de *Alcabideche*: dia 9 às 15h, no CT Local, com Joaquim Dias; da freguesia de *Parede*: dia 9 às 15h, no CT local. IV Assembleia da Organização da Freg. de Cascais: dia 9 às 15h, no CT, com Vítor Dias. IV Assembleia da Organização de S. Domingos de Rana: dia 10, às 10h, no CT de Tires, com José Casanova.

Lisboa - Plenário geral dos militantes do *Sector Público*, com Agostinho Lopes: dia 12 às 18h30 no CT Vitória; Jantar-convívio e magusto do *Sector de Serviços, alargado a amigos do Partido*: hoje, dia 7, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé, com Carlos Grilo; da célula do *Metro*: hoje, dia 7, às 17h15, no CT Vitória; Plenário, com convívio e magusto, da *Org. da Zona Centro*: sábado, às 15h30, no CT Av. Duque de Loulé, com António Dimas; magusto da *Zona Oriental de Lisboa*: dia 9 às 16h, no CT dos Olivais; plenário das fregs. de *Ajuda e S. Francisco Xavier*: dia 9 às 15h, no CT da Ajuda; plenário das fregs. de *Santos, Lapa, S. Mamede e Sta. Isabel*: dia 9 às 15h, no CT de Santos; plenário das fregs. de *Alcântara, Prazeres, Campolide, Sto. Condestável, Belém*: dia 9 às 15h, no CT de Alcântara; 3ª Assembleia da Org. da Zona Norte: na JF de S. Domingos de Benfica, dia 9 às 15h; das células da *CGD e do BNU*: dia 11 às 17h30, no CT Vitória; da OD dos *Bancários*: dia 12 às 17h30, no CT Vitória; dos militantes da



CONGRESSO
PCP

UM PARTIDO
MAIS FORTE
NOVO RUMO
PARA PORTUGAL



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Plenários e reuniões para discussão das TESES

Segurança Social: dia 12 às 19h no CT Vitória; dos militantes do *Sector Público*: dia 12 às 18h30 no CT Vitória; da célula da *CML*: dia 12 às 19h, no CT Vitória; da freg. de *Penha de França*: dia 13 às 21h30 no CT da Graça; da freg. de *Ameixoeira*: dia 13 às 21h30 no CT do Lumiar, com *Fernanda Barroso*; do *Núcleo de Quadros Técnicos do Sector de Serviços de Lisboa*: dia 13 às 18h30, no CT da Av. Duque de Loulé; das células do *Min. Finanças, Peq. Ministérios (Militares, Justiça, MAI/MNE, PCM, AR)*: dia 13 às 18h no CT Vitória; da freg. de *Lumiar*: dia 14, às 21h30, no CT do Lumiar, com José Tavares; da célula da *CP*: dia 14 às 18h no CT Vitória; da célula da *Carris*: dia 14 às 18h no CT Vitória. *Zona Centro de Lisboa: Jornadas de contacto com novos inscritos e venda militante do "Avante!"*: dias 7 e 14, a partir das 15h.

Loures - da célula da *Covina*: hoje, dia 7, às 17h, com J. M. Cordeiro; da freg. de *Sta. Iria da Azóia*: no CT, dia 8 às 21h30, com *Fernanda Mateus*; de *Apelação*, com João Narciso: dia 8 às 21h30, no CT; de *Bobadela* (dia 8 às 21h30, com A. Andrez; de *S. Julião do Tojal*: no salão da JF, dia 9 às 16h, com Domingos Abrantes; de *Moscavide*: no CT, dia 9 às 15h, com E. Dinis.

Oeiras - de militantes das *Empresas do Concelho*: dia 8 às 18h30, no CT de Algés; da freg. de *Algés*: dia 9 às 15h com *Euclides Pereira*; de camaradas de *Leceia*: dia 9 às 15, em casa do cam. Cabrita; da organização de *Paço d'Arcos*, com Júlio Filipe: dia 9 às 15h no CT; da freguesia de *Porto Salvo*, seguido de magusto: dia 9 às 15h, no CT local, com *Leandro Martins*; da freg. de *Cruz Quebrada*: dia 10 às 15h, no CT de Algés.

Sintra - da célula *CM Sintra / SMAS*: dia 7 às 18h, no CT de Rio de Mouro; da freg. de *Colares*: dia 8 às 21h30, no CT de Mucifal, com *Clarinda Nogueira*; da freg. de *Almargem do Bispo*: dia 8 às 21h30 em Albobas; de *Massamá*: dia 8 às 21h30, na deleg. da JF em Massamá; da freg. de *Colares*: dia 8 às 21h30, no CT de Mucifal; das freguesias de *Montelavari/Pero Pinheiro*: dia 9 às 16h no CT de Montelavar, com António Cordeiro; da freg. de *Agualva-Cacém*: dia 9 às 15h, no CT local, com C. Aboim Inglês; das *Empresas do concelho de Sintra*: dia 13 às 21h, no CT de Cacém; da célula da *Tabaqueira*: dia 14 às 16h30.

Sobral de Monte Agraço - Plenário da freg. de *Sapataria*: dia 8 às 21h30, no CT de Sobral.

Torres Vedras - dos militantes da freg. de *Monte Redondo*: hoje, dia 7, às 21h30; de *Jovens militantes*: dia 8 às 21h30, no CT de Torres Vedras; da freg. de *Carvoeira*: dia 12 às 21h30.

Vila Franca de Xira - da célula dos *Trabalhadores da CM / SMAS*: hoje, dia 7, às 18h, no Ref. Municipal, com Jerónimo de Sousa; da freg. de *Alhandra*: dia 8 às 21h30, no CT; da freg. de *Castanheira*: dia 8 às 21h30, no CT da Castanheira; da freg. de *Vialonga*: dia 9 às 15h, no CT local, com Joaquim Judas; encontro de *Reformados da freg. de Vila Franca*: dia 10 às 15h, no CT de Vila Franca, com Duarte Gomes; de *Empresas de Alverca/Póvoa/Vialonga*: dia 12 às 18h no CT de Alverca; da freg. de *Sobralinho*: na Casa da Juventude do Sobralinho, dia 13 às 21h30.

Sector da Saúde da ORL - Plenário geral do Sector para eleição de delegados: dia 13 às 19h no CT Vitória.

Sector Sindical da ORL - Assembleia plenária de *Dirigentes Sindicais*, também para eleição de delegados: dia 13 às 19h no CT Vitória

Sector Intelectual da ORL - Plenário da *Comunicação Social*: hoje, dia 7, às 21h30, no CT Vitória; IV Assembleia da Organização dos Professores de Lisboa: dia 9 às 9h30, no Anfiteatro C3 da Fac. de Ciências; assembleia plenária dos *Novos Quadros* para eleição de delegados: dia 13 às 21h30, no CT Vitória

PORTALEGRE

Dia 8 - em *Alcórrego, Aldeia Velha, Elvas, Maranhão, Portalegre, Sto. Amaro*; dia 9 - em *Portios, Tramaga, Benavila, Campo Maior, Ervedal, Figueira e Barros, Valongo*; dia 10 - em *Degolados, Chança, Cunheira e Seda*; dia 12 - em *Fronteira, Valongo*; dia 15 - em *Cano, Crato, Vale de Açor*; dia 16 - em *Avis, Montargil, Ervideira*; dia 17 - em *Gavião*; dia 19 - em *Monforte*; dia 22 - em *Galveias*; dia 23 - em *Castelo de Vide e Marvão, Nisa*; dia 24 - em *Alter do Chão, Arronches, Ponte de Sor*.

IV Assembleia da Organização dos Professores Comunistas do Sector Intelectual da ORL do PCP

Sábado, 9, no Anfiteatro C3 da Faculdade de Ciências de Lisboa, com a participação de Edgar Correia, José Casanova e

CARLOS CARVALHAS

Carlos Carvalhas na Covilhã

Em visita de informação acerca das consequências na zona da Covilhã da aplicação da segunda fase da integração dos produtos têxteis nas regras da Organização Mundial do Comércio e da situação social que nela se vive, o Secretário-Geral do PCP desloca-se ali no próximo dia 8, sexta-feira, mantendo contactos ao longo do dia, nomeadamente, com empresas, a direcção do Sindicato Têxtil da Beira Baixa e a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios.

À noite, Carlos Carvalhas estará presente, em instalações da Escola C+S de Tortosendo, num jantar promovido por militantes e simpatizantes do PCP na freguesia, seguindo depois para a Covilhã onde participará, a partir das 21.30h, numa sessão integrada na preparação do XV Congresso do PCP, a realizar na sala da Assembleia Municipal, na qual a situação de crise na Indústria Têxtil portuguesa e regional e as propostas do PCP para lhe fazer frente não deixarão de estar em evidência.

Terça-feira em Lisboa com Independentes

O Secretário-Geral do PCP estará presente no encontro com Independentes que na próxima terça-feira, por iniciativa da DORL e igualmente no âmbito da preparação do XV Congresso, se efectua à noite (a partir das 21h) no Espaço Vitória.

A participação e lutas das mulheres ao longo dos 75 anos do PCP

- Exposição Fotográfica e Documental -
No Vitória - Espaço Cultural - Lisboa

Inauguração: 8 de Novembro às 18 h
com a presença de

ÁLVARO CUNHAL

PORTO

Felgueiras - da org. concelhia: dia 9 às 15h, na Esc. Preparatória.

Gondomar - da freguesia de *Valbom*: dia 9 às 21h30, no CT.

Matosinhos - da cél. da *Efacec*: dia 8 às 18h, no CT de S. Mamede de Infesta; de *Empresas de Matosinhos*: no CT da Sra. da Hora, dia 9 às 15h; das org. de *Matosinhos, Leça da Palmeira e Guifões*: dia 9 às 15h, no CT de Matosinhos.

Porto - das fregs. de *Aldoar, Cedofeita, Foz, Lordelo, Massarelos, Nevogilde, Ramalde*: dia 9 às 15h, VT da Boavista; da org. de *Bonfim*: dia 9 às 15h, no CT de Barão de S. Cosme; da org. de *Paranhos*: dia 9 às 15h, na casa da Cultura de Paranhos.

Santo Tirso - da org. concelhia: dia 9, às 15h, no CT.

Valongo - da org. concelhia: na JF de Campo, dia 9 às 15h.

V. Nova de Gaia - Assembleia plenária da org. concelhia: dia 10 às 15h, no Aud. da Assembleia Municipal. Com magusto-convívio, no final.

SANTARÉM

Alcanena - 3ª Assembleia da Organização Concelhia: dia 9 a partir das 16h, no Auditório Municipal, com Carlos Brito.

Alpiarça - da célula dos *Reformados*: dia 9 às 15h30, no CT.

Coruche - No dia 8: de *Volta do Vale / Couço* (no Centro Social, 20h); de *Santana do Mato*: no Centro Social, às 20h; da célula da *CM Coruche*: às 17h, no Refeitório do Rossio.

Salvaterra de Magos - da organização concelhia: dia 8 às 21h, no CT.

Santarém - das fregs. de *Amiais de Baixo, Pernes, S. Vicente do Paul, Pombalinho, Vale de Figueira*: dia 8 às 21h30, no CT de Pernes.

Torres Novas - dia 8 às 21h30, no CT, com Carlos Brito.

SETÚBAL

Almada - da org. da *Caparica*: dia 9 às 15h, no CT do Monte.

Barreiro - do *Sector Qulmico* e dos *Trab. da CM*: ambos dia 7, às 18h; dia 9: do *Sector Ferroviário* (com almoço-convívio, às 10h), das org. de *Lavradio* (às 15h), *Coína* (às 16h), *Alto Seixalinho* (às 15h) - todas no CT; dia 12 - da *Função Pública* (às 18h) e do *Comércio e Serviços* (às 21h) - também no CT.

Grândola - de *Azinhreira dos Barros e Lousal*: dia 8 às 21h, no Clube Recr. do Lou-sal

Moita - da org. da freguesia da *Baixa da Banheira*: dia 9 às 15h, no CT, com Brito Apolónia; de *Alhos Vedros*: dia 9 às 15, no CT, com Carlos Humberto.

Montijo - das org. de *Sarilhos Grandes* (21h) e *Empresas e Trab. das Autarquias* (18h) - ambas dia 8 e no CT; da org. do *Afonsoeiro* (dia 9, 15h, nos Bons Amigos); da freg. do *Alto Estanqueiro*: dia 9 às 21h, na JF; de *Canha, Pegões, Sto. Isidro*: dia 10, às 16h, casa da cam. Adélia.

Santiago do Cacém - das org. de *Arealão* (dia 9, 15h), *Cercal* (dia 9, 15h), *Trab. da CM* (dia 13, 17h30).

Seixal - das org. de freg. de *Arrentela* (dia 9, 15h, Soc. Filarm. União Arrentelense), *Corroios* (Esc. Alto do Moinho, dia 9, 15h), *Seixal* (dia 9, 15h, CT); das células da *ELO* (dia 8, CT Seixal, 16h), *Metalbaia* (dia 7, 20h, CT Seixal), *A. Silva e Silva* (CT Arrentela, dia 13, 18h); da Comissão Local de *Fernão Ferro*: dia 9, Aud. JF, 21h30).

Setúbal - das org. dos *PME-Táxi*: hoje, dia 7, às 21h; dos *Empr. Serviços* (dia 9 às 15h); *Intelectuais e Quadros Técnicos* (dia 8 às 21h); das org. locais de *S. Julião* (dia 10 às 15h) e *Sta. Maria* (dia 10 às 15h); da *CM Setúbal / SMS* (dia 14 às 18h) - todas no CT.

Sines - dia 8: das organ. de *Morgavel, Quadros Téc. e Intelectuais, Empresas* - todas no dia 8 e no CT; de *Porto Covo e Cabeça da Cabra*: dia 9, às 16h, na JF; dos *Pescadores*: dia 9 às 16h no CT, e dos *PMCI* (dia 9 às 21h no CT).

VILA REAL

Assembleia plenária das organizações concelhias de *Chaves, Boticas, Montalegre e Valpaços*: dia 10 às 15h, no CT de Chaves, com Agostinho Lopes. Magusto, no final.

Assembleia plenária dos militantes de *Vila Real, Alijó, Ribeira de Pena, Murça, Vila Pouca de Aguiar, Mondim de Basto, Sabrosa*: dia 9 às 15h, na E.P. Diogo Cão (Vila Real), com António Lopes.

VISEU

Assembleia das organizações de *Mortágua e Tondela*: dia 10 às 14h30, no Clube «Os Modestos», Caramulo; das organizações de *Armamar, S. João Pesqueira, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço*: dia 10 às 10h, na JF de Armamar.

TELEVISÃO

Quinta, 7

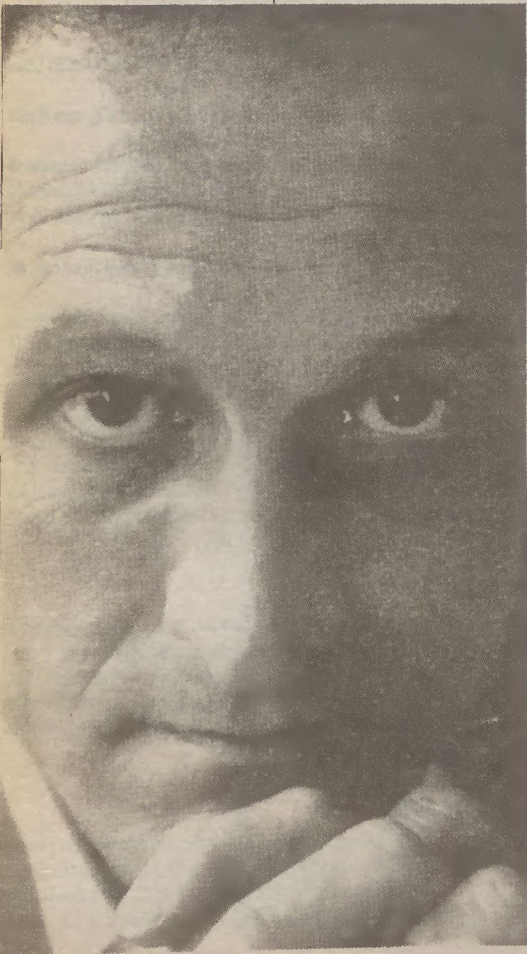
RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.35 Seleção RTP
15.25 Passeio ao Passado
15.55 Ilusões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
21.05 Vidas de Sal
22.20 Tudo às Escuras
22.55 Polícias
23.50 24 Horas
00.20 RTP/Financial Times
00.35 Olho Vivo

RTP 2
16.30 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Notícias 2
19.10 Notas de Música
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 Virilidade
(de Paolo Cavara (It./1973) com Agostina Belli, Turi Ferro, Marc Porel. Comédia Dramática)
00.30 Falatório

SIC
10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdes Anos
01.35 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Notícia Escaldante
22.00 Carlos Cruz
23.30 Dr. Katz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

Hill Street continua



Sexta, 8

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.35 Olho Clínico
15.05 Seleção RTP
15.40 Polícias
16.35 Tudo às Escuras
17.00 Notícias
17.15 A Lei das Ruas
18.00 Malha de Intrigas
19.10 O Campeão
20.00 Telejornal
20.55 Vidas de Sal
21.25 Futebol: Portugal-Ucrânia (Sub-21)
23.30 A Mulher do Sr. Ministro
00.05 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.50 Olho Vivo
01.20 Duelo Final
(de Kevin S. Tenney (EUA/1990) com Hilary Shepard, Lance Edwards, Robert Foster, Bert Remsen. Acção / Ficção Científica)

RTP 2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.00 Notícias 2
19.10 A Ver Vamos
19.40 Missão Impossível
20.30 100 Melhores Vídeos
21.10 Remate
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Em Nome do Papa Rei
(de Luigi Magni (It./1977) com Nino Manfredi, Salvo Randone, Danilo Mattei, Carmen Scarpitta. Ver Destaque)
00.45 Falatório

SIC
10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.25 Agora ou Nunca
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI
12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Ficheiros Secretos
23.00 Sem Reservas
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter
02.00 Bomba-H Desaparecida
(de P. Chalong (Tailândia/1978) com Christopher Mitchum, Olivia Hussey, Krung Sivilai. Espionagem)

Sábado, 9

RTP 1
08.00 Sempre a Abrir
11.20 Sábado Jovem
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 Jornal Jovem
15.15 Beverly Hills 90210
16.25 Magazine
17.00 Rascal
(de Norman Tokar (EUA/1969) com Steve Forrest, Bill Mumy, Pamela Toll, Bettye Ackerman, Elsa Manchester. Ver Destaque)
18.30 Super Bébés
19.15 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-Ucrânia (Seleções A)
23.00 Os Imparáveis
23.30 Serviço de Urgência
00.40 24 Horas
00.55 Homens Simples
(de Hal Hartley (EUA/1992) com Robert Burke, William Sage, Karen Sillas, Elina Lowensohn. Ver Destaque)
02.35 Só Tu e Eu
(de John Erman (EUA/1978) com Louise Lasser, Charles Grodin. Comédia Dramática)

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
11.50 Vida por Vida
12.10 Paixão pela Natureza
12.40 A Última Fronteira
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Antologia dos Beatles (3)
19.00 Notícias 2
19.05 7ª W - Defesa do Consumidor
19.30 2001
20.05 Foyer - «Os Homens de Hollywood» (II)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 Horizontes da Memória
22.25 Sinais do Tempo
23.25 Doutor Jivago
(de David Lean (EUA/1965) com Omar Sharif, Julie Christie, Geraldine Chaplin, Tom Courtenay, Alec Guinness, Ralph Richardson, Rod Steiger. Ver Destaque)

SIC
08.30 Buêrére
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.30 Malhação
15.45 Médicos Sem Fronteiras
16.50 Chuva Negra
(de Ridley Scott (EUA/1989) com Michael Douglas, Andy Garcia, Ken Takakura, Kate Capshaw. Ver Destaque)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Pensão Estrela
22.50 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.55 Orquídea Selvagem II
(de Zalman King (EUA/1992) com Brigitte Bako, David Duchovny, Billy Wirth. Drama / Erótico)

TVI
09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.30 É Urgente Salvar o Planeta
13.35 Contra-Ataque
15.00 Tênis
15.30 Animação
15.50 Segundos para Uma Fuga
(de Tom Gries (EUA/1975) com Charles Bronson, Robert Duvall, Jill Ireland, Randy Quaid. Ver Destaque)
18.00 Top of The Pops
19.00 Cybernet
19.30 A Máscara
20.00 Telejornal
20.45 A Balada de Hill Street
21.40 Models
22.30 Notícias
22.50 Futebol
00.30 Vingança Macabra
(de Carl Schenkel (EUA/1994) com Isabel Glasser, Malcolm McDowell, Peter Boyle. Drama)

Domingo, 10

RTP 1
08.00 Sempre a Abrir
12.25 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.45 Animais da Austrália
16.50 Avós e Netos
17.45 Caixa Mágica
18.25 Golos
18.35 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
21.45 Enviado Especial
22.50 Domingo Desportivo
00.20 24 Horas
00.40 Delta Force - Comando 2
(de Frank Valentini (EUA/1991) com Richard Hatch, Fred Williamson, Giannina Facio, Van Johnson, Acção)

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Droga, Máscara e Realidade
12.25 Máquinas
13.25 O Dinheiro Não Dorme
14.00 Desporto 2
18.05 O Som da Terra a Tremer
(de Rita Azevedo Gomes (Port./1991) com José Mário Branco, Manuela de Freitas, Miguel Gonçalves, Sara Marques. Ver Destaque)
19.55 Bom Bordo
20.25 Artes e Letras
- «Seara Nova»
21.25 Projecto Lazarus
22.25 O Nosso Século
23.25 Teatro: «Salazar - Deus, Pátria, Maria»

SIC
08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.40 Balada de Nova Iorque
16.30 Guerra dos Mundos
17.20 Filhos da Escuridão
(de Michael Switzer (EUA/1993) com Peter Horton, Tracy Pollan. Drama)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 À Sombra da Força
(de Ted Post (EUA/1968) com Clint Eastwood, Inger Stevens. «Western»)
00.35 Último Jornal
00.55 O Ressuscitado
02.00 Portugal Radical

TVI
08.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 Ladrão às 4 Rodas
(de Robert J. Smailey (EUA/1988) com Patrick Doolaghan, Ann Curry, Stack Pierce. Comédia.)
18.00 I West Waikiki
19.00 O Detective das Mil Caras
19.30 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 Doças
22.25 O Último Dia
22.55 Notícias
23.15 O Jogador
(de Robert Altman (EUA/1992) com Tim Robbins, Greta Scacchi, Fred Ward, Whoopi Goldberg, Peter Gallagher. Ver Destaque)

Segunda, 11

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
15.50 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.55 Os Intocáveis
(de Brian De Palma (EUA/1987) com Kevin Costner, Sean Connery, Charles Martin Smith, Andy Garcia, Robert De Niro, Richard Bradford. Ver Destaque)
23.30 24 Horas
00.05 RTP/Financial Times
01.20 Segunda Parte

RTP 2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Rotações
19.20 Missão Impossível
20.15 Onda Curta
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Cavalgada Heróica
(de John Ford (EUA/1939) com Claire Trevor, John Wayne, Andy Devine, John Carradine, Thomas Mitchell, Louise Platt. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC
10.00 Portugal Radical
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos II
22.00 O Caçador de Nazis
(de Michael Lindsey-Hogg (EUA/1986) com Farrah Fawcett, Tom Conti, Geraldine Page, Catherine Allegret. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 12

RTP 1
10.00 Portugal Radical
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
15.25 Lá em Casa Tudo Bem
16.10 Euronews
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times
01.05 Olho Vivo

RTP 2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Rotações
19.20 Missão Impossível
20.15 Onda Curta
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Cavalgada Heróica
(de John Ford (EUA/1939) com Claire Trevor, John Wayne, Andy Devine, John Carradine, Thomas Mitchell, Louise Platt. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC
10.00 Portugal Radical
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos II
22.00 O Caçador de Nazis
(de Michael Lindsey-Hogg (EUA/1986) com Farrah Fawcett, Tom Conti, Geraldine Page, Catherine Allegret. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Quarta, 13

RTP 1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.05 Nós, os Ricos
16.30 De Par em Par
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.00 O Campeão
19.40 Totobola
20.00 Telejornal
20.55 Vidas de Sal
21.50 As Lições do Tonecas
22.25 Ilusões
23.25 Crime Violento
00.25 24 Horas
00.55 RTP / Financial Times
01.10 Olho Vivo

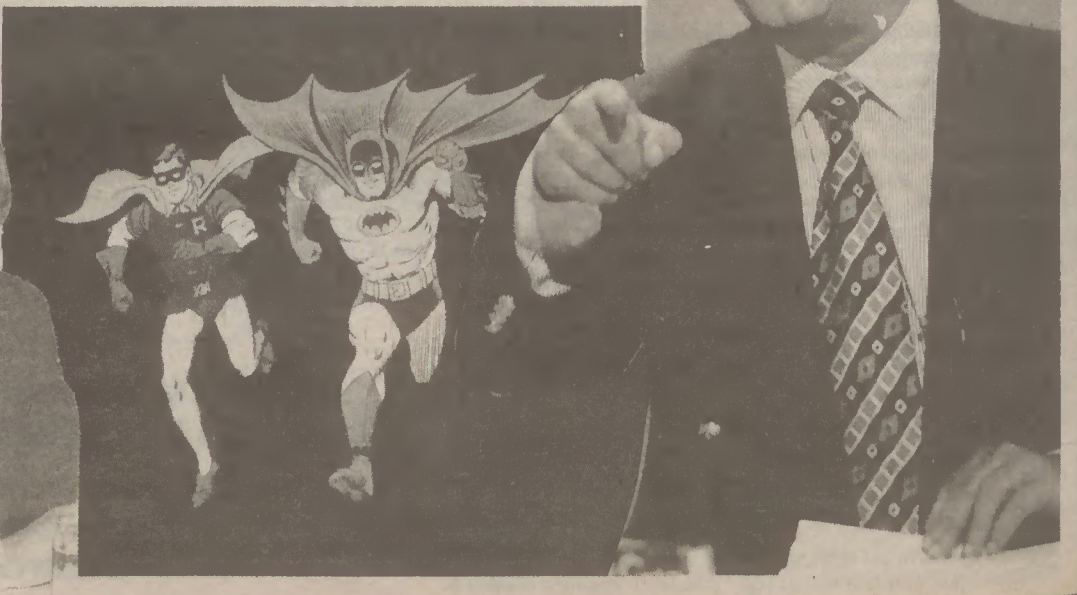
RTP 2
16.30 Informação Gestual
17.10 Infantil
19.10 Rumo à Lua
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpson
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 A Grande Esperança
(de John Ford (EUA/1939) com Henry Fonda, Alice Brady, Marjorie Weaver, Donald Meek, Richard Cromwell. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC
10.00 Portugal Radical
10.15 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Surprise
23.30 A Noite da Má Língua
00.50 Último Jornal
01.10 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 Picket Fences
22.00 Os Cães Guerreiros
(de Tab Murphy (EUA/1994) com Tom Berenger, Barbara Hershey. Drama / Mistério)
00.30 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

«Acontece» - agora sempre às 21 horas

• Maria Elisa: à terça à noite • O domingo de manhã é deles...



EM FOCO

Por isto e por aquilo...

Em Nome do Papa Rei

(Sexta, 22.45, RTP2)

Estamos em 1867, nos últimos momentos do poder temporal do papa. Don Colombo, juiz do tribunal do Vaticano, pretende demitir-se mas a sua antiga amante, a condessa Flaminia, suplica-lhe que tente ainda salvar o seu filho, um partidário de Garibaldi. Don Colombo aceita mas o jovem conspirador recusa as suas graças. Descobrimo, então, que ele é seu próprio filho, vai ao tribunal para defender os revolucionários, contra o «papa negro», acabando por serem todos executados. Eis um filme histórico, perdido nas prateleiras das cinematecas, que as referências consideram notável enquanto encenação e recriação de um importante período histórico italiano e que foi realizado por um cineasta conhecedor da História, como era Luigi Nagni. A redescobrir.

Segundos para uma Fuga

(Sábado, 15.50, TVI)

Um homem de negócios, Jay Wagner, foi vítima de uma maquiagem e encontra-se numa prisão do México. E a sua mulher trata de contratar um aventureiro, piloto de aviação, para ajudar à sua evasão.



Tim Robbins e Greta Scacchi, intérpretes principais de «O Jogador», realizado por Robert Altman

Esta, em resumo, a história de um excelente filme de acção que, aliás, se inspirou em factos reais e que é bem interpretado por Charles Bronson, Robert Duvall e Jill Ireland.

Chuva Negra (Sábado, 16.50, SIC)

Um filme policial de Ridley Scott que tem a particularidade de mostrar a luta de dois polícias contra uma mafia mais exótica do que a habitual - a mafia japonesa. Rodado num Japão ao mesmo tempo misterioso e ultramoderno e com a mesma destreza com que o realizador encenara o futurista *Blade Runner*, *Chuva Negra* acaba por longamente padecer do tipo de óbvia estrutura que, por vezes, aflige o género, embora cumpra eficazmente os seus últimos propósitos: pura e simplesmente entreter. Com Michael Douglas, Andy Garcia e Kate Capshaw.

Rascal (Sábado, 17.00, RTP1)

Sobretudo dedicado às crianças, aqui está um «filme da natureza» inspirado num romance autobiográfico de Sterling North, adaptado pelos Estúdios Disney, sobre a amizade por ele travada e mantida com um guaxinim.

Dr. Jivago (Sábado, 23.25, RTP2)

Esta adaptação de David Lean do romance de Boris Pasternak (transmitido pela enésima vez na televisão, agora por se tratar do «filme da vida» de alguém importante), ao mesmo tempo que procura ser um retrato fiel da distorcida visão do escritor sobre a Revolução de Outubro, privilegia o lado sentimental de um melodrama que se desenrola por entre os fortíssimos e decisivos acontecimentos de 1917 na Rússia czarista. Sofrendo, em geral, de um frio perfeccionismo que não deixa de exibir, mesmo assim, o saber da encenação e da montagem, *Doutor Jivago* fica, apesar de tudo, a longa distância de obras que permanecerão entre as maiores na cinematografia do seu realizador: *Breve Encontro* ou *Oliver Twist*.

Homens Simples

(Sábado, 00.45, RTP1)

Este filme gira à volta da história de dois irmãos, um

mau, outro bom, que investigam o paradeiro do seu pai, um antigo futebolista, estrela dos Dodgers de Brooklyn e ex-anarquista, preso por ter lançado uma bomba contra o Pentágono e agora se sabe ter fugido da prisão. Povoado por personagens extremamente curiosas, encenado com particular brilhantismo e esplendorosamente fotografado, *Homens Simples* é ainda notado pela qualidade dos diálogos e pela encenação, a cargo de Hal Hartley, um dos mais interessantes e originais realizadores modernos norte-americanos. A descobrir.



Omar Sharif e Geraldine Chaplin, numa cena de «Doutor Jivago», um filme de David Lean



Andy Garcia, Sean Connery, Kevin Costner e Charles Martin Smith, em «Os Intocáveis», de Brian De Palma

O Jogador

(Domingo, 23.15, TVI)

Realizado por Robert Altman e tendo alcançado grande êxito no Festival de Cinema de Cannes de 92, *O Jogador* é uma sátira corrosiva aos meios cinematográficos de Hollywood, com as suas personagens entregues a jogos de corrupção e de traição e em que uma delas (um argumentista) se serve dos próprios acontecimentos em que está inserido para criar um argumento para um seu filme de ficção. Interessante é, ainda, a participação de vários actores e actrizes funcionando como *eles próprios* na vida real num filme que é, assim, um interessante jogo entre a realidade e a ficção. Com Tim Robbins, Greta Scacchi, Fred Ward e Woopy Goldberg.

Os Intocáveis (Segunda, 21.55, RTP1)

A desenhada realização de Brian de Palma glosando o mesmo tema de uma famosa e clássica série de televisão é um dos aspectos que tornam interessante a visão deste filme. Mas também porque ele é habitado por um punhado de notáveis intérpretes (Kevin Costner, Sean Connery, Andy Garcia, Robert De Niro) recriando pela enésima vez os mesmos papéis e os mesmos tiques, embora apresentando a singular diferença de o argumento e os diálogos terem sido escritos por um brilhante argumentista e também realizador, David Mamet.



«Cavalgada Heróica», uma obra-prima de John Ford

Os Cavaleiros

(Segunda, 22.45, RTP2)

Em plena Guerra de Secesão, o coronel Marlowe e o seu destacamento de cavalaria nordestina lança-se num ataque de sabotagem a território inimigo. No seu trajecto eles são obrigados a transportar consigo um aristocrata sulista que poderia colocar em risco esta missão... Eis os traços essenciais de uma história que John Ford adaptou dos factos reais ligados a um ataque das tropas da União ao território do Sul, em 1863, e que põem em relevo a ambiguidade da atitude política do realizador: por um lado fiel ao Norte e admirador da disciplina militar, por outro lado atraído pela aristocracia do Sul. Um filme que vale essencialmente pela brilhante encenação das sequências do ataque.

O Caçador de Nazis (Terça, 22.00, TVI)

Trata-se de um telefilme admiravelmente escrito por Frederic Hunter e destacando-se largamente das habituais coordenadas do formato e dos estandardizados e pobríssimos estereótipos industriais e formais com que ultimamente nos vemos confrontados nos vários canais. Farrah Fawcett é convincente na figura de Beate Karlsfeld, uma dona de casa alemã protagonista de uma luta insana para levar à barra da justiça criminosos nazis ainda à solta - numa história real cujas repercussões influenciaram a captura de Klaus Barbie. Destaque ainda para as interpretações de Tom Conti e de Geraldine Page (esta num impressionante papel de sobrevivente de um campo de concentração).

Cavalgada Heróica (Terça, 22.45, RTP2)

Este filme de John Ford é, sem margem para dúvidas, uma das maiores obras-primas do cinema clássico norte-americano e ficou a constituir um marco indiscutível no género *western*. Exemplo típico do filme de acção, o que mais impressiona nesta obra é, por outro lado, o particular cuidado com que Ford aborda este *microcosmos* da sociedade e se detém no exame dos pormenores que ajudam a compreender a personalidade e a tão diversa evolução de sentimentos dos passageiros (uma prostituta, um médico alcoólico, uma mulher grávida, um comerciante de bebidas, um jogador, um banqueiro e um alegado criminoso) que fazem a travessia de Monument Valley numa diligência protegida pela cavalaria face à ameaça dos índios, comandados pelo temível Geronimo, em defesa das suas terras. Um Oscar para a fabulosa música de R. Hageman e W. F. Harling e um outro para o «secundário» Thomas Mitchell, são apenas «pormenores» da repercussão, no público e na crítica, de um filme que definitivamente impôs John Wayne com uma figura mítica do género.

A Grande Esperança (Quarta, 22.45, RTP2)

Em mais uma das suas obras-primas, John Ford faz-nos recuar até à juventude de Abraham Lincoln, em princípios do sec. XIX, quando o futuro presidente dos EUA era um jovem licenciado em Direito, aqui participando, como advogado de defesa, num caso de crime julgado em tribunal. Mas, para além de um monumento à futura glória de um homem (ao acompanhar um processo jurídico que ficou histórico), o filme é, também, uma homenagem às famílias pobres e simples da «grande América rural», que o realizador exalta através do seu habitual humanismo, apoiado por imagens fabulosas e uma banda sonora impressionante. Destaque, também, para um grande papel de Henry Fonda, na personagem principal.

TELEVISÃO

■ Correia
da Fonseca

Os novos espiões

A prática da espionagem na área militar ou paramilitar é, naturalmente, tão antiga como a existência das guerras, isto é, quase se pode dizer que sempre existiu. Nunca foi muito bem vista: ao contrário do guerreiro que se bate frontalmente, digamos que de peito aberto diante do inimigo (postura heróica que, em rigor, não exclui os escudos e as emboscadas, as armadilhas e a tomada de reféns), o espião é um vulto difuso, envolto em sombras e deslealdades necessárias, que não tem a vocação de despertar simpatias e de ser lembrado em estátuas levantadas em praças públicas. E, contudo, se tentarmos pensar melhor e sem preconceitos, não será difícil reconhecermos ao espião tradicional, qualquer que tenha sido a sua opção histórica, alguma nobreza.

Muitas terão sido as ocasiões em que a conotação de traição lançada sobre o espião corresponde apenas a uma superfície sob a qual se ocultava uma fidelidade mais profunda, secreta e difícil. Também a uma fidelidade com muito maior risco porque implicava a presença no seio do inimigo e o relacionamento com ele. Não será escandaloso dizer-se que, como regra geral, sempre foi preciso mais coragem para se ser espião sem farda nenhuma que para se ser general coberto de galões doirados.

Um logotipo por bandeira

De espiões e espionagem se falou há dias em «Sinais do Tempo», rubrica de conteúdo irregular cujo mérito flutua ao sabor do material disponível e dos critérios de escolha. Porém, a espionagem do que «Sinais do Tempo» veio falar não é a espionagem clássica, com agentes infiltrados, homens e mulheres que no interior da cidadela inimiga corriam os perigos máximos por amor de uma pátria ou de uma causa, por convicções sólidas embora clandestinas (além dos que, como bem se sabe, espionavam á troco de ouro ou pagamento equivalente, o que, em rigor, talvez não seja mais feio que a prática do soldado mercenário que se dispõe a matar por um soldo ou por um saque). «Sinais do Tempo» falou-nos da espionagem actual, diferente da que se usou predominantemente até ao final da Guerra Fria.

É, digamos, uma espionagem pós-moderna, despojada de qualquer parcela de algum eventual romantismo, onde não cabe a solidariedade com um povo, com um projecto do mundo ou com uma convicção. Se no secreto coração dos que a praticam pudesse estar algum sinal de afecto, hipótese aliás, absurda, não seriam uma bandeira ou o nome de um país, mas sim um logotipo e o nome de uma empresa. Porque se trata da chamada espionagem económica que, segundo ali se disse, foi parte em grande número dos maiores negócios havidos nos últimos anos no mundo agora unipolar, ou tido como tal.

Tanto quanto foi possível avaliar pelo que ali se viu, os novos espiões são gente muito fina. É certo que não os vimos propriamente em acção, o mais que aconteceu foi ouvirmos depoimentos a seu respeito, pois afinal de contas aquilo não era um filme extraído de algum romance de John Le Carré. Mas pelo superlativo estatuto

social dos deponentes e pelos valores astronómicos envolvidos na generalidade das acções de espionagem, foi inevitável a conclusão que a espionagem actual, pelo menos aquela espionagem, não está ao alcance de qualquer Mata-Bari. Se bem ouvi, até o mais alto funcionalismo da União Europeia está no alvo dos aliciamentos e bem só pode dizer, depois de se assistir à rubrica, que a tão badalada corrupção na arbitragem portuguesa não é nada comparada com a menor dimensão da espionagem económica de âmbito tradicional. Com isto, note-se, não quero minimizar

de passagem as eventuais culpas de árbitros portugueses de futebol, se é que as há, como tanto se repete. Quanto a

isso, porém, pergunto-me onde pode estar a surpresa: não é certo que no ponto onde chegámos o que é ridículo é ser-se honrado (palavra que aliás está inteiramente «out»)?, que se pressentem corrupções nos mais variados sectores da vida portuguesa (e dizer que se pressentem é ainda uma generosidade e uma prudência de linguagem)?

A justeza de um título

Voltemos, porém, à emissão de «Sinais dos Tempos». Por ela soubemos coisas não apenas interessantes mas até fundamentais para o claro entendimento do que hoje se passa no mundo. Que, depois da vitória sobre o Leste, a CIA se reconverteu parcialmente para obter gigantescos negócios para grandes empresas norte-americanas. Que todas as potências económicas têm a sua rede de espionagem nessa

área, com todo o conseqüente cortejo de intrigas, golpes baixos, traições, vilanias. Que na «frente audiovisual» europeia se trava uma «guerra sem quartel», em Bruxelas, entre os agentes da hegemonia norte-americana e a débil resistência da Europa. Que este duro combate, de cujas peripécias depende o que as populações europeias consomem não apenas em matéria de TV mas também de música, de cinema e até de jornais, comporta lances verdadeiramente espectaculares como o pagamento de dois milhões de dólares a dois influentes eurodeputados presumivelmente influentes ao nível das decisões. Quer isto dizer, afinal, que desta nova luta de espiões e agentes secretos depende em larga medida o que o mundo inteiro, ou quase, vai pensar nos próximos anos.

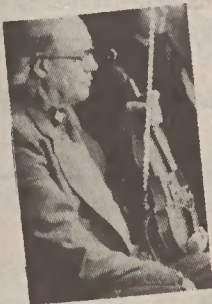
Por aqui se vê que se trata de uma guerra a sério, e se «Sinais do Tempo» não aludiu a morte de gente não resulta daí que não haja mãos sujas de sangue no meio de tudo isto. O que parece não haver mesmo é heroísmo: esta nova área de espionagem mantém tudo o que de sórdido e desprezível vinha do passado, mas exclui o menor indício de nobreza. E um combate em que tudo se resolve em milhões de dólares, em macrofacturações, na pilhagem de terceiros que fazem figura de presas disputadas por pedradores. E assim se entende bem como é rigorosamente adequado que este relatório nauseabundo, mas precioso, tenha sido incluído numa rubrica intitulada «Sinais do Tempo». Na verdade, poucas vezes um título terá sido mais justificado, e também mais pedagógico: nestes tempos em que, sem antagonismos que o incomodam, o capitalismo faz figura de imperador absoluto nos quatro cantos de mundo, a espionagem, já de duvidosos pergaminhos mas ainda assim com alguns exemplos de generosidade e coragem, tornou-se uma espécie de réptil que concilia a arte de rastejar na busca de milhões com o fausto novo-rico do *jet-set* sem princípios mas com fins. Neste quadro, os novos espiões são as segundas figuras de um mundo onde não apetece viver e cujo futuro se situa, a médio prazo, abaixo da linha da viabilidade. Por isso mesmo, de tão mau a vários títulos, ele próprio, esse mundo inaceitável e inabitável para um crescente número de homens e mulheres, acaba por segregar a esperança.



22h00
 1 Novembro
Quarteto de Carlos Martins com Cindy Blackman
 2 Novembro
Matthias Schubert Quartet
 3 Novembro
Os Rapazes do Jazz
 4 Novembro
Italian Instabile Orchestra
 5 Novembro
Kenny Garrett Quartet
6º Festival de Jazz do Porto
 Oporto Jazz Festival

Jazz no Norte

Neste início de Novembro, parece que o Jazz se transfere para o Norte, num mês de intensa actividade em termos de festivais. Já neste fim-de-semana alargado, tudo começa com o 6º Festival de Jazz do Porto cujos concertos mais uma vez se realizam no excelente Auditório Nacional Carlos Alberto, sempre às 22.00. Nos primeiros dois dias, os concertos serão duplos com a participação de dois grupos diferentes em cada uma das partes. Assim, na 6ª feira, 8, actuará em primeiro lugar o Quarteto do saxofonista português Carlos Martins, com a participação de Bernardo Sasseti (piano), Carlos Barretto (contrabaixo) e a habitual convidada dos EUA, a baterista Cindy Blackman. Seguir-se-á, na 2ª parte, o Quarteto do saxofonista alemão Matthias Schubert, com um pianista russo (Simon Nabatov) e um contrabaixista e um baterista norte-americanos (Lindsey Horner e Tom Rainey). No dia 9 (sábado) será a vez de actuarem, na 1ª parte, «Os Rapazes do Jazz», um grupo composto por Mário Santos (saxofone), Paulo Pinto e Mário Delgado (guitarras), Pedro Gonçalves (contrabaixo) e Bruno Pedroso (bateria). Depois, será a vez da Italian Instabile Orchestre, uma big band das mais relevantes do Jazz moderno italiano. Finalmente, na última noite do Festival e num único concerto, actuará o Quarteto do saxofonista Kenny Garrett, o único grupo que virá dos EUA e que é constituído por Bobby Broom, (guitarra), Nat Reeves (contrabaixo) e Tony Reedus (bateria).



Alguns dos principais solistas da Italian Instabile Orchestra: o violinista Renato Geremla, os saxofonistas Carlo Actis Dato e Gialluigi Trovesi e o trompetista Pino Minafra

ESCAPARATE

TEATRO

teatro malaposta
 Uma peça de Edward Bond Encenada por José Peixoto

BINGO
cenas de dinheiro e morte

Bond na Malaposta

Estreia em breve no Teatro Malaposta, a peça do dramaturgo inglês Edward Bond intitulada «Bingo - Cenas de Dinheiro e Morte», numa tradução de Maria Helena Seródio. Dramatizando a figura histórica de William Shakespeare e debruçando-se sobre o seu último ano de vida em Stratford, o autor da peça não pretende abordar factos da biografia do grande autor teatral, antes procura «revelar o funcionamento social na vida dos homens», visando «em grande medida ler as contradições não só da circunstância histórica mas também da própria "identidade" das figuras, no sentido de nos aproximar da figura de William Shakespeare». Com cenários e figurinos da autoria de José Carlos Faria, música de Luís Cília, desenho de luzes de Manuel Costa e Silva e encenação de José Peixoto, a interpretação estará a cargo de Ana Nave, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Jorge Estreia, Jorge Silva, José Peixoto, Luís Alberto, Mário Jacques, Pedro Martínez, Rita Loureiro e Victor Santos.

CLASSICA

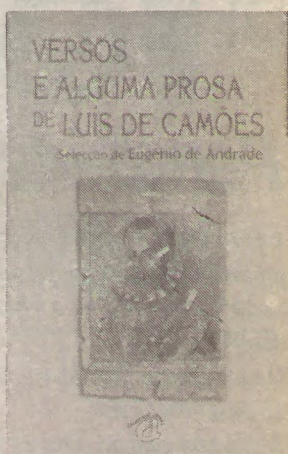
Obras para Órgão de J. S. Bach

Integrado na Temporada de Música e Dança, da Fundação Calouste Gulbenkian, vai realizar-se no próximo domingo, 10, na Sé Patriarcal de Lisboa um recital preenchido com obras para órgão de Johann Sebastian Bach. Será solista o organista João Paulo Janeiro que interpretará: Pastoral em Fá Maior, BWV 590; Prelúdio-Coral «Nun Komm, der Heiden Heiland», BWV 659; Sonata em Trio em Dó menor, BWV 526; Coral e Variações sobre «Sei gegrübet, Jesu gütig», BWV 768; e Concerto em Lá menor, BWV 593.



Johann Sebastian Bach

LIVROS



Versos e Alguma Prosa de Luís de Camões

Não se trata de uma novidade, mas o facto merece a relevância dos grandes acontecimentos literários, pela qualidade do produto e pelo número de gente que, ao longo do tempo, nele foi envolvida. Trata-se aqui de uma reedição (a 5ª) que assim atinge os 540 mil exemplares. O livro, agora lançado pela Campo das Letras, é uma selecção de Versos e Alguma Prosa de Luís de Camões, datando a 1ª edição de 1970.

Com o nome deste poeta estaria tudo dito, se não fora o facto de esta selecção ter sido feita por um outro poeta grande - Eugénio de Andrade - que também assina o prefácio.

É um livro cuidadosamente elaborado, acompanhado de uma interessante nota bibliográfica, e que nos apresenta Camões através dos seus momentos mais significativos - das rondilhas aos sonetos, das canções às cartas, e uma escolha feliz de algumas das mais importantes passagens de Os Lusíadas, características, diríamos, da forma e da arte do poeta, mas também do seu pensamento e mundividência.

Os números atingidos pelas edições desta selecção parecem indicar o interesse que o livro tem suscitado na área do Ensino, onde as primeiras abordagens necessitam de ajudas esclarecidas. Mas nem só do Ensino vive a literatura - e aqui morre com frequência de esquecimento. O leitor vulgar, que de Camões sabe apenas a primeira estrofe dos barões assinalados, também pode encantar-se e surpreender-se com a poderosa escrita de Luís Vaz, que Eugénio de Andrade tão bem soube apresentar.

Eduardo Olímpio
António dos Olhos Tristes



António dos Olhos Tristes

«Para quem sinta o Alentejo, esta novela de Eduardo Olímpio é um verdadeiro tesouro.» Assim escreve Urbano Tavares Rodrigues, em prefácio a este livro cuja 4ª edição é agora lançada pela editoria Escritor. Uma apresentação destas, a que Urbano deu o nome de *Nudez e Sortilégio*, referindo-se às qualidades da personagem e provavelmente à prosa de Eduardo Olímpio, dispensa-nos de outras considerações. Apenas esta, que ainda ficamos a dever a Urbano: «A prosa de Eduardo Olímpio é enxuta, mas tão habilmente armada, tão rica de ritmo e de cor que recria, na pista paralela do verbo, o Alentejo real, que é também parco de figuras, terra de pouco adjectivo.»

Uma bela edição da Escritor, com uma sugestiva foto, na capa, de Adão e Eva, em bonecos de Santo Aleixo.

BAILADO

Um dueto para bailarino e bateria

O programa «Monumental 96» vai apresentar no próximo sábado, 9, pelas 21.30 horas, no Teatro de S. Luiz, um espectáculo único por um dueto constituído por dois destacados elementos da cultura e da arte afro-americanas: um baterista histórico do Jazz, Max Roach, e um dos grandes bailarinos e coreógrafos actuais, Bill T. Jones. O espectáculo intitula-se «A Duet» e será constituído por uma longa improvisação a cargo de ambos os artistas.



BANDA DESENHADA

Festival Internacional na Amadora

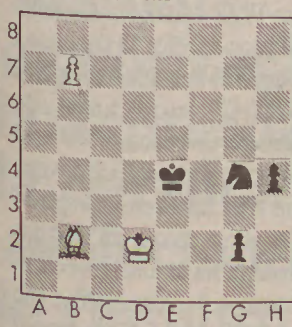
Continua ainda patente até ao próximo domingo, 10, na Fábrica da Cultura (antiga Cometa, Rua das Indústrias, Venda Nova, Amadora) o VII Festival Internacional de BD da Amadora, um dos certames mais apreciados nacional e internacionalmente enquanto importante panorâmica do que se faz nos nossos dias neste domínio. Na edição deste ano, o destaque vai para exposições que nos vêm do Japão, do Brasil e do EUA e, ainda, para as obras mais recentes de autores consagrados da Inglaterra e da Finlândia, sem esquecer exemplares especialmente encomendados pelos organizadores da arte dos portugueses Victor Mesquita, Nuno Saraiva, Luís Louro, Jorge Mateus e Dinis Conefrey.



XADREZ

DLXXXIV - 7 DE NOVEMBRO DE 1996
 PROPOSIÇÃO Nº 1996X045
 Por: PHILIP STAMMA
 1737

Pr.: [4]: Ps. g2, h4 - Cg4 - R64
 Br.: [3]: Pb7 - Bb2 - Rd2



Branças jogam e ganham

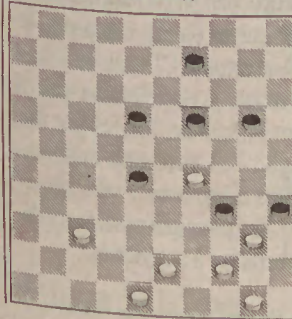
SOLUÇÕES DO Nº DLXXXIV
 Nº 1996X045 [Ph. S.]: 1. Bd4!, R:d4; 2. b8-D, g1-D; 3. Db6+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

DLXXXIV - 7 DE NOVEMBRO DE 1996
 PROPOSIÇÃO Nº 1996D045
 Por: GERMAIN AVID
 2º Prémio La Marseillaise, 1957

Pr.: [7]: 9-18-19-20-28-34-35
 Br.: [7]: 29-37-40-43-44-48-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXIV
 Nº 1996D045 [G.A.] 1. 29-23!, (18x29*); 2. 37-32, (28x37*); 3. 48-42 (37x39); 4. 44x4-D, (34x45*); 5. 4-15, (20-25); 6. 15-38, (25-30*); 7. 38-49, (30-34); 8. 49-44, (34-40*); 9. 44-33...+

A. de M. M.

ÓPERA



Uma ópera de António Pinho Vargas em estreia

Integrada no Ciclo de Opera Contemporânea, sobe à cena no Grande Auditório da Culturgest a ópera «Édipo, a tragédia do saber», com música de António Pinho Vargas e texto de Pedro Paixão, uma encomenda da Culturgest inserida numa perspectiva de viabilização da ópera de câmara e da ópera contemporânea. Com

direcção musical de João Paulo Santos, encenação de José Wallenstein, cenografia e figurinos de Vera Castro e iluminação de Jorge Ribeiro, a interpretação desta ópera estará a cargo dos cantores Jorge Vaz de Carvalho, Ana Ester Neves, António Wagner Diniz, Luís Rodrigues e elementos do coro do Teatro Nacional de S. Carlos.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Parabéns, Bill Bob!

À hora em que escrevo, decorrem as eleições presidenciais norte-americanas, pelo que lamento não poder comungar com o leitor a fruição deste grave desenlace.

O que não nos impede de enlaçar com gravidade estes últimos bocadinhos.

Se Clinton ganhar, como se diz que vai acontecer, a América e o mundo podem ficar descansados. Com o presidente-saxofonista, a Humanidade tem assegurada a manutenção de alguns dos seus pilares civilizacionais, como a pena de morte ou a oração nas escolas. Todavia - e aqui está um dos encantos da grande democracia americana - se Clinton perder e Dole ganhar, a América e o mundo podem gozar do mesmíssimo descanso.

É que, com Bob Dole, a pena de morte e a oração nas escolas estão tanto ou mais seguras que com Clinton. O que nos conduz a outra maravilha da grande democracia americana: nela, não há lugar a surpresas a não ser na cara dos candidatos, nomeadamente quando perdem.

Nela, o essencial está à partida garantido: ganhe quem ganhar, as coisas continuarão na mesma.

Convenhamos que se trata de um apreciável sossego. Aliás, esta estabilidade da grande democracia americana é tão óbvia, que já deu frutos e fez escola: há décadas que mais de metade do eleitorado norte-americano não vai às urnas, deixando a menos de metade da população a maçada do voto.

Fazem eles todos muitíssimo bem. Afinal de contas, votar ou não votar vai dar tão ao mesmo, que o slogan da Comissão Nacional de Eleições (CNE) lá do sítio, se o houvesse, diria: «Votar ou não votar, é um dever cívico».

Todavia, não se julgue que os candidatos são iguais. Em primeiro lugar, representam partidos com diferenças assinaláveis, nomeadamente nas mascotes, pelo que só por má-fé não se distinguirá um burro democrata de um elefante republicano, por muito parecidos que os candidatos sejam (e em geral são-no, pois todos aparecem amestrados pelos mesmos publicitários). Mas o direito à diferença candidatal na grande democracia norte-americana não se fica pelos aspectos físicos - aliás, marcadamente diferenciados, como já assinalámos.

A coisa vai mais fundo e chega às ideias - outra virtude da grande democracia norte-americana: os candidatos aparecerem com ideias.

Por exemplo, nestas eleições Bill Clinton defende o direito ao aborto enquanto Bob Dole o vergasta, e Dole preconiza dar com a porta na cara aos emigrantes, em oposição ao liberalismo de Clinton em as abrir. O mesmo se poderia ilustrar com as promessas sociais de Clinton versus abaixamento de impostos de Dole ou com as diferentes varinhas mágicas com que ambos garantem o relançamento da economia, o aumento do emprego e a diminuição dos impostos.

Posta assim, a coisa poderia dar para o torto, lançar a inquietação e a cizânia, quicá ameaçar o valor primeiro da grande democracia americana que, como já vimos, consiste na entranhada convicção de que nada mudará. Obviamente, também aqui não há qualquer perigo, pelo simples facto de que, prometam o que prometerem e lancem as ideias que lhes passarem pela cabeça, a experiência garante que nenhum dos candidatos irá cumprir o que disse pensar ou pensou que disse.

Vendendo candidatos como detergentes, a campanha presidencial nos EUA é a mais higiénica do mundo. Mudando os presidentes como aquelas senhoras todas mudam para Tide-máquina, o eleitorado norte-americano é o mais lavadinho do mundo.

Funcionando em saponária global, a grande democracia norte-americana é, verdadeiramente, uma limpeza.

Parabéns, Bill Bob!

■ HC

Convívios, jantares e debates no aniversário da JCP

Convívios, debates e outras iniciativas vão marcar, por todo o país, o 17º aniversário da JCP.

Em Lisboa, destaque para o Comício Festa, no Ritz Club, às 16 horas de dia 16, com a participação de Carlos Carvalhas. Entre 15 e 17, há uma venda de livros no Espaço Cultural do Centro de Trabalho Vitória. No C.T. do Cacém, dia 9, jantar e convívio pela noite dentro.

No Porto, o aniversário da JCP é assinalado com um debate sobre "Educação e questões de Juventude", no C.T. da Boavista, dia 16, pelas 15 horas. Segue-se jantar-convívio às 20 horas.

Também dia 16, em Aveiro, haverá um jantar comemorativo no Centro de Trabalho.

No Algarve, as comemorações decorrem entre dias 8 e 9 - com jantares/convívio dia 8 no C.T. de Olhão e dia 9 no C.T. de Faro; um almoço convívio no C.T. de Silves, dia 9; um magusto em Messines, no C.T. do PCP, pelas 21 horas. Destaque para o deba-

te sobre "Ensino Superior, que futuro?", dia 9, no C.T. de Faro, pelas 21,30, com a participação de vários dirigentes do movimento associativo universitário.

No Concelho de Évora vão realizar-se jantares-convívio em Portel, Bencatel-Vila Viçosa e Évora, respectivamente nos dias 16, 22 e 23 de Novembro. Dia 16 há almoço-convívio em Arraiolos. Em Vendas Novas o aniversário da JCP é comemorado com um torneio de futebol e uma tarde de convívio, no dia 17. "A Juventude e o Ideal Comunista" é tema de debate, em Évora, no dia 23.

Setúbal desenvolve diferentes iniciativas - dia 9 vai haver um café-concerto em Almada, um magusto no Seixal e um convívio no Barreiro. Dia 10, na Moita, realiza-se um Encontro Concelhio seguido de jantar-convívio no C.T. de Alhos Vedros.

Em Sines poderá ver-se uma exposição de arte, aberta ao público até dia 11.



Eleições nos EUA Democracia à americana

Os norte-americanos foram a votos na terça-feira para eleger o Colégio Presidencial que escolherá posteriormente o Presidente americano. Nos EUA, autoproclamado a maior democracia do mundo, os presidentes não são eleitos por sufrágio directo e universal. A escolha é deixada aos «grandes eleitores» do referido Colégio, pelo que a vitória de um ou outro candidato se conta pelo número de apoiantes de que nele dispõe.

De acordo com os resultados conhecidos no fecho desta edição, Clinton contava com 330 a 380 votos - apenas 270 são

necessários para ser eleito Presidente -, enquanto Dole dispunha de 150 a 180. Uma vitória, pois, para o candidato do Partido

Democrata, o primeiro a conseguir ser reeleito para um segundo mandato desde os tempos de Roosevelt.

Teoricamente, nada obriga os «grandes eleitores» a votar no candidato do partido por que foi eleito, pelo que é sempre possível uma surpresa. Tal nunca aconteceu na história dos EUA e a razão é simples: os apoios garantem-se antecipadamente e por alto preço - há quem diga que se compram -, não vá o diabo tecê-las. Particularidades da «democracia» americana.

As eleições de dia 5 tiveram ainda outras particularidades. Para além do Colégio Presidencial, os americanos elegeram no mesmo dia a totalidade dos 435 membros da Câmara de Representantes, um terço (34) dos membros do Senado, e pronunciaram-se sobre cerca de 90 referendos sobre as mais diversas questões. Acresce que na maior potência do mundo a ida às urnas não chega a ser nenhum acontecimento, a não ser para os próprios candidatos, cujo futuro está em jogo. Os escrutínios realizam-se em dias de trabalho e a indiferença dos eleitores - ou o desencanto? - é cada vez maior. Em 1992, a participação eleitoral ficou-se pelos 55 por cento - o que foi considerado muito razoável -, tendo Clinton sido eleito por 23 por cento dos americanos com capacidade de voto. Em 1994, nas intercalares para o Congresso, apenas um terço dos eleitores foi às urnas. A confirmarem-se as previsões, este ano a participação voltou a descer, situando-se nos 50 por cento.

As despesas com as campanhas eleitorais sobem na razão inversa da participação popular. No último dia de campanha, o multimilionário Ross Perot gastou mais de dois milhões de dólares em quatro anúncios de meia hora nas principais cadeias de televisão do país. Dole, frenético, não parou para contabilizar custos da sua campanha de costa a costa. Clinton, na última semana, só em televisão, gastou um milhão de dólares por dia. Tudo isto num país onde milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza. É a «democracia» à americana.

Efacec vai hoje a tribunal

No Tribunal de Santa Maria da Feira inicia-se hoje a primeira audição para apreciação do processo de impugnação do despedimento colectivo efectuado em 1992 pela EFACEC - Motores Eléctricos.

Para o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (SIEC), de acordo com um comunicado onde manifesta a sua confiança de que "seja feita justiça", este despedimento teve claramente um cariz político motivado pelo propósito de "atacar e despedir os órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas do Grupo Efacec".

Esta é, com efeito, a única justificação que o Sindicato encontra para o afastamento dos 27 trabalhadores despedidos, entre os quais se inclui a

totalidade da Comissão Sindical na fábrica de Ovar (quatro delegados sindicais), quatro membros das comissões de trabalhadores (dois deles dirigentes do Sindicato), dois representantes dos trabalhadores na Comissão de Higiene e Segurança e um dirigente do SIEC.

No comunicado, onde apela à presença dos trabalhadores no Tribunal, o Sindicato lembra ainda que a Efacec utiliza trabalhadores de empresas de trabalho temporário, subcontratação, trabalho à peça no exterior, recorrendo ainda ao envio de trabalho de bobinagem para algumas prisões do Norte do País (processo este que assegura cerca de metade da produção).

Boicote à formação profissional

A Câmara Municipal do Fundão proibiu trabalhadores do município de frequentarem uma acção de formação profissional sobre Regime Jurídico de Emprego. Organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, esta iniciativa decorre no âmbito do PROFAP e consequente promoção do Fundo Social Europeu e deveria ter tido início na passada segunda-feira.

Para o STAL, que denuncia este comportamento, classificando-o de "arrogante e prepotente", o que está verdadeiramente em causa é o facto de a autarquia (dirigida pelo PS e que tem como presidente da assembleia municipal António Guterres), não só não prever nos seus planos e orçamentos quaisquer objectivos de aperfeiçoamento profissi-

onal dos seus trabalhadores, como ainda permitir-se fechar as portas a outras entidades vocacionadas para o efeito, negando, no caso vertente, as solicitações apresentadas pelo STAL e pelos trabalhadores, ao arripio, inclusive, das orientações emanadas do Governo.

O STAL, que está já a proceder a diligências com vista à denúncia da situação, chama ainda a atenção no seu comunicado para a circunstância de esta atitude inédita da Câmara Municipal do Fundão contrastar com as posições tomadas por outras autarquias, que têm vindo a acolher e a dar apoios relevantes a todas as acções de formação profissional que têm vindo a ser realiza-

